

REGINA ÉRIKA DOMINGOS DE FIGUEIREDO

**CUIDANDO DA SAÚDE DO VIZINHO: AS ATIVIDADES DE
ANTROPÓLOGOS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Mariza Corrêa

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
13/09/2004

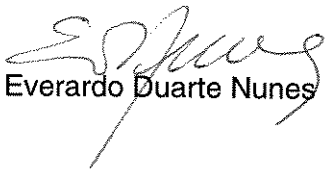
BANCA



Profa. Dra. Mariza Corrêa (Orientadora)

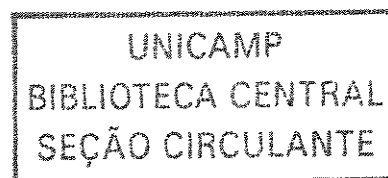


Profa. Dra. Heloísa André Pontes



Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

Setembro/2004



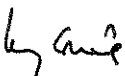
REGINA ÉRIKA DOMINGOS DE FIGUEIREDO

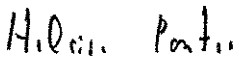
**CUIDANDO DA SAÚDE DO VIZINHO: AS ATIVIDADES DE
ANTROPÓLOGOS NORTE-AMERICANOS NO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação da Profa.
Dra. Mariza Corrêa

Este exemplar corresponde à
redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
13/09/2004

BANCA


Profa. Dra. Mariza Corrêa (Orientadora)


Profa. Dra. Heloísa André Pontes


Prof. Dr. Everardo Duarte Nunes

Setembro/2004

UNIDADE	FL
Nº CHAMADA	T/UNICAMP
	F469c
V	EX
TOMBO BC/	61657
PROC.	16-86-05
C	☐
D	☒
PREÇO	11,00
DATA	03/12/05
Nº CPD	

Bib.id 337864

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

F469c

Figueiredo, Regina Érika Domingos de
Cuidando da saúde do vizinho: as atividades de antropólogos
norte-americanos no Brasil / Regina Érika Domingos de
Figueiredo. -- Campinas, SP : [s.n.], 2004.

Orientador: Mariza Corrêa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Wagley, Charles, 1913-. 2. Antropólogos – Estados Unidos.
3. Política e guerra. 4. Saúde pública. I. Corrêa, Mariza.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

Este estudo recupera trechos dos itinerários de dois antropólogos norte-americanos que, além de realizarem pesquisas etnográficas no Brasil, aqui se dedicaram a atividades aplicadas relacionadas a programas de assistência coordenados pelos Estados Unidos e integrados à política estratégica norte-americana dirigida ao Brasil. Os antropólogos são: Charles Wagley que dirigiu o Programa de Migração e a Divisão de Educação Sanitária do Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública) durante a Segunda Guerra Mundial e Nancy Scheper Hughes que atuou como voluntária dos *Peace Corps* em Pernambuco entre 1964 e 1966. O objetivo é investigar os trabalhos aplicados realizados por estes antropólogos, destacando os contextos geopolíticos em que eles se deram, e relacionar tais experiências com as etnografias produzidas. Em pauta estão questões caras à disciplina que dizem respeito às formas de engajamento e ativismo adotadas pelos antropólogos, à mobilização de antropólogos em situações de guerra, aos efeitos da geopolítica no campo antropológico, aos domínios de aplicação da antropologia (como a política externa, o colonialismo, o desenvolvimentismo, o campo da saúde pública).

200501953

Abstract

This study examines passages of the itineraries of two North American anthropologists, who had achieved ethnographic researches in Brazil and besides, who had devoted themselves to applied activities linked to aid programs and strategic policy from United States toward Brazil. The anthropologists are: Charles Wagley, who was director of the Special Public Health Service's Migration Program and Division of Health Education during Second World War, and Nancy Scheper-Hughes, who was Peace Corps' volunteer in state of Pernambuco between 1964 and 1966. The objective is to research Wagley's and Scheper-Hughes' applied works, to emphasize geopolitical contexts on which works were made and to contrast those experiences with the written ethnographies. Among the questions in focus are: the engagement and activism of the anthropologists, the mobilization of anthropologists in wartime, the effects of the geopolitics on the anthropological field and the fields where the anthropology may be applied (as foreign policy, colonialism, national development, public health field)

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a algumas pessoas que ofereceram suas contribuições para o projeto que antecedeu este e que muito me ajudaram. Ao Dr. João De Lucca, Leonora De Lucca, Simone Frangela, à professora Marina Cardoso e à turma de 2003, do curso Cultura e Enfermidade da UFSCAR.

Agradeço também a minha turma de mestrado de 2002 e em especial a Nashieli Loera, Louise Alfonso, Mariana Françaço, Carla Jesus Dias e Giovana Tempesta.

Ao CNPq pela bolsa de estudos que viabilizou este trabalho.

Aos funcionários da biblioteca e da secretaria de pós-graduação com quem sempre pude contar.

Aos amigos Ana Paula e Carlos Eduardo Bovo, Beatriz Cardoso, Cristina Astolfi, Fernanda Gessoni, Fernanda Raquel, Juliana Pícoli, Maíra Pedroso, Stela Ferreira, Viviane Peixoto e Eugênia de Oliveira pelos bons momentos.

Às pesquisadoras e colegas do Pagu – núcleo onde fui bolsista e descobri o gosto pela pesquisa – Adriana Piscitelli, Iara Beleli, Juliana Luporini do Nascimento e Luciana Camargo Bueno.

Às colegas do grupo de estudos do Pagu que tiveram a generosidade de ler e discutir trechos da dissertação: Érica Souza, Mariane Venchi, Martha Ramirez e, em especial, Januária Melo, cuja ajuda foi essencial também na organização das fotos.

Aos professores Everardo Duarte Nunes e Mauro Almeida que estiveram presentes no exame de qualificação e cujas sugestões procurei incluir no trabalho. À professora Heloísa Pontes que integrou a banca de defesa e cuja arguição foi fundamental para a conclusão do estudo.

Especialmente à professora Mariza Corrêa, por quem sinto além de admiração e gratidão, um terno carinho alimentado ao longo destes quase seis anos de orientação e prazeroso convívio.

Finalmente sou grata a algumas pessoas que são simplesmente essenciais para mim e de maneiras distintas contribuíram para a realização deste trabalho: Cecília e Alcides Pigatto, Dri e Luiz, Gustavo e meus pais Zélia e Basileu. Para eles, todo o meu amor.

Abreviaturas

AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
CAETA	Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
CIA	Central de Inteligência Americana
CIAA	Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs (Escritório do Coordenador de Assuntos InterAmericanos)
DNI	Departamento Nacional de Imigração
FR	Fundação Rockefeller
IAI	International African Institute (Instituto Internacional Africano)
IAIA	Instituto de Assuntos InterAmericanos
IFAN	Institut Français de l'Afrique Noire (Instituto Francês da África Negra)
OSS	Office of Strategic Services (Escritório de Serviços Estratégicos)
RAI	Royal Anthropological Institute (Instituto Antropológico Real)
SAVA	Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
UPAC	União para o Progresso do Alto Cruzeiro

Sumário

Resumo	3
Abstract	5
Agradecimentos	7
Abreviaturas	9
Apresentação	15
Capítulo I: Antropólogos, políticas coloniais e ciências em ação	21
I.1 Quando a maior riqueza natural é a população nativa	24
I.2 Situando o desenvolvimento e a modernização na África colonial	39
Capítulo II : Ciência e Missão: intervenções norte-americanas e o Brasil	47
II.1 Encontrando o Império	49
II.2 A cooperação entre Brasil e EUA na área da saúde: A Fundação Rockefeller e um país doente	53
II.3 Cooperação renovada: a criação do Serviço Especial de Saúde Pública	58
II.4 Uma querela entre bons vizinhos? O interesse pela Amazônia brasileira	62
II.5 Alianças entre vizinhos	65
II.6 Notas sobre uma antropologia imperial	71
Capítulo III : Um antropólogo norte-americano nos trópicos	85
III.1 Metáforas de Guerra: a batalha da borracha e seus soldados	87
III. 2 Zelando pela saúde da comunidade	94
III.3 Um estudo de comunidade	99
Capítulo IV : De visitadora-ativista à antropóloga-companheira	113
IV.1 Organizando a comunidade	115
IV.2 A antropologia e a retórica da missão: por uma “etnografia da miséria”	125
Capítulo V : Ensaando conclusões	131
Anexo Fotográfico	137
Bibliografia	143

“A prática cultural e a atividade intelectual acarretam, como elemento constitutivo central, uma relação de força desigual entre o etnógrafo observador externo europeu e o não europeu, não ocidental primitivo, ou pelo menos diferente, mas certamente mais fraco e menos desenvolvido. Em *Kim*, um texto de extraordinária riqueza, Kipling extrapola o significado político dessa relação e a encarna na figura do coronel Creighton, etnógrafo encarregado do Levantamento da Índia e chefe dos serviços de informação britânicos na Índia, o ‘Grande Jogo’ a que pertence o jovem Kim. A antropologia ocidental moderna retomou com frequência essa relação problemática, e em trabalhos recentes de vários teóricos ela trata da contradição quase insuperável entre uma realidade política baseada na força, e um desejo científico e humano de entender o Outro pela hermenêutica e pela empatia, sem o recurso à força”.

Edward W. Said, *Cultura e Imperialismo*.

Apresentação

No romance de Rudyard Kipling, o personagem Creighton, ao conciliar as funções de etnólogo e militar encarregado do serviço de espionagem britânico na Índia, ilustra de modo ficcional a incorporação, pelo sistema de dominação colonial, de cientistas e especialistas aos quadros administrativos, políticos e militares das colônias (Said, 1985). Além disso, *Kim* sinaliza de que forma em uma “realidade política baseada na força” o conhecimento sócio-cultural do “outro” pode tornar-se um recurso excepcionalmente valioso para o exercício do poder.

Segundo di Leonardo, a novela *The Ugly American* também aborda a aliança entre conhecimento do “outro” e poder sobre o “outro”, acenando para a possibilidade de uso da etnografia pela política, mas o foco é sobre o imperialismo norte-americano. A história se passa em Sarkhan, um país fictício no Sudeste Asiático, onde eclode uma insurgência comunista apoiada pelos soviéticos. O livro – que foi publicado em 1958 e tornou-se um best-seller – retrata os funcionários do Governo dos Estados Unidos no exterior como pessoas arrogantes e estúpidas, satiriza as ações equivocadas dos norte-americanos e a inépcia generalizada para lidar com culturas e povos diferentes e ainda relata episódios onde eles são ludibriados pelos soviéticos, os quais seriam mais bem sucedidos em suas relações com os nativos¹. Di Leonardo sugere que os autores da obra, William J. Lederer e Eugene Burdick, veiculam a mensagem de que para os norte-americanos exercerem uma política externa eficiente durante a Guerra Fria e obterem sucesso na disputa com os soviéticos por áreas de influência era primordial mudar sua conduta em direção aos outros povos e buscar um entendimento de suas respectivas culturas. Esta recomendação se revelaria nos esforços empreendidos pelo engenheiro norte-americano Homer Atkins – e que fazem dele o herói do livro – para realizar atividades que mantêm uma identidade com a prática etnográfica como

¹ *O Americano Tranquilo* de Graham Greene também tematiza as incongruências das ações norte-americanas no Sudeste Asiático, mas em outra direção. A narrativa privilegia a propalada boa-vontade dos Estados Unidos ao intervir nos assuntos de países estrangeiros, especialmente os mais impotentes, retratando de que modo o apelo a valores caros à sociedade norte-americana como a defesa da democracia legítima a condução de políticas desastrosas. São muito interessantes no romance as referências ao modo de operar do colonialismo europeu e do imperialismo britânico, além da disputa entre o jornalista britânico e o militar americano pelo amor de uma mulher nativa (indochinesa) que corresponde à trama central da obra.

aprender a linguagem nativa, entender os costumes locais, conhecer verdadeiramente o povo, não se limitando ao convívio com as elites locais (di Leonardo, 1998)².

Em resumo, estas narrativas alimentam-se, como indica di Leonardo ao tratar do romance norte-americano, de especulações a respeito da aplicação do conhecimento antropológico, para o bem ou para o mal, na condução de políticas externas, idéias estas que ensejam representações dos antropólogos como heróis ou vilões imperialistas (di Leonardo, 1998). Efetivamente, a antropologia não escapou de ser aplicada ao domínio da política externa. O campo da antropologia não é imune aos imperativos geopolíticos, disputas de poder e situações de guerra, e a disciplina não deve ignorar, como exortou Eric Wolf, os possíveis usos do conhecimento etnográfico (Feldman-Bianco e Ribeiro, 2003) nem deixar de admitir as diversas formas de engajamento dos antropólogos que vão desde a participação em debates políticos na esfera pública até trabalhos secretos para agências nacionais de segurança (Price, 2000a, b e 2002). De fato, se o campo científico usufrui certa autonomia relativamente a outros campos da vida social, ele não deixa de sofrer os efeitos de esferas poderosas como o mercado e a política, e inevitavelmente, determinadas conjunturas nacionais e internacionais podem favorecer a associação entre a prática científica e os imperativos da política. Contextos especiais de construção da identidade nacional, de conquista imperialista e de guerra, por exemplo, são caracteristicamente propícios para o engajamento do cientista enquanto cidadão, aumentando a pressão para que ele assuma papéis – na verdade sempre disponíveis – como o de militante de movimentos sociais ou o de agente do estado.

Neste sentido, a natureza do envolvimento dos antropólogos com os Impérios Coloniais da França e Inglaterra, seus efeitos para o desenvolvimento da disciplina nos respectivos países e o uso efetivo do saber antropológico que era produzido na condução das políticas coloniais, ao lado da colaboração dos antropólogos norte-americanos com o governo do seu país durante a Segunda Guerra Mundial e o posterior florescimento de uma antropologia comprometida com as pretensões imperiais dos Estados Unidos são questões

² Parece que *The Ugly American* guarda ainda hoje sua força. Procurando na internet reações à política antiterror do governo dos Estados Unidos, encontrei algumas referências que fazem um paralelo entre o romance – que ao que parece se converteu em sinônimo de crítica ao modo inábil dos norte-americanos conduzirem sua política externa – e o contexto atual da Guerra no Iraque e da ofensiva contra o terrorismo. Em adição a isso, encontrei informações de que antropólogos estão recorrendo à mídia nos Estados Unidos para alertar como o etnocentrismo e o desconhecimento que a política externa de seu país exibe com respeito a nações, culturas e religiões do mundo têm consequências freqüentemente danosas para outros povos.

privilegiadas nos estudos que abordam o desenvolvimento da antropologia aplicada e se propõem a desvendar as relações entre antropologias e imperialismo, ou, entre antropólogos e os interesses do Estado, por exemplo.

As atividades de antropólogos como peritos e militantes, suas participações em ONGs, serviços estatais e agências internacionais de desenvolvimento também têm revelado todo um campo de investigação e de análise sociológica como demonstrou recentemente a coletânea de L'Estoile, Neiburg e Sigaud (2002), cujas propostas teórico-metodológicas inspiraram o presente trabalho. Aparte a diversidade dos temas e episódios abordados pelos artigos da obra, há o propósito comum, como seus organizadores asseveram, de “superar os limites decorrentes do uso das lentes da denúncia e do engajamento” na compreensão das formas de interação entre saberes antropológicos, impérios e estados nacionais. Os autores apresentam casos, contextualizados de modo pormenorizado, que contribuem para a reflexão de questões que dizem respeito às condições sociais da produção do conhecimento e como este conhecimento é mobilizado em agendas políticas e/ou utilizado na implementação de políticas públicas; à dinâmica de cooptação dos antropólogos pelo estado; a como as relações científicas entre os países são influenciadas pelas relações políticas estabelecidas entre eles, entre outras.

Inserido no mesmo campo reflexivo, este trabalho se volta para as trajetórias de dois antropólogos norte-americanos que além de tomarem a sociedade brasileira como objeto de pesquisa participaram de programas na área de saúde pública, coordenados pelos EUA e integrados à política estratégica norte-americana dirigida ao Brasil em dois contextos distintos, marcados externamente pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria e internamente pelo Estado Novo e pela Ditadura Militar. A proposta é tanto investigar os trabalhos aplicados destes antropólogos, inserindo-os em contextos geopolíticos mais amplos, como elucidar de que modo tais experiências influenciaram a produção antropológica deles sobre o Brasil.

Os antropólogos em foco são Charles Wagley (1913-1992) e Nancy Scheper-Hughes (1944-). Ele, que se tornaria um reconhecido “brasilianista”, já pesquisava sociedades indígenas em contato com a sociedade nacional, quando durante a Segunda Guerra Mundial, após integrar uma missão técnica brasileira do Instituto de Assuntos Inter-Americanos, tornou-se diretor de uma das divisões do Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp). Este

trabalho na Amazônia possibilitou que ele conhecesse, em suas palavras, o Brasil moderno e a comunidade sobre a qual realizou o estudo *Amazon Town: A study of man in the tropics* (1953). Scheper-Hughes – hoje eminente nome da antropologia médica – viveu sua primeira experiência no Brasil como voluntária dos *Peace Corps* (Corpos da Paz), entre 1964 e 1966, em uma comunidade da zona da mata pernambucana. Em 1982, ela regressou ao lugar então como antropóloga e produziu um polêmico estudo, intitulado *Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil* (1992), sobre como os indivíduos daquela comunidade lidam com a fome e, em especial como as mães reagem à morte por inanição de seus filhos. A rigor, o engajamento de Scheper-Hughes no Brasil foi anterior à sua entrada no campo antropológico, entretanto considerar aqui esta experiência justifica-se porque acredito que ela tenha repercutido na sua antropologia, tanto na escolha de seu objeto etnográfico e no modo de representá-lo quanto na formulação de propostas para a disciplina.

Estas obras serão abordadas em suas especificidades, mas interessam aqui, sobretudo, pelo que deixam transparecer de comum: a noção de cultura com que operam; representações da sociedade brasileira como economicamente e também culturalmente atrasada; a produção do saber sobre uma população tendo em vista a administração de problemas concretos e a centralidade da saúde dentre eles; o comprometimento com ideologias de desenvolvimento; a projeção dos valores da sociedade do antropólogo para o outro universo cultural com o qual está lidando; o antropólogo concebido como “especialista da cultura” e “porta-voz do grupo social”, ou seja, a autoridade que conhece as populações, diagnostica seus problemas e preconiza o que é melhor para elas.

No primeiro capítulo, procedo a uma breve revisão do papel da antropologia e das ciências em regimes coloniais europeus. O segundo capítulo situa a expansão da presença norte-americana para além de suas fronteiras nacionais. Num primeiro momento, apresento um panorama dos convênios e programas de cooperação estabelecidos entre os EUA e o Brasil durante a Segunda Guerra e a Guerra Fria, destacando a criação do Sesp e a atuação dos voluntários da agência *Peace Corps* por aqui. Num segundo momento, é discutida a projeção internacional da antropologia norte-americana – que se volta para a América Latina e Ásia – concomitante com a projeção da potência estadunidense e as imbricações dela com a política externa do seu país. As duas partes tem como propósito situar mais amplamente as experiências de Wagley e Scheper-Hughes enquanto antropólogos norte-

americanos que elegem o Brasil como objeto de estudo e que aqui se envolvem com agências e políticas de desenvolvimento e promoção da saúde vinculadas ao seu país de origem. O terceiro capítulo procede a uma averiguação da atuação de Wagley como funcionário do Sesp e também à análise pormenorizada de sua obra *Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. O quarto capítulo discorre sobre a experiência de Scheper-Hughes como voluntária da paz na zona da mata pernambucana, inclui comentários sobre *Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil* (Morte sem Lágrimas. A Violência da Vida Diária no Brasil) e discute as propostas da autora de uma “antropologia engajada” ou socialmente responsável. Finalmente, no capítulo de desfecho, procura-se amarrar um pouco os fios deslindados nos capítulos anteriores.

Capítulo I

ANTROPÓLOGOS, POLÍTICAS COLONIAIS E CIÊNCIAS EM AÇÃO

“A Inglaterra dispunha de suas colônias como de um laboratório”.

Roger Bastide, *Antropologia Aplicada*.

Muito já se discutiu acerca do papel que a antropologia teria desempenhado em regimes coloniais, e relevantes são as controvérsias. Reconhecendo que o estudo antropológico de povos considerados, então, “primitivos” fez-se possível num contexto em que estes estavam sendo submetidos a um sistema de dominação pelos grandes estados nacionais europeus – que, em última instância, era o que de fato permitia a pesquisadores brancos viver com segurança entre eles, compartilhando com intimidade de seu cotidiano inclusive em situações de tensão nas colônias¹ – historiadores e críticos tem se empenhado em esclarecer, por um lado, de que modo as condições coloniais afetaram o desenvolvimento da antropologia, e de outro, os usos que o colonialismo fez do conhecimento etnográfico que era produzido. Neste sentido, alguns estudos têm apontado a convivência e mesmo a colaboração de antropólogos com políticas coloniais enquanto outros têm investigado o comprometimento de correntes e teorias dentro da disciplina com os princípios e as demandas do colonialismo, sendo o funcionalismo um tópico privilegiado por estas abordagens.

Assim, podemos depreender que o que está em jogo não é – ou não deveria ser – uma avaliação moral dos antropólogos “coloniais”, mas uma contextualização de suas formulações acerca dos povos investigados² e também de suas práticas, fossem elas mais estritamente acadêmicas ou ligadas à administração colonial. Malgrado existam, evidentemente, posições mais próximas da defesa ou da denúncia que tendem ou a recusar a aproximação entre colonialismo e antropologia ou a reduzir a disciplina a mero instrumento

¹ Um caso notório em que o antropólogo pôde fazer seu trabalho de campo a despeito de um contexto desfavorável à presença européia é o de Evans-Pritchard entre os Nuer. Como o próprio autor esclarece, este povo acabara de ser pacificado com uso de violência pelos britânicos quando ele se estabeleceu entre eles, justamente a pedido do governo colonial.

² Antropólogos têm salientado que, não raro, as etnografias produziram um outro colonizado, fantasioso e objetivado para inquirição da ciência e consumo da burguesia européia (Overing e Rapport, 2000; Asad, 1985).

de dominação colonial, no geral, os pontos de vista variam quanto à ênfase conferida às trocas entre a disciplina e o sistema colonial.

Neste capítulo, pretendo concentrar-me em um dos tópicos investigados acerca das relações entre antropologia e colonialismo: de que modo este abriu um potencial mercado para a antropologia e como os antropólogos efetivamente se envolveram com o império e a administração colonial. Deixando de lado a tessitura das correspondências entre teorias antropológicas e práticas coloniais e a análise das condições de produção das monografias clássicas da disciplina, o objetivo é oferecer, a partir de uma investigação bibliográfica, um mapeamento preliminar das formas de atuação de antropólogos das tradições britânica e francesa na empresa colonial e de como o antropólogo enquanto perito em sociedades indígenas foi requisitado pelos governos, focalizando a colonização da África.

Naquele continente, desde fins do século XIX, a intervenção ostensiva de forças econômicas, políticas e militares dos grandes estados nacionais submeteu os povos africanos à autoridade da administração europeia tornando-os alvos de políticas coercitivas, planificadas e desenvolvimentistas que ignoravam suas diferenças étnicas, solapavam suas organizações sociais e transformavam abruptamente suas culturas.³ Portanto, os antropólogos iniciavam seus trabalhos inseridos em um regime colonial em curso e não se deve deixar de notar que, dentro deste, eles adotavam um conjunto de posições liberais e papéis que raramente eram francamente colonialistas (Clifford, 2002; L'Estoile, Neiburg e Sygaud, 2002). Eles estavam atentos quanto aos possíveis usos do conhecimento científico das culturas colonizadas pela administração colonial, muitos se empenharam em convencer os governos da utilidade e mesmo imprescindibilidade deste saber, e alguns participaram mais diretamente da política colonial, da elaboração e implementação de programas.

³ Talal Asad chama a atenção para o fato “intrigante” dos antropólogos funcionalistas – considerando que eles eram o grupo hegemônico durante o auge do período colonial – não problematizarem em suas etnografias esta realidade: “Na África, uma realidade política básica desde o fim do século dezenove era a presença permeável de um poder colonial massivo – a conquista do continente pelos países capitalistas europeus, e a criação subsequente, definição e manutenção da autoridade de inumeráveis chefes Africanos para facilitar a administração do império. Em todo lugar os Africanos estavam subordinados, em graus variados, à autoridade de administradores Europeus. E embora de acordo com a doutrina funcionalista ‘Todo antropólogo escreve sobre os povos entre os quais trabalha como ele os encontra’, a descrição típica das estruturas africanas ignoravam totalmente o fato político do poder coercivo Europeu e a dependência última dos chefes Africanos dele” (Asad, 1985, 108).

[Advirto que optei por traduzir livremente os trechos de livros em inglês presentes nesse trabalho.]

De qualquer modo, se levarmos em conta as sugestões de L'Estoile, Neiburg e Sigaud (2002) e reconhecermos o quanto sociologicamente as próprias condições de existência da prática científica dizem respeito ao Estado uma vez que as relações entre os campos da ciência e da política não são fortuitas, mas constitutivas de suas formações, poderemos vislumbrar melhor de que modo acontece a interação entre a produção de um saber sobre uma população e a elaboração de políticas dirigidas a ela, em circunstâncias específicas, e os seus possíveis desdobramentos. Assim, segundo os autores:

“(…) Onde o senso comum acadêmico lamenta os efeitos poluidores da política sobre a ciência, a análise histórica e comparada permite colocar em evidência uma relação de dependência mútua entre a ação política, a elaboração e a implementação de políticas estatais por parte dos agentes da administração e a produção de conhecimento sobre as populações que estes administram” (L'Estoile, Neiburg e Sigaud, 2002, 17).

Ora, na medida mesmo em que o estudo antropológico, através de etnografias, recenseamentos populacionais, formulação de mapas e surveys, aciona um processo de objetivação de grupos sociais e de produção de novas identidades étnico-raciais em contextos coloniais e pós-coloniais, ele se alia à necessidade estatal de classificação padronizada destes grupos visando sua gerência seja unificada ou segregada. Em adição a isso, apontam os autores, ao se dedicar ao exame das diferenças entre povos e culturas, a antropologia corrobora, com uma espécie de validação científica, para a elaboração de políticas adequadas às singularidades de cada população. De modo recíproco, a exigência de políticas adaptadas às especificidades de uma população favorece a demanda por um conhecimento especializado sobre ela, o qual a antropologia se incumba de oferecer. Neste sentido, conhecer as sociedades colonizadas poderia ser interessante do ponto de vista do sistema, ainda que a possibilidade de aplicação efetiva do conhecimento antropológico pudesse ser rara.

Veremos que os antropólogos representaram um dos vários grupos de cientistas entre médicos, sanitaristas, biólogos, engenheiros, agrônomos, geólogos e economistas que, com seus saberes e competências técnicas, colaboraram na empresa colonial em programas que visavam mudar as condições de vida das sociedades africanas para levar as supostas benesses do desenvolvimento, tecnologia e modernização. Tais programas, em alguns casos

gigantes em estrutura, faziam parte de uma política colonizadora que, segundo o governador-geral da África Ocidental Francesa entre 1931-1937, Jules Brévié, adentrava em seu período científico em que o conhecimento guiava a ação e a previsão (Brevié, 1936 apud L’Estoile, 2002).

A abordagem da relação entre antropologia e colonialismo que este capítulo enseja então não contempla o exame de como a primeira se aproveita do segundo para desenvolver-se como disciplina nem como a teoria antropológica pode ter oferecido instrumentos para a dominação colonial. O objetivo aqui é focalizar a prática dos antropólogos, considerá-los enquanto funcionários coloniais e enquanto fomentadores de uma antropologia aplicada à política colonial.

I.1 Quando a maior riqueza natural é a população indígena

No caso da Antropologia Britânica, estudiosos têm discutido a relação dos antropólogos com o “governo indireto” (*indirect rule*) das colônias⁴ e verifica-se que há um considerável dissenso sobre a natureza e extensão desta atuação, como será notado posteriormente. Alguns fatos, contudo, são de domínio comum. É notório, por exemplo, que, de fins do século XIX até início do XX, inexistiu uma aproximação entre o Colonial Office (Escritório Colonial) e o Anthropological Institute (Instituto Antropológico). Antropólogos vitorianos decididamente não se interessavam por assuntos coloniais, envolvidos que estavam no mundo dos museus e gabinetes e praticamente não tinham experiências de contato com os “povos primitivos” sobre os quais aplicavam suas teorias evolucionistas. Bastante eruditos, estes estudiosos – que de fato estavam constituindo uma disciplina – empregavam os dados etnográficos documentados na literatura de viajantes e nos relatos de exploradores e missionários a fim de extrair leis gerais da evolução e ilustrar os estágios pelos quais se daria a passagem da humanidade dos estados de selvageria e barbárie à civilização.

Certamente, havia uma penetração das teorias evolucionistas nos círculos coloniais e administradores chegavam a ler antropólogos vitorianos como E. B. Tylor e J. Frazer

⁴ O Governo Indireto correspondia à política colonial britânica em que os chefes políticos nativos eram mantidos e a administração colonial impunha-se utilizando uma estrutura política local.

(Stocking, 1995), no entanto, este incipiente interesse pela antropologia não ia adiante e, de qualquer modo, inexistia uma apreciação da utilidade prática do conhecimento antropológico num momento em que o Império Britânico ainda estava envolvido no processo de conquista e imposição de sua autoridade.⁵ Neste contexto, poucos antropólogos procuraram convencer o império acerca da contribuição que a disciplina podia oferecer à ingerência colonial e, quando assim agiam, geralmente dentre suas preocupações, a principal era angariar recursos oficiais para a pesquisa antropológica.

A escassez de provisões para pesquisa era um dos fatores limitadores do florescimento da antropologia numa época em que ela, ainda majoritariamente praticada por homens sem formação acadêmica específica como antropólogos, estava empenhada em institucionalizar-se e ser reconhecida como ciência. A situação começou a mudar na última década do século XIX, quando se assistiu a uma intensificação das atividades do Instituto Antropológico e a uma elevação do número de seus membros, incluindo representantes femininas, acadêmicos, indivíduos com experiência colonial e que integraram a Cambridge Expedição às Torres Straits⁶ (Stocking, 1995). Em 1907, o instituto ganhou caráter real passando a ser designado pomposamente como Royal Anthropological Institute (Instituto Antropológico Real), RAI. Progressivamente, a antropologia foi se firmando nas três grandes universidades da Grã Bretanha: Cambrige, Oxford e London School of Economics.⁷

Neste período, os antropólogos tornaram mais incisivos seus apelos às autoridades do Império Britânico em prol do avanço do estudo científico dos costumes e organização social das populações "nativas", insistindo nas necessidades de conhecer e compreender para melhor governar e no dever moral de humanização da administração. Eles chegaram a sugerir a criação de um Escritório Antropológico Imperial para conduzir estes trabalhos,

⁵ Segundo Kuper: "Seria certamente muito difícil especificar que usos práticos a Antropologia dos difusionistas e evolucionistas – os 'estudiosos do passado' de Frazer – poderia ter tido para os governos coloniais" (Kuper, 1978, 123). Antecipamos que a influência do evolucionismo se fará marcante, contudo, como orientação teórica da "antropologia colonial".

⁶ Entre as mulheres estavam Miss G. M. Godden e Mary Kingsley.

A expedição, empreendida entre abril e novembro de 1898, possibilitou a realização de pesquisa de campo entre os povos melanésios nas ilhas entre a Austrália e a Nova Guiné. Ela foi coordenada por A. C. Haddon e entre seus membros estavam: W. H. R. Rivers, L. S. Myers e C. G. Seligman.

⁷ A antropologia social britânica logrou alcançar um grau de institucionalidade e excelência acadêmica incomparável, considerando as antropologias praticadas em outros países. É impossível não associar a excepcionalidade da antropologia inglesa às conquistas do Império Britânico que também usufruiu superioridade relativamente aos outros impérios coloniais.

mas tais apelos de um modo geral não surtiram muito resultado. Somente por parte da administração colonial foram empreendidas algumas iniciativas no sentido de proporcionar treinamento em antropologia para funcionários coloniais e em um caso, então excepcional, o governo da Nigéria do Sul contratou os serviços do antropólogo Northcote Thomas, em 1908 (Lackner, 1985; Kuklick, 1993; Stocking, 1995).

Thomas foi o primeiro antropólogo profissional, graduado em Cambridge e reconhecido pelos acadêmicos do RAI, a compor o quadro de funcionários de um governo colonial. Contratado para analisar os resultados de um questionário etnográfico já aplicado ele teria reformulado à sua maneira o questionário, e com base na coleta de novos dados ele apresentou suas conclusões em *Notes and Queries on Anthropology* (*Notas e Questões sobre Antropologia*). Durante os anos que permaneceu como antropólogo do governo, ele teria realizado outros trabalhos, mas o Governo da Nigéria do Sul só teria julgado satisfatório os resultados de um deles, e deste modo, desapontado com os serviços prestados, acabou demitindo Thomas em 1912. Ele, contudo, deu prosseguimento a sua atuação junto ao regime colonial sendo admitido pelo governo de Serra Leoa para conduzir uma investigação sobre uma suposta sociedade secreta canibal entre os africanos ⁸ (Lackner, 1985; Kuklick, 1993; Stocking, 1995).

Após a guerra, num processo de consolidação da autoridade colonial, o “governo indireto” tornou-se o modelo político hegemônico nas colônias britânicas. Definido como uma forma de administrar as sociedades africanas utilizando a estrutura política pré-existente, esta forma de governo, idealmente, propunha a preservação do sistema tradicional, mas concretamente, segundo historiadores, ela não evitava que este fosse distorcido ao impor um poder superior, externo aos chefes nativos e ainda ao admitir mudanças nas estruturas sociais e econômicos locais.⁹ Um dos mais ativos apologistas do governo indireto

⁸ Esta primeira experiência de um governo colonial na contratação de um antropólogo oficial não parece, de acordo com as informações dos autores consultados, ter sido bem sucedida na época. Entre os motivos citados estão a independência de Thomas que teria insistido em conduzir pesquisas mais subordinadas a interesses científicos que aos propósitos políticos exigidos e ao próprio comportamento dele, caracterizado como no mínimo excêntrico.

⁹ As principais mudanças introduzidas abarcavam a economia: como o uso da terra, a instituição da propriedade privada, a exploração comercial, o trabalho intensivo, taxações; o direito: como a supressão de formas tradicionais de punição que envolviam sacrifícios e mutilações (práticas que os europeus consideravam repulsivas) entre outras. Neste sentido, é esclarecedora a crítica de Kuper: “Apesar do mito do Governo Indireto, os governos coloniais estavam todos empenhados na ampliação da economia monetária, no apoio às missões e à educação missionária (com algumas exceções locais) e no estabelecimento de novas formas de lei e governo” (Kuper, 1978, 137).

foi o político aposentado Frederick Lugard, ex-governador geral da Nigéria – onde este sistema foi mais desenvolvido, e que, em 1922, publicou *The Dual Mandate in British Tropical Africa* (O mandato Duplo na África Tropical Britânica), uma explanação dos princípios e objetivos deste governo que se tornou uma obra de enorme influência entre os administradores.

Os novos rumos da política colonial reverberaram no campo antropológico. Durante todo o período entre guerras, a questão de a antropologia constituir uma ciência potencialmente útil para a administração das colônias da África se impôs nos debates envolvendo o Escritório Colonial e o RAI. Políticos, antropólogos, ideólogos do colonialismo, técnicos e administradores dos governos coloniais¹⁰ emitiram suas opiniões acerca da contratação de antropólogos profissionais para prestar assistência aos governos. O ponto chave da controvérsia instalada era decidir em qual caso poderiam ser obtidos melhores resultados, se através de pesquisas conduzidas por antropólogos com credenciais acadêmicas ou de investigações realizadas por funcionários com treinamento antropológico, tendo em vista os propósitos apregoados pelo governo indireto de gerir de modo mais eficiente as populações nativas, procurando preservar suas instituições e costumes e evitando a deflagração de conflitos.

De qualquer modo, o valor prático do conhecimento antropológico passou a ser ressaltado e o aprendizado da disciplina pelos funcionários coloniais passou a ser recomendado e incentivado. O próprio RAI oferecia treinamento em antropologia para administradores. A situação propiciou a inclusão do cargo de *antropólogo do governo* aos quadros de governos coloniais como os da Nigéria, da Costa de Ouro (Gana) e de Tanganika (Tanzânia). Em sua maioria, os “antropólogos” nomeados provinham de carreiras políticas e tinham tido formação antropológica tardia, suas etnografias privilegiavam questões pragmáticas em detrimento de discussões teóricas e sua produção em geral ocupava uma posição marginal relativamente à academia (Kuper, 1978; Lackner, 1985; Kuklick, 1993; Stocking, 1995).

No ano de 1920, R. S. Rattray foi incorporado como antropólogo oficial do governo da Costa de Ouro. Ele era um ex-funcionário colonial que, como antropólogo, conseguiu

¹⁰ Entre as figuras mais sobressalentes que se envolveram no debate estão: Lugard, Temple, Risley e Rayley do lado dos coloniais e Malinowski, Haddon e Seligman, do lado dos acadêmicos.

considerável reconhecimento dentro do campo da antropologia, realizou estudos das leis dos Axanti e seus estudos seguiam pressupostos evolucionistas. Adepto do governo indireto e encorajador da centralização política, Rattray recomendava aos administradores que eles preservassem os estados tribais onde estes existissem e onde eles estivessem ausentes, instruía os administradores a forjá-los. Ainda assim, Henrika Kuklick declara que “O quadro de funcionários do Escritório Colonial reclamou que os talentos de Rattray eram subestimados, e, realmente parece que eles estavam certos. Desde 1930, a Costa de Ouro decidiu não recolocá-lo depois de sua licença do serviço de governo; ‘resultados mais satisfatórios no trabalho antropológico serão obtidos’, disse o governador Sir Ransford Slater, ‘se esse for levado adiante, após algum treinamento preliminar, por funcionários políticos selecionados do que se entregue aos cuidados de um só antropólogo.’ O registro histórico sugere, entretanto, que o plano de Rattray para a realização do governo indireto foi implementado” (Kuklick, 1993, 228). As informações de Kuklick, entretanto, são contestadas por Jack Goody (1995) que afirma inexistirem nos trabalhos de Rattray quaisquer sugestões de que uma liderança devesse ser imposta sobre os povos não centralizados.

Entre 1938 e 1944, o governo da Costa de Ouro comissionou ainda a pesquisa de outra antropóloga, M. J. Field.

Após as vicissitudes da experiência com Thomas, o governo da Nigéria só voltaria a contratar os serviços de antropólogos, forçado pelo agravamento de problemas que desafiavam o “governo indireto”. Na Nigéria do Norte esta forma de administração era tão bem sucedida que operava como um modelo para as outras colônias. Com a unificação da Nigéria pelo governo de Lugard, em 1914, o “governo indireto” foi então estendido ao antigo protetorado da Nigéria do Sul. Mas, se na parte norte os sistemas políticos pré-coloniais já comportavam uma estrutura autoritária e hierárquica, no sul as áreas Ibo eram marcadamente descentralizadas e fragmentadas. Tais diferenças foram subestimadas por sucessivos governos que a despeito da rejeição local introduziam chefes, instituições e taxas autoritários. A situação no sul foi se configurando cada vez mais delicada e em 1929, eclodiu uma revolta de milhares de mulheres contra a administração que ficou conhecida como a Guerra das Mulheres. Investigações indicavam o fracasso do governo implementado e apontavam a necessidade de estudos sobre as estruturas sociais, econômicas

e políticas locais.¹¹ Para atender a esta exigência, em 1928, foi enviado ao sul, como antropólogo oficial do governo da Nigéria, C.K. Meek que já tinha executado a função de administrador colonial. Como resultado de seus trabalhos ele publicou *Law and Authority in a Nigerian Tribe* (Lei e Autoridade em uma Tribo Nigeriana), 1937, que, como o título explicita, é um estudo focado nas leis e formas de liderança entre os Ibo e inclui sugestões práticas para auxiliar na condução dos problemas concernentes ao governo indireto naquela sociedade. Durante a década de 30, duas antropólogas, comissionadas pelo governo, realizaram estudos especificamente sobre as mulheres Ibo. S. Leith-Ross escreveu *African Woman* (Mulher Africana), 1939, e M. Green, *Ibo Village Affairs* (Assuntos de uma Aldeia Ibo), 1947 (Lackner, 1985).

Em Tanganika, a colaboração entre Gordon Brown, estudante de Malinowski, e A. McD. B. Hutt, então comissário do distrito de Iringa tornou-se notória. Brown foi contratado para conduzir investigações de questões específicas a respeito da ordem social e do sistema político acéfalo que eram de interesse do escritório colonial devido à intenção de implantar o governo indireto em Tanganika.

No entanto, pesquisas antropológicas com objetivos práticos comissionadas por governos e agentes coloniais, não foram empreendimentos monopolizados por antropólogos do governo ou administradores com interesses antropológicos. Antropólogos sociais também se consagraram aos estudos etnográficos encomendados e/ou subsidiados por governos, como nos casos de C. Seligman e E.E.Evans-Pritchard que contaram com o suporte do governo do Sudão Anglo Egípcio para suas pesquisas.

Quando, ao limiar da década de 30, o Império Britânico deu uma guinada em sua política colonial e passou a desenvolver suas colônias africanas introduzindo um planejamento administrativo mais positivo¹², os efeitos desta reorientação se fez sentir no campo das ciências. Recursos oficiais foram destinados a universidades, institutos e pesquisas científicas. No que tange à antropologia, isto significou também um estímulo a suas atividades, em especial ao trabalho de campo etnográfico. Em 1937, o Rhodes-

¹¹ Este episódio ilustra bem como no governo indireto o conhecimento antropológico cresceu em importância. Administradores eram confrontados com dados antropológicos que provavam que muitos povos africanos não conheciam uma organização política centralizada ou não apresentavam chefes políticos tradicionais seculares, e isso colocava obstáculos à implementação satisfatória do governo indireto (Lackner, 1985; Kuklick, 1993).

¹² Para tal mudança foram determinantes o primeiro conflito mundial, os movimentos nacionalistas das colônias na Índia e a grande depressão.

Livingstone Institute foi fundado na Rodésia do Norte (atual Zâmbia). O International African Institute, (Instituto Internacional Africano), IAI, fundado em 1926 a partir de recursos dos governos britânico e coloniais, companhias de comércio e financeiras, da Corporação Carnegie e da Fundação Rockefeller (FR)¹³ dos EUA, passou a contar então com fundos mais substanciais sobretudo oriundos desta última, o que possibilitou uma ampliação das bolsas concedidas para trabalhos de campo. Em 1932, utilizando tais fundos, o instituto estabeleceu um programa exemplar na época na área de antropologia aplicada com o objetivo de estudar a mudança cultural, identificar os fatores de coesão das sociedades africanas tradicionais a fim de sugerir como elas, em meio às transformações econômicas, políticas e sociais vivenciadas, poderiam manter-se coesas e desenvolver-se ordenadamente, contando com a cooperação ocidental (Bonneuil, 2001; Kuper, 1978).

Enquanto bolsistas do IAI, Meyer Fortes investigou as leis matrimoniais Tallensi para uso nos tribunais; Schapera inventariou as leis Tsuanas, para os tribunais da Bechuanalândia [atual Botswana] em estreita aliança com o governo; Audrey Richards desenvolveu seu trabalho na Rodésia do Norte (Zâmbia) em colaboração com o governador daquela colônia; Margaret Read trabalhou na Niassalândia (Mali) investigando os efeitos da mão-de-obra migratória em suas aldeias (Kuper, 1993; Leclerc, 1973). Quanto às bolsas, Kuklick observa que os funcionalistas foram beneficiados na concessão dos fundos da FR administrados pelo IAI e pela LSE para a realização de trabalho de campo, o que em extensão contribuiu para a proeminência alcançada por eles. Segundo ela, teriam sido determinantes para isso tanto o empenho pessoal do artífice do funcionalismo, Malinowski, junto aos representantes da fundação quanto a coincidência entre os interesses da FR de aliar a pesquisa científica aos assuntos coloniais e a proposta funcionalista de produzir um conhecimento embasado na observação etnográfica sobre o funcionamento atual das sociedades indígenas que se prestasse à aplicação (e os funcionalistas, certamente, foram os antropólogos mais entusiastas de uma Antropologia Aplicada).

¹³ “As ciências sociais não constituíram o único campo acadêmico na Grã Bretanha a ganhar com a ampliação da filantropia da Rockefeller. A Fundação Rockefeller desempenhou um papel maior no desenvolvimento da ‘medicina científica’ neste país, isto é, na integração de escolas médicas, hospitais e universidades, no encorajamento de unidades de pesquisa e ensino e no estabelecimento de cátedras em campos especializados. (...)”

Inicialmente estabelecido para apoiar o tipo de projetos de bem-estar social em que Mrs Rockefeller esteve pessoalmente interessado, o Memorial [Laura Spelman Rockefeller] foi reorientado em direção às ciências sociais quando Beardsley Rumml foi nomeado diretor em 1922” (Goody, 1995, 11-12).

Em 1929, com a publicação do artigo “Practical anthropology” no jornal *África* do IAI, Malinowski marca sua posição em defesa da utilidade da antropologia no debate instaurado entre antropólogos e administradores. Ele reivindica a pertinência da aplicação do conhecimento antropológico aos problemas concernentes à política colonial tendo em vista o bem estar das populações locais, o que não significa a defesa de uma adequação irrestrita da pesquisa científica aos interesses e necessidades da administração, mas uma conclamação à troca entre antropólogos e autoridades coloniais.¹⁴ Seguem-se ao artigo de Malinowski expressões simpáticas e contrárias à sua posição por parte de políticos coloniais ou dos autodenominados “homens práticos” (James, 1985; Kuklick, 1993). Lackner (1985) demonstra como este era um debate ativo também nas páginas do jornal do RAI e na *Man*.

Efetivamente, do ponto de vista de Leclerc, teria sido com o advento da antropologia aplicada proposta pelos funcionalistas que “o aspecto prático da colonização e as ambições práticas da teoria” puderam se coadunar (Leclerc, 1973, 82). Ele chama a atenção para a cooperação entre o funcionalismo britânico e o governo indireto.

Em contraposição, Kuper considera que a alegação dos antropólogos de que sua disciplina tinha uma contribuição a oferecer ao Império no enfrentamento dos problemas colocados pela colonização, não passava de uma tática de obtenção de suporte para a pesquisa de campo, que o compromisso com estudos teóricos suplantava outras tendências, e que no final, o trabalho aplicado era desprestigiado entre os antropólogos e costumava ficar a cargo das mulheres. Do lado dos governos britânico e coloniais, seus representantes não teriam ficado muito convencidos de que os antropólogos tivessem informações deveras valiosas a oferecer e raramente requisitavam pareceres e opiniões deles. Deste modo, Kuper tende a concluir que “(...) o desempenho dos antropólogos sociais britânicos na área da Antropologia Aplicada não foi de a impressionar muito” (Kuper, 1978, 134-35).¹⁵

Assim, embora o programa proposto pelo IAI subsidiado pela FR insistisse na mudança cultural como tema chave, segundo Kuper e Goody, poucos pesquisadores teriam

¹⁴ “Malinowski considerava que a ênfase da investigação antropológica poderia ser diferente se a pesquisa pretendesse solucionar problemas práticos preferencialmente a resolver disputas teóricas” (Kuklick, 1993, 187).

¹⁵ Entre os fatores que o autor elege para explicar a insignificante expressão da vertente aplicada da antropologia social britânica estão: o pouco interesse dos antropólogos, a reduzida demanda por pesquisas aplicadas por parte do governo, a concessão de bolsas e subsídios não ser condicionada à realização de estudos aplicados, a incompatibilidade generalizada entre administradores coloniais e antropólogos.

se concentrado neste tópico (uma exceção seria A. Richards), e para eles, isto acontecia porque os antropólogos sociais de fato escolhiam estudar o que mais lhes aprouvesse seguindo critérios acadêmicos e interesses etnográficos e não orientações oficiais e demandas de governos. A cooperação com autoridades coloniais e o privilégio de tópicos relevantes administrativamente eram recomendações, não imposições e, portanto, não chegavam a influenciar significativamente os trabalhos conduzidos. Goody é enfático ao assinalar que os antropólogos trabalhavam em condições que permitiam a eles salvaguardar sua independência intelectual, sugere ainda que eles estavam longe de se identificar de qualquer modo com o colonialismo e que muitos eram simpatizantes e até se envolveram com os movimentos de independência (sendo que naquela época grande parte dos representantes da antropologia britânica era estrangeira, incluindo sul-africanos e africanos).

As análises históricas da antropologia social britânica de Kuklick e Goody caminham em direções opostas, especialmente no tocante as relações entre a disciplina e o colonialismo.

Kuklick enfatiza as trocas entre antropologias e colonialismo e, entre seus produtos mais proeminentes, destaca o desenvolvimento de uma “antropologia colonial” cujo objetivo teria sido atender às necessidades práticas do sistema colonial. Entretanto este gênero de antropologia esteve, segundo ela, mais próximo de outras empresas científicas mantidas pelo governo do que da antropologia acadêmica. Ela foi o empreendimento conduzido por funcionários e políticos coloniais com treinamento em antropologia social que produziam trabalhos aplicados, etnografias e surveys com finalidades políticas e que não raro eram contratados para a função de antropólogo do governo (como os casos que vimos). Este cargo foi predominantemente preenchido por antropólogos coloniais, mas em alguns casos contou com antropólogos virtualmente acadêmicos que se dispuseram a realizar projetos aplicados.

De um modo geral, segundo a autora, os antropólogos, sobretudo os funcionalistas, reivindicavam que as investigações antropológicas solicitadas pelos governos coloniais fossem efetuadas por antropólogos profissionais, mas, via de regra, os administradores davam preferência a funcionários com treinamento em antropologia sob a alegação de que estes estavam capacitados a reconhecer questões efetivamente relevantes para a política

colonial e não se detinham em pesquisas puramente científicas.¹⁶ Ainda em alguns casos, a razão para esta predileção pelos funcionários coloniais se devia a suspeitas quanto a relação próxima que antropólogos costumavam estabelecer com os sujeitos estudados.¹⁷ Já os tecnocratas envolvidos no serviço colonial se mostravam mais simpáticos à contratação de antropólogos profissionais para auxiliar o governo. A despeito disso, muitos antropólogos realizaram seus estudos comissionados por governos coloniais.

Goody não se exime de revidar a postura fundamental de Kuklick que é de assumir uma aproximação efetiva entre a antropologia social britânica e o colonialismo.¹⁸ Ele a acusa de distorcer os fatos para se ajustarem a sua tese de que os antropólogos, uma vez que, eram dependentes de fundos de autoridades coloniais e da Fundação Rockefeller, estavam comprometidos com pesquisas de utilidade para os governos¹⁹, e neste sentido, ela ainda subestima as contradições e oposições que caracterizavam as atitudes dos antropólogos em relação à política colonial e seus agentes. Constrangimentos envolviam o trabalho antropológico não mais naquela época do que hoje, insiste o autor, observando que, na discussão que Richard Brown²⁰ faz dos trabalhos de Godfrey Wilson e Max Gluckman no Rhodes-Livingstone Institute, entre 1937 e 1947,

“ele revela os conflitos que os antropólogos trabalhando lá tinham com governos coloniais e com interesses colonizadores, tanto quanto seus próprios problemas em decidir se trabalhavam independentemente de tais autoridades (levando adiante ‘antropologia pura’) ou se tentavam e

¹⁶ Na concepção da autora: “Quando homens como Risley e Temple [ex-comissários do Império e eminentes políticos coloniais] impeliavam os administradores a receber treinamento antropológico, eles não estavam argumentando, entretanto, que o antropólogo profissional era mais bem equipado para entender as sociedades tradicionais do que era o administrador colonial com longos anos de serviço” (Kuklick, 1993, 197).

Haddon e Seligman, entre outros, tentaram persuadir os governadores coloniais de que os inquéritos antropológicos eram melhor conduzidos por antropólogos profissionais.

¹⁷ A esse respeito Kuper é enfático: “O antropólogo perturbava freqüentemente a opinião branca local ao privar da intimidade do nativo. Os comissários distritais mais ortodoxos – sobretudo na África Central e Oriental – eram facilmente convencidos de que os antropólogos se tribalizavam e mudavam de lado” (Kuper, 1993, 137).

¹⁸ Goody procede a uma crítica pormenorizada de diversas hipóteses do trabalho de Kuklick que remetem ao seu modo, segundo o autor, pouco rigoroso e generalizador de avaliar autores e correntes de pensamento antropológicas, a afirmativas insatisfatórias sobre obras e outras distorções que, no entanto, não nos interessa aqui retomar.

¹⁹ “Em seu relato da antropologia social Britânica, Kuklick comenta sobre os antropólogos do período entre guerras que ‘sua pesquisa era conduzida largamente na África porque seus patronos esperavam que seus fundos se mostrassem úteis para funcionários coloniais desenvolvendo estruturas administrativas lá’. Os patronos, no entanto, eram, sobretudo, uma fundação Americana interessada em ‘mudança cultural’ que não tem como propósito primário a provisão de ajuda administrativa para funcionários Britânicos” (Goody, 1995, 192).

²⁰ Ver Brown, 1985.

influenciavam o curso dos eventos (pelos meios da ‘antropologia aplicada’, mas não, claro, como empregados do governo). Em cada empenho, eles eram coloniais somente no mesmo sentido que alguém que deseja trabalhar em qualquer sociedade (América, Grã-Bretanha, França) pode ser descrito como ‘capitalista’ ou ‘hegemônico’” (Goody, 1995, 195-196).

Considerando as observações dos autores perscrutadas aqui, supomos que, se por um lado, a requisição de um conhecimento sobre as populações nativas aponta para uma valorização do saber antropológico, por outro, a precária utilização dos trabalhos etnográficos denuncia que o grau de comprometimento deste saber com princípios teóricos e critérios de validade científicos podia torná-lo mais ou menos palatável e absorvível por políticos e funcionários externos ao campo da antropologia. Mesmo uma proposta de antropologia aplicada encampada por Malinowski e alguns de seus estudantes não parecia completamente apta a atender às necessidades imediatas apresentadas pela política colonial segundo os seus representantes.

Realmente, observamos que dentro do Escritório Colonial e entre os governadores e políticos coloniais, a função que a antropologia poderia vir a desempenhar no regime colonial não deixou de ser uma questão significativa e repetidamente discutida a partir da Primeira Guerra Mundial. Se, então, poucos ainda duvidavam que o arsenal antropológico era imprescindível para o conhecimento profundo da organização social e cultura dos povos indígenas da África, muitos se dividiam quanto à questão de decidir se o treinamento em antropologia – quesito desejável que os administradores apresentassem – era suficiente para chegar ao entendimento satisfatório das instituições sociais e costumes dos povos dirigidos ou se era preferível recorrer aos trabalhos de um antropólogo profissional. A utilidade deste saber etnológico para a administração e sua validade na orientação da política colonial também consistia em um ponto chave de discórdia. Mas, se por parte dos agentes da empresa colonial a inclusão da antropologia e dos antropólogos era um fator polêmico, do lado destes últimos, o uso do saber antropológico pelos coloniais não suscitava menos discussão.

Uma vez que ainda não estava configurada dentro do campo antropológico uma ruptura clara (ao menos teórico-metodológica) entre pesquisa com objetivos puramente científicos e pesquisa com propósitos práticos, os antropólogos se apresentavam como cientistas imparciais, ainda que se envolvessem em trabalhos aplicados, e procuravam não

ser identificados com governos e políticas específicas. Não obstante, boa parte deles defendia a relevância para os governos do conhecimento profundo das sociedades africanas como forma de evitar a aplicação de políticas inadequadas e mesmo catastróficas para os povos locais. Sua posição era de que aquelas sociedades deveriam ser desenvolvidas, mas sem danos irreparáveis à cultura e neste sentido eles esperavam um bom uso de seus estudos. Deste modo, suspeito que as colaborações mais efetivas de antropólogos sociais britânicos com governos coloniais foram pontuais e devem ser analisadas caso a caso. Enfim, se, na época, políticos e antropólogos não chegavam a um consenso quanto à forma ideal de relação em que antropologia e colonialismo deveriam se envolver, hoje historiadores e analistas parecem não divergir menos quando vão recuperar as circunstâncias e desdobramentos de tal relação.

Quanto à experiência da colonização francesa na África, L'Estoile nos esclarece acerca da aproximação entre etnólogos e a elite administrativa colonial sugerindo, a partir das idéias weberianas, que a afinidade entre racionalidade científica e racionalidade administrativa seria imanente à forma especificamente moderna de dominação. Assim, uma vez que a administração racional dos territórios conquistados exigia um “esforço de ordenação do mundo colonizado”, a produção de conhecimento sobre o seu ambiente e sua população não poderia deixar de ser requisitada e mesmo financiada. Neste sentido: “Os discursos eruditos da antropologia, nas suas várias versões, fornecem instrumentos a esse esforço ao propor critérios para a identificação das populações e oferecer quadros de interpretação que permitem conferir inteligibilidade a comportamentos percebidos como desconcertantes” (L'Estoile, 2002, 67).

O mapeamento e classificação dos grupos étnicos, o acúmulo de dados geográficos e lingüísticos, a produção de inventários sobre as populações e de mapas étnicos faziam parte do arsenal de trabalhos etnográficos que, seguindo princípios científicos, também servia a fins práticos e acabava apropriado pelos administradores. O autor chama a atenção para uma circulação entre os escritórios coloniais e as instituições científicas de saberes e discursos que tematizavam as sociedades colonizadas.

Esta aliança entre competência científica e competência política se materializava de modo notável no caso francês através da École Coloniale (Escola Colonial). Lá,

administradores que comporiam a elite dos quadros coloniais recebiam uma formação especializada que incluía o conhecimento científico dos “nativos”. Este conhecimento era justificado pela necessidade de compreensão dos povos a que se pretendia governar racionalmente, não sendo de modo algum raro a produção de estudos e monografias etnográficos por administradores tendo em vista seu uso político. Dentre estas monografias tornou-se notória a escrita por Félix Eboué, em 1931, a qual foi considerada modelo na época, tendo sido publicada em várias revistas coloniais e científicas e angariado elogios entre os administradores e etnólogos do porte de Lucien Levy - Bruhl. Seu autor também teve uma carreira singular uma vez que, sendo negro, de origem guianense, após diplomar-se na Escola Colonial, galgou o posto de administrador de uma colônia pouco importante e chegou a governador – geral da África Equatorial Francesa.

Entre os nomes associados à Escola Colonial, Jules Brévié, Maurice Delafosse e Hubert Deschamps testemunham, através de suas trajetórias e idéias, o imbricamento entre a etnologia e assuntos de política colonial e/ou circulação entre instituições científicas e cargos administrativos. Deschamps oscilou entre as carreiras administrativa e universitária, e enfim definindo-se por esta, tornar-se-ia, em 1970, diretor do Centre d'Études Africaines (Centro de Estudos Africanos) da Sorbonne. Brévié ²¹, governador – geral da África Ocidental Francesa entre 1931 e 1937, destacou-se também pela criação de instituições de pesquisa. Ele foi o fundador do Institut Français de l'Afrique Noire (Instituto Francês da África Negra), IFAN, em 1937 e do Office des Recherches Scientifiques Coloniales (Escritório de Pesquisas Científicas Coloniais), em 1942. Delafosse dedicou-se a funções oficiais, foi professor de etnografia e línguas africanas na Escola Colonial, ajudou a fundar, ao lado de Paul Rivet, Lévy-Bruhl e Marcel Mauss, o Institut d'Ethnologie (Instituto de Etnologia) e publicou *Alto Senegal-Niger* (1921), *Os Negros de África* e *A Alma Negra* (1922) em que não se furtava a avaliar criticamente a empresa colonial, defendendo uma nova política indígena na África, orientada para o real progresso e bem-estar da população.

²¹ É de autoria de Brévié um texto lapidar em defesa do uso das ciências (inclusive das ciências do homem) no empreendimento colonizador: “Hoje, [...] a colonização adentra em seu período científico [...] Aqui também é preciso saber, para agir e para prever [...] A valorização agrícola da África Negra requer estudos agronômicos detalhados, experiências levadas a cabo com continuidade e imparcialidade, mas requer igualmente, e em mesmo grau, o conhecimento do meio indígena, do camponês negro, de sua mentalidade, de seus métodos, de suas aptidões” (Brévié, 1936 apud L’Estoile, 2002, 63).

De fato, o incentivo ao conhecimento científico dos povos sob tutela intensifica-se realmente entre os anos da guerra e o começo da década de 30 em um contexto em que a legitimidade da dominação colonial estava sendo vigorosamente questionada. Sob os efeitos dos movimentos nacionalistas na Ásia, sendo alvo de críticas de países como Alemanha e Estados Unidos e de reivindicações por parte das novas elites urbanas nas colônias, o Império Francês e suas realizações suscitavam desconfianças e re-avaliações. Mais do que nunca, o apelo à ciência era necessário para fornecer uma nova legitimação ao regime colonial estabelecido e justificar seu avanço.

Nos discursos de governadores, políticos e cientistas envolvidos no mundo colonial, em primeiro lugar, a validade da dominação continuava a estar assentada na superioridade científica da civilização que a empreende e no fato de ela fundamentar-se na Razão. Em segundo lugar, ela passava a ser justificada pelo progresso e desenvolvimento que apregoava poder levar aos povos sob sua tutela. Ou seja, defendia-se que a ciência e a política estavam a serviço do bem-estar da população indígena na administração colonial. Considerando estes discursos, L'Estoile esclarece que:

“É precisamente no cruzamento desses dois tipos de preocupação (racionalização da dominação e felicidade das populações) que se inscreve o investimento crescente nas ciências do homem, cujo projeto é o conhecimento racional dos comportamentos humanos. No quadro colonial, o estudo científico dos nativos aparece, ao lado da ação nas áreas da saúde e educação, como um meio privilegiado de demonstrar ao mesmo tempo a ‘humanidade profunda’ (preocupação com as populações indígenas e seus costumes) e a superioridade científica da potência tutelar” (L'Estoile, 20002, 75-76).

Deste modo, etnólogos tornaram-se tão necessários quanto médicos, geólogos e agrônomos, uma vez que não era mais suficiente explorar e gerir lucrativamente as riquezas naturais, minerais e agrícolas das colônias, urgia cuidar do contingente humano, dos corpos e almas dos nativos, conhecer suas tradições, desenvolver as culturas sem desintegrá-las. (Aliás, nas palavras de Lévy Bruhl citadas por L'Estoile, a população nativa é a primeira dessas riquezas naturais) Daí, o incremento do apoio do estado às instituições de pesquisa como o IFAN (colonial) e o Instituto de Etnologia (metropolitano), a partir de então. Isto contribuiu para a institucionalização da etnologia como disciplina universitária, significou

investimentos em projetos como a missão Dakar –Djibuti, dirigida por Marcel Griaule, entre 1931 e 1932, e culminou com a criação, em 1937, do Musée de l’Homme (Clifford, 2002).

Na Escola Colonial intensificou-se o incentivo ao conhecimento especializado dos “nativos”. Quando em sua direção, Hardy, por exemplo, estimulou os cursos de etnologia, geografia humana, línguas indígenas e direito costumeiro, criou o de psicologia e promoveu uma maior aproximação entre a Escola e o Instituto de Etnologia. O apelo à racionalização da política indígena era manipulado estrategicamente pelos administradores coloniais a fim de valorizar sua profissão.

Depois de 1945, progressivamente, contudo, etnólogos e administradores tornam-se concorrentes, disputando o campo de estudos dos nativos e demarcando fronteiras. Os institutos científicos da metrópole são fortalecidos, os etnólogos se circunscrevem ao *establishment* científico e as exigências para que um saber seja reconhecido como etnológico se afasta dos modelos do trabalho administrativo. Assim “A reivindicação de ‘pureza científica’ é mobilizada nas lutas científicas; ela termina particularmente por estigmatizar as pesquisas desqualificadas como ‘aplicadas’, em contraste com a ‘ciência pura’ e desinteressada” (L’Estoile, 2002, 84).

Como pudemos observar, na França embora já existisse uma antropologia de gabinete em que se sobressaíam os nomes de Marcel Mauss e Lucien Levy-Bruhl, a antropologia de campo foi, a princípio, um empreendimento levado adiante por administradores e governadores liberais ligados a Escola Colonial, como Delafosse e Dechamps, que não deixavam de se posicionar politicamente frente ao fenômeno colonial. O desenvolvimento da etnologia como disciplina autônoma é progressivo e marcado pela delimitação de fronteiras com os administradores.

Já na Grã-Bretanha, a antropologia social logrou com sucesso se estabelecer como uma disciplina acadêmica e institucionalizada, destacando-se o RAÍ, fundado em 1907. Embora este instituto fornecesse treinamento em antropologia para os administradores e funcionários do governo interessados, a pesquisa de campo foi desenvolvida por estes e pela geração de administradores antropólogos e antropólogos do governo somente até o momento em que os funcionalistas saíram a campo mais ostensivamente e surgiram os antropólogos aplicados. Assim, mesmo os estudos etnográficos motivados por problemas práticos e com

ambições aplicadas passaram a ser efetuados por antropólogos profissionais. Autores como Malinowski – que defendia o valor prático do saber antropológico – e Radcliffe-Brown e Evan-Pritchard – que se mantiveram reticentes quanto à utilidade do saber científico antropológico – pareciam admitir a separação entre as funções de cientista concernentes ao antropólogo e as de funcionário do Império Britânico concernentes aos administradores.

I.2 Situando o desenvolvimento e a modernização na África colonial

Recentemente, história colonial e história da ciência têm sido aliadas na tarefa de elucidar o papel das ciências nas políticas metropolitanas de gestão das coloniais e, já na descolonização, na formação e desenvolvimento dos novos Estados Nacionais. Tornam-se caras questões concernentes à exportação de modelos científicos ocidentais para sociedades não-ocidentais, sua recepção e re-elaboração, a partir das matrizes nativas, pelo conhecimento tradicional e sua exploração e preservação. O impacto da experiência colonial nas modelagens destas ciências, a constituição de uma ciência colonial não só no sentido de uma ciência subordinada praticada na colônia, mas de um conhecimento híbrido e diferenciado, e finalmente questões que dizem respeito à dependência e à autonomia científicas nas ex-colônias também são privilegiadas. Paralelamente, historiadores procuram investigar como as ciências foram mobilizadas pelos regimes coloniais em grandes programas e políticas planejadas especialmente nas áreas da saúde, agricultura, geologia (MacLeod, 2001).

Um dos casos melhor documentados é o da introdução da medicina ocidental nas colônias e o desenvolvimento da medicina tropical. A medicina tropical teria se firmado como um dos poderosos instrumentos de intervenção do império e controle das populações. As doenças chamadas tropicais, como malária, febre amarela e doença do sono que vitimavam europeus e nativos nas colônias eram objeto de pesquisas científicas e com a evolução da bacteriologia, incremento de soros e vacinas, identificação dos parasitas e vetores causadores das enfermidades, a medicina tropical conheceu um notável avanço. Mas, a medicina colonial não se subsumiria à medicina tropical. Práticas médicas empreendidas por missionários e voluntários, por meio de intervenções localizadas e

concentrando-se em pacientes individuais, também foram importantes no processo de expansão da medicina e de disputa com os sistemas terapêuticos tradicionais pelo atendimento dos povos indígenas. Campanhas de descrédito e de combate aos sistemas de cura nativos, encarados como obstáculos à medicalização das populações, foram conduzidas, assim como foi em muitos casos decretada sua proibição legal. Mas a estas ações se contrapunham a resistência de curandeiros e xamãs e a insistência dos povos em recorrer a eles, sendo que, atualmente, a valorização do conhecimento terapêutico indígena é um dos pontos mais destacados na história da ciência colonial.

A história da implementação de um “regime de desenvolvimento” nas colônias da África²² a partir de 1930 e a sua extensão no período colonial até os anos 70 é explorada por Christophe Bonneuil (2001) com enfoque nos campos da engenharia social, agricultura e irrigação, fornecendo um amplo panorama das transformações em seu modo de vida a que as populações africanas estavam sendo submetidas sob o planejamento de técnicos e especialistas.

Como já colocamos, na década de 30 do século passado, os governos coloniais adotaram uma agenda mais dirigista passando a intervir mais diretamente na economia. Considerando o que se estabeleceu a partir de então, em termos de políticas de planificação, cujo apogeu se daria nos anos 40-50, Bonneuil evoca uma representação da África enquanto um laboratório em que o desenvolvimento poderia ser experimentado (e acelerado) através de esquemas pilotos planejados que envolviam as populações locais. Ou seja, o continente vivenciava um processo em que se passava de uma “ciência a serviço do desenvolvimento” para o “desenvolvimento como experimento científico” (Bonneuil, 2001).

Neste período efervescente de experimentação o carro chefe das ações era os esquemas de povoamento planejados. Alguns esquemas deste tipo já tinham sido implementados antes, nas primeiras décadas daquele século, guiados por preocupações com a saúde pública, como no caso da evacuação de populações de certas áreas em Uganda e Nigéria, onde a mosca tsé-tsé transmissora da doença do sono era endêmica, no entanto suas proporções eram modestas.

²² O autor oferece uma sintetização, não se detendo nos contrastes entre as colônias (e países) de diferentes colonizações, britânica, francesa e belga ou peculiaridades de estilos de governo.

Os novos esquemas de re-povoamento eram empreendimentos gigantescos que envolviam a re-alocação de populações em função de grandes projetos de agricultura e irrigação. Entre 1934 e 1937, dentro do programa Terres Neuves de deslocamento do Cinturão do Amendoim no Senegal, foram re-assentados – não raro sob o uso da força – 4.000 pessoas. O Esquema Gezira (começa em 1906 e se estende até a década de 60) no Sudão Britânico e O Office du Niger (começa em 1932 e se estende até a década de 60) no Sudão Francês (atual Mali) consistiram, nas palavras do autor, em “projetos mamutes” empenhados em irrigar milhares de acres e organizar sociedades inteiras em torno da produção de algodão para atender as demandas das indústrias metropolitanas. O sistema agrícola, o uso da terra e o trabalho, assim como o modo de vida de milhares de africanos migrantes de outras regiões que, transformados em prisioneiros da empresa produtiva colonial, eram controlados e normatizados, além de serem supervisionados por inspetores europeus.

Na década de 50, os grandes esquemas de povoamento eram motivados pela mecanização da agricultura com o objetivo de aumentar a produção agrícola africana e organizavam-se com base no arrendamento agrícola. Muitos esquemas integravam ao mesmo tempo várias metas, da mudança do uso da terra, às novas organizações política e administrativa, à educação e saúde pública, como exemplos: o Esquema Zande no Sudão (1943-) que envolveu sessenta mil famílias, o Paysannats (1936-1960) que envolveu cento e quarenta mil famílias no Congo Belga e o Ujaama Villages na Tanganika que ao todo abarcou 15 milhões de habitantes na formação compulsória de 7.000 povoamentos. Além da ideologia de desenvolvimento, também o que unia tais empreendimentos era o caráter autoritário que os revestia. Com a descolonização, muitos camponeses evadiram-se, mas foi dado prosseguimento a vários projetos desenvolvimentistas iniciados no período colonial e ainda novos esquemas foram implantados nos estados independentes.

A mobilização de excelência científica pelos estados coloniais tinha como objetivo final o domínio “racional” do meio ambiente, das patologias e sociedades africanas. Antes de qualquer coisa, era parte da tentativa de submeter as comunidades agrárias à empresa colonial, moldar a vida e a produção rurais, uma vez que o Estado era confrontado na África por graves desafios à sua intervenção, destacando-se a baixa densidade populacional, a variedade de culturas, línguas, estruturas de parentesco e diversidade ecológica. A estratégia

elegida para integrar os camponeses em uma economia de mercado e melhor administrá-los foi transformar materialmente e amplamente as condições ambientais e sociais nas áreas rurais através de esquemas de desenvolvimento em larga escala envolvendo transporte, agricultura, irrigação, educação, saúde e trabalho. O estado introduziu uma estrutura burocrática de controle e supervisão que obrigava os camponeses a prosseguir “nos experimentos”, confinando-os às áreas limitadas para cultivo e irrigadas, e determinando os usos e técnicas permitidas para serem aplicadas à terra.

Considerando a convergência quanto aos seus propósitos, mas “para além da diversidade de interesses que os motivaram (produtivos, sanitários, de conservação de solo, etc.) e das receitas técnicas (irrigação, mecanização, aperfeiçoamento de sementes, etc.) que eles implementaram, todos aqueles esquemas de larga escala”, segundo chama a atenção Bonneuil,

“tinham realmente muito em comum. Primeiro todos colocavam especialistas no poder. Os esquemas eram designados e freqüentemente encabeçados por cientistas ou funcionários técnicos, comandando uma hierarquia de burocratas, inspetores, e peritos. A criação e gerenciamento dos esquemas de povoamento estimularam o crescimento de serviços técnicos e de pesquisa. Cientistas e funcionários técnicos (em campos como agricultura, solo e floresta, educação, saúde pública, e trabalhos públicos) ganharam grande status e poder com a emergência e afirmação do estado desenvolvimentista” (Bonneuil, 2001, 265).

Neste campo de cooperação entre comunidade científica e governos coloniais, os cientistas sociais também foram convocados a ajudar e a antropologia tornou-se um saber aplicado aos estudos de alteração no modo de cultivo e trabalho nos sistemas implantados. O autor menciona o estudo de um agrônomo, Pierre de Schlippé, sobre o Esquema Zande que se utilizou de surveys e trabalho de campo, e também podemos lembrar o caso do antropólogo Godfrey Wilson solicitado pelo governo de Tanganika a conceder um relatório acerca do costume dos Nyakyusa de não se fixar aos campos e desconsiderar a propriedade da terra, fatos que estavam prejudicando o sistema de cafeicultura introduzido na região (Kuper, 1978). Deste modo, considerando

“Mais genericamente, o trabalho de dezenas de cientistas agrícolas, demógrafos, economistas rurais, geógrafos, antropólogos, médicos e nutricionistas, e sociólogos ligados a esquemas de colonização provou ser decisivo no desenvolvimento da agronomia, economia rural e antropologia econômica” (Bonneuil, 2001, 279).

Assim, ao lado de cientistas aplicados e técnicos, os antropólogos de um modo geral, em maior ou menor grau, podiam encarar os problemas da colonização preferencialmente enquanto questões de competência técnica e administrativa, e deixar de reconhecer o fenômeno colonial em suas dimensões política e histórica. Isto permitia que o antropólogo disponibilizasse sua *expertise* ao sistema, sem assumir para si a responsabilidade política de estar se situando frente a ele e eximindo-se de problematizá-lo enquanto regime ideológico.

Os autores aqui abordados, a despeito das diferenças, convergem ao assinalar que o apanágio principal do tipo de colonização empreendida pela Grã-Bretanha e pela França na África é sua base científica, ou seja, os povos que são dominados são também estudados cientificamente e sua administração é orientada pela técnica. O pretexto de levar as luzes da “civilização” e do conhecimento às “sociedades atrasadas” confere legitimidade à dominação ao mesmo tempo em que, sob os auspícios da ciência, a gestão dos povos “primitivos” ganha racionalidade. Progressivamente, o apelo à civilização perde terreno, sendo substituído pela exortação ao progresso, sobretudo ao desenvolvimento das colônias nos programas políticos e tecnocráticos. O colonialismo aciona a ciência em seu programa de dominação em prol da racionalização de seus métodos, recrutando técnicos e especialistas em diversas áreas para colaborar.

“A ciência representou para a rude mente colonial um grande empreendimento do ocidente moderno, e a idéia de sua aplicação a povos nativos, como objetos, era promissora. (...) Logo, era uma boa tática para antropólogos apresentarem a alegação de que sua matéria, ao menos a espécie moderna, era um desapaixonado, científico e importante estudo da diversidade das formas sociais que merecia o respeito e as facilidades garantidas a outras ciências, como medicina tropical e geologia, e como elas tinha de ser baseada em investigação de primeira mão” (James, 1985, 46).

Uma vez que o empreendimento colonial, sobretudo a partir do período entre guerras, exigia cada vez mais auxílios técnico e científico na solução de problemas

administrativos e no enfrentamento de questões de ordem sócio-cultural, a oferta de um saber especializado sobre os povos submetidos não deixava de atender a uma demanda. Consideráveis montantes de verbas eram destinados para as pesquisas nas colônias principalmente nas áreas de agricultura e silvicultura, seguidas pela medicina e, finalmente ciências sociais – majoritariamente representada pela antropologia - e econômicas. O conhecimento exaustivo das transformações vivenciadas pelas sociedades africanas – a nova organização do trabalho, da agricultura e do comércio, a nova estratificação social, urbanização e mudanças de costumes – era exigido para atender às necessidades de identificar e prever os rumos que o desenvolvimento estava tomando e de engendrar novas políticas de gestão. Neste contexto o antropólogo, enquanto o especialista em culturas primitivas, poderia ter algo a oferecer.

Um outro elemento mencionado para caracterizar o tipo de colonização empreendida é a experimentação que ao lado da planificação definem a natureza dos grandes esquemas de povoamento da administração colonial para os próprios técnicos idealizadores, mas também, segundo Leclerc, caracterizam a espécie de mudança injetada pela colonização nas sociedades africanas à que o antropólogo funcionalista toma como objeto de investigação. Ou seja, ele percebe a mudança social como sendo de tipo planificada, uma experimentação promovida pela empresa colonial, a qual, para concretizar este processo de mudança supostamente controlado depende do antropólogo que se apresentaria como o único especialista a conhecer todas as dimensões do problema, o lado europeu e o indígena.²³

*

Neste capítulo, trabalhando com a hipótese de que a empresa colonial e a empresa científica foram aliadas no processo de intervenção, senão dominação, européia sobre o meio físico africano e as sociedades africanas, em nome do propósito de civilizar o continente, pretendi discutir como a antropologia, enquanto parte deste empreendimento do

²³ “Baseada num certo ideal ‘planificador’, a colonização imperial é, pois, para o antropólogo uma verdadeira experimentação da mudança cultural. Mas não é tudo. Como concretizar essa ‘mudança planificada’? Ainda aqui o antropólogo permanece em posição vantajosa. Enquanto detentor de um saber, entre todos os outros ‘administradores’ e ‘especialistas’ é o único a conhecer todas as dimensões (até todos os dados) do problema (não somente da posição européia, mas também da indígena), exigindo que o seu saber seja reconhecido nas suas potencialidades práticas” (Leclerc, 1973, 83).

conhecimento, em seu esforço para tornar o outro inteligível, não deixou de ser instada a desempenhar um papel no sistema colonial. A antropologia fez-se presente; fosse através de cursos ministrados por antropólogos a administradores coloniais, de antropólogos contratados como funcionários do governo, de etnografias encomendadas por políticos coloniais. De qualquer modo, independentemente de estarem posicionados dentro ou fora do governo ou de assumirem a defesa dos povos que estudavam contra a política colonial, os antropólogos foram obrigados a lidar com toda uma estrutura de poder imposta pelos europeus aos povos colonizados, e as formas que esta relação assumiu foram diversas e matizadas, não raro, tensas e ambíguas.

Capítulo II

CIÊNCIA E MISSÃO: INTERVENÇÕES NORTE – AMERICANAS E O BRASIL

“Nós neste país somos, mais por destino que por escolha,
as sentinelas da liberdade mundial”.

Presidente John F. Kennedy, *Seja feita a vossa vontade*.

Foi como integrante de uma missão dos *Peace Corps* com o objetivo de oferecer assistência à saúde das populações carentes no interior do estado de Pernambuco, que Nancy Scheper-Hughes experimentou sua primeira estadia no Brasil, entre os anos de 1964 e 1966, atuando como visitadora – espécie de agente de saúde pública. Os *Peace Corps*, ao lado da Aliança para o Progresso e da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), fizeram parte das intervenções conduzidas pelos EUA na América Latina com o objetivo de prestar ajuda técnica e apoio econômico aos países subdesenvolvidos para alavancar seu crescimento. Tais ações eram embaladas pelas teorias desenvolvimentistas da década de sessenta e estavam efetivamente comprometidas com o combate ao comunismo, com o anti-fidelismo e com o projeto de norte-americanização do continente.

Em 1982, em seu regresso à região, já em um novo contexto e como antropóloga, Scheper-Hughes produziu uma etnografia na comunidade com a qual havia trabalhado duas décadas atrás, e, embora seja objeto de pouca reflexão em sua obra, sua experiência como voluntária no Brasil certamente foi determinante para a escolha do seu objeto de estudo antropológico, além de aparentemente se fazer marcante em suas interpretações¹ e influenciar sua proposta de uma antropologia engajada.

Contudo, décadas antes de qualquer experiência de Scheper-Hughes no Brasil, um seu compatriota e colega de profissão, Charles Wagley, já tinha conduzido suas pesquisas por aqui e, efetivamente, tinha se tornado “um especialista em estudos latino-americanos,

¹ Em sua resenha de *Death without Weeping*, Ligia Sigaud relaciona as condições em que se fez possível o trabalho voluntário de Scheper Hughes com o modo como ela encarou os habitantes da comunidade em seu primeiro contato com eles e depois como tal experiência influenciou na interpretação geral apresentada no livro (Sigaud, 1995).

em geral, e brasileiros, em particular” (Massi, 1989, 454). Contando com uma bolsa da Fundação Rockefeller, Wagley veio pela primeira vez ao país em 1939, através de um convênio informal entre o Museu Nacional e a Universidade de Columbia que patrocinava a vinda de antropólogos norte-americanos para treinar jovens pesquisadores brasileiros enquanto aqueles realizavam seus estudos etnológicos. Como consequência dos esforços empreendidos pela diretora do Museu na época, Heloisa Alberto Torres, junto a Franz Boas, Ralph Linton e outros, vieram para cá dois grupos de antropólogos dos Estados Unidos que incluíam, além de Wagley, Ruth Landes, Buell Quain, William Lipkind, James e Virgínia Watson, Yolanda e Robert Murphy (Corrêa, 2003), o que contribuiu para transformar o Brasil em um campo privilegiado de investigação e pesquisa para a antropologia norte-americana e intensificar a influência desta por aqui. Por essa época e especialmente após a Segunda Guerra, a influência norte-americana, que se alargava em vários campos da vida nacional, fez-se sentir nas ciências sociais e antropologia.²

A presença de pesquisadores norte-americanos vinculados a outras ciências no país era também extremamente significativa, destacando os campos da medicina e saúde pública, em que a atuação da Fundação Rockefeller favorecia o intercâmbio entre cientistas dos dois países. Mas, a aproximação entre EUA e Brasil se fez notável no período da Segunda Guerra, quando a preocupação tática daquele país com os países da América Latina tornou-se mais aguda, incitando a criação do Escritório para Coordenação de Assuntos Interamericanos (dirigido por Nelson Rockefeller) que promoveu o estreitamento da colaboração entre as Américas. Acordos e convênios foram firmados, entre os quais o que criou o Sesp (Serviço Especial de Saúde Pública), no qual Charles Wagley veio a atuar.

Observamos assim que estes dois antropólogos norte-americanos que escolheram a sociedade brasileira como objeto de seus estudos, Scheper-Hughes e Wagley, também participaram ativamente de instituições ou agências vinculadas aos EUA que atuavam aqui motivadas por interesses estratégicos definidos com relação ao Brasil. Ou seja, eles estiveram, de algum modo, envolvidos com a política externa da sua nação dirigida ao nosso país em dois momentos críticos das relações interamericanas – durante a Segunda Guerra

² Segundo Mariza Corrêa: “A primeira influência é registrada pela linguagem: tanto Wagley como Dona Heloisa falam, no início dos anos 40, em *antropologistas* (*antropologists*) como os praticantes dessa disciplina, sinalizando a influência do inglês e da relação com os norte-americanos, que passavam a ser mais presentes do que os franceses na vida intelectual do país” (Corrêa, 2003, 143).

Mundial e no auge da Guerra Fria. Evidentemente, os dois casos mencionados diferem e suas singularidades serão consideradas posteriormente, contudo, nos interessa reter, a princípio, a idéia de que estão em questão episódios privilegiados para explorar as relações entre antropologias, nações e impérios, por um lado, e entre antropólogos, trabalhos aplicados e engajamento, por outro.

A fim de contextualizar as atividades práticas e as produções antropológicas de Scheper-Hughes e Wagley, abordaremos a história de missões, filantropia e agências de desenvolvimento dos EUA conduzidas no Brasil. Procedendo a uma incursão panorâmica pela história da saúde pública no país, introduzimos a história da aliança entre o governo brasileiro e a filantropia norte-americana, através da Fundação Rockefeller, em prol do desenvolvimento do campo médico-sanitário do país, uma vez que esta aliança culmina com o estreitamento da colaboração entre os governos do Brasil e dos EUA durante a Segunda Guerra e a criação do Sesp. Acompanhando a ampliação da presença norte-americana por aqui, chegamos à década de sessenta, “a década do desenvolvimento”, que inaugura novos programas de cooperação interamericana como a Aliança para o Progresso e os *Peace Corps*.³ Em adição a isso, parece imperativo situar também o movimento operado na antropologia norte-americana em direção a uma vertente aplicada, seu alinhamento com a política externa dos EUA, a busca por objetos de estudo para além de suas fronteiras nacionais, incluindo outras nações, a expansão desta antropologia internacionalmente e sua vocação imperial.

II.1 Encontrando o Império

Não são poucas as referências a um certo modo próprio aos Estados Unidos de se conceberem como os legítimos “guardiões do mundo” (Joseph, 1998; Mendonça, 1999; Said, 1995). Com efeito, o imperialismo⁴ tende mesmo a ser acompanhado por um sentido

³ Destacamos que as atividades dos dois antropólogos, tanto nos *Peace Corps* quanto no Sesp, dizem respeito ao campo da saúde pública, o que sinaliza a centralidade do problema da saúde nas políticas e missões norte-americanas por aqui (basta lembrarmos da prolongada atuação da Fundação Rockefeller). Como constata Mendonça (1999), além de tudo, os norte-americanos também cuidavam da saúde dos brasileiros.

⁴ Valho-me aqui das definições oferecidas por Michael Doyle e citadas por Said: “O império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O

de missão, mas no caso dos EUA, o apelo a um fervor missionário é tão bem capitalizado que embota sem dificuldades os menos nobres interesses imperiais em jogo. As intervenções norte-americanas conduzidas ao longo do globo são eficientemente justificadas pelas autoridades com base no dever moral inescapável e no princípio de responsabilidade nacional pela garantia da ordem e da paz no mundo, de modo que parte significativa da nação americana oferece seu consentimento, mas resiste em admitir as motivações imperiais de tais ações. Os norte-americanos preferem se reconhecer como excepcionais e destinados a liderança, julgando constrangedor o atributo de imperialistas (Said, 1995), afinal, os Estados Unidos simplesmente estariam manifestando seu destino promovendo a liberdade e a democracia, que eles se congratulam de ter conquistado para si, e disseminando os padrões da civilização americana internacionalmente. Fatores como ocupações militares e dependência econômica nada mais seriam que efeitos colaterais da boa vontade norte-americana (Azevedo, 2002).

Além de constituírem a última superpotência mundial, os EUA são – há pouca margem para contestações – um Império que exerce intensa influência econômica, diplomática e cultural com mais ou menos “sutileza” e, se preciso for, violência, no resto do globo. Noam Chomsky (1997) destaca que os EUA emergiram da Segunda Guerra Mundial com um poderio econômico, militar e político de tal envergadura que garantiu ao país um nível de supremacia na esfera internacional sem precedentes na história. Este poder teria autorizado idéias ambiciosas de intervir e organizar o mundo inteiro, algumas levadas adiante por planejadores e políticos americanos.

Considerando as relações historicamente estabelecidas entre os Estados Unidos e as Américas Central e do Sul, destacam-se alguns marcos da construção da hegemonia norte-americana na região. Entre eles, lembramos, desde a formulação de políticas externas especialmente dirigidas à América Latina como a Doutrina Monroe e a política da Boa Vizinhaça; o lançamento de programas econômicos (que incluíam propósitos além de comerciais, políticos e culturais) como o Ponto IV e a Aliança para o Progresso; a disseminação ofensiva dos produtos culturais norte-americanos no continente como cinema, música e seriados televisionados; a promoção de alianças com as elites nacionais, políticos,

imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer o império” (Doyle, 1986, 45 apud Said, 1995, 40).

empresários, intelectuais e militares que expressassem uma afinidade de interesses com os Estados Unidos, chegando até a participação norte-americana em conspirações, golpes e intervenções político-militares, como as invasões do Panamá e da Nicarágua.

Além dos propósitos políticos e econômicos da aproximação norte-americana de seus vizinhos do sul, já meticulosamente identificados e dimensionados por teóricos da dependência e críticos do imperialismo, estudos recentes têm inovado, ou ao menos avançado, em alguns pontos. Uma tendência é abandonar o viés analítico baseado em bipolaridades centro/periferia e norte/sul e na reificação de grandes processos econômicos e políticos, a fim de examinar de um ponto de vista descentrado encontros entre o estrangeiro e o local, investindo na contextualização microscópica destas interações. Interações estas que envolvem, tanto coerção, força, desigualdades e desentendimentos, quanto possibilidades inesperadas de troca, negociações e tentativas de compreender o outro.⁵ Nestas análises, a dimensão cultural, até então relegada a um plano subsidiário, é recuperada, e cultura e poder tornam-se questões chave. Autores têm interpretado o imperialismo também como um projeto cultural, investigando como empreendimentos culturais e científicos integram os planos e investimentos dos EUA na América Latina e enfocando na circulação, além de capitais e armas, de informações e representações entre as duas regiões (Joseph, LeGrand e Salvatore, 1998; Macleod, 2000).⁶

Neste sentido, foram realizados importantes estudos sobre o encontro entre a Fundação Rockefeller e a América Latina, os quais, superando o infértil debate entre defensores e denunciadores da filantropia norte-americana (e suas possíveis motivações puramente altruístas ou imperialistas), abordam o encontro a partir de um ponto de vista local que permite desvelar os interesses tanto da fundação quanto dos governos e dos cientistas dos países onde ela se estabeleceu, as trocas entre as comunidades científicas dos EUA e das nações latino-americanas, os desencontros entre os propósitos das missões da

⁵ Os ensaios presentes em *Close Encounters of Empire* procuram demonstrar que “o poder dos Estados Unidos tem sido mantido de modo irregular na região [América Latina] por diversos agentes, em uma variedade de lugares e conjunturas, e através de acordos transnacionais diversos. Formas de poder têm sido múltiplas e complexas: simultaneamente combinadas através de estados nacionais e de relações regionais mais informais; via negócios e de redes de comunicação e indústrias culturais; através de fundações e agências filantrópicas; via tecnologias importadas; e através de construções de nacionalidade, raça, etnicidade, gênero, e sexualidade” (Joseph, 1998, 5).

⁶ A proposta de abordar a problemática do Império a partir da análise da cultura já tinha sido formulada também por E. Said (1993) que chamava a atenção para a centralidade da cultura na experiência imperial moderna.

fundação e as demandas e prioridades nacionais e as freqüentes acomodações dos primeiros às segundas (Cueto, 1994; Castro Santos e Faria, 2003; Palmer, 1998).

Uma abordagem também inspiradora, especialmente levando em conta os horizontes do presente trabalho, é fornecida por Ricardo Salvatore (1998) no artigo “A Empresa do Conhecimento. Máquinas Representacionais do Império Informal” (*The Enterprise of Knowledge. Representations Machines of Informal Empire*). Neste texto, Salvatore demonstra como no encontro pós-colonial entre América Latina e EUA, a primeira se constituiu em um campo para a coleta de informações e para explorações de caráter científico e missionário e de que modo este fato influenciou também na sua constituição em um campo para a injeção de capitais e tecnologias e para o exercício de poder dos EUA. Além de terem se convertido em potenciais mercados para bens e serviços norte-americanos, os territórios, sobretudo sul-americanos – onde formas de intervenção direta eram alternativas pouco viáveis – transformaram-se em espaços que os EUA preenchiam com suas representações.

Entre 1890 e 1930, diversos tipos de intervenções culturais, expedições científicas e comerciais, missões filantrópicas e religiosas conduzidas pelos Estados Unidos na América do Sul teriam sido responsáveis pela produção e circulação de uma multiplicidade de representações sobre a região presente em narrativas de viagem, etnografias, livros geográficos, álbuns fotográficos, mapas, pinturas, feiras mundiais e museus. Este conjunto de empreendimentos culturais forjados com base no projeto de conhecer as Américas, e que é denominado sugestivamente por Salvatore de “empresa do conhecimento”⁷, teria efetivamente inserido os países sul-americanos na órbita de preocupações e interesses norte-americanos. A necessidade de coletar informações sobre a região justificava toda forma de engajamento norte-americano nos territórios sul-americanos⁸ e, deste modo, contribuía para o projeto expansionista dos EUA e para a construção de seu império informal na região.

⁷ A interdependência entre negócios e conhecimento e entre interesses mercantis e científicos já se encontrava, segundo o autor, profundamente enraizada na cultura capitalista dos EUA.

⁸ O autor menciona a presença de comerciantes, missionários, pesquisadores, educadores, geógrafos, etnólogos, naturalistas, estatísticos, geólogos, sanitaristas, fotógrafos, diplomatas entre outros. Todos comprometidos com a obtenção de informações sobre a América do Sul.

II.2 A cooperação entre Brasil e EUA na área da saúde:

A Fundação Rockefeller e um país doente

A saúde tornou-se de fato, desde meados do século XIX, um fator presente na configuração das relações internacionais, como aponta Nísia T. Lima (2002), na medida em que o crescimento da interdependência comercial dos países e da ameaça das doenças transmissíveis que poderiam se propagar através dos portos de uma nação a outra, seguindo a intensificação do fluxo de mercadorias e pessoas, impunham aos governos a necessidade da adoção de medidas sanitárias como a instituição de inspetorias de saúde nos portos e da definição de agendas de saúde internacionalmente. Tal circunstância precipitou o reconhecimento da saúde como problema além de nacional, global e corroborou para a interferência do Estado sobre o corpo social através da condução de reformas sanitárias e políticas de saúde pública tanto quanto para a criação de espaços de negociação internos e externos, a constituição de fóruns e agências internacionais de cooperação para o estabelecimento de ações de combate às enfermidades contagiosas⁹ (Lima, 2002; Castro Santos e Faria, 2003).

Foi nas Américas que se estabeleceu, em 1902, “o mais antigo organismo de cooperação na área de saúde”, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), e é este continente que “detém a primazia na cooperação internacional em saúde” (Lima, 2002, 25). As contribuições da OPAS no sentido de estabelecer uma agenda comum de enfrentamento das doenças que ameaçavam os países americanos, de apoiar programas de saúde e incentivar o intercâmbio de saberes e especialistas da área alocam a organização na posição

⁹ No século XIX, na Europa, a higiene, que constituía a corrente científica hegemônica nos estudos sobre a saúde do homem, associava o contexto da época marcado pelos processos de urbanização e industrialização, as condições insalubres das cidades e os conglomerados humanos às patologias. Duas posições concorriam para explicar as causas das doenças: a contagionista, cuja concepção era de que a transmissão de uma doença se dava através do contato de uma pessoa enferma com uma sã e que defendia práticas de isolamento, quarentena e desinfecção de objetos para deter a propagação das doenças, e a anticontagionista ou infeccionista, cuja explicação etiológica da doença era buscada nos processos de infecção adquiridos em locais onde existissem miasmas e que defendia intervenções sanitárias nos ambientes físicos e sociais. De qualquer modo, embora houvesse uma grande imprecisão tanto diagnóstica quanto terapêutica até a consagração da bacteriologia – com a identificação dos micróbios como causadores das doenças – naquele século, a saúde das populações impôs-se como uma questão de política nacional, com estados conduzindo reformas sanitárias, medidas de controle social e intervenções nas condições de trabalho e habitação das cidades. Sob o impacto do conhecimento médico e da ocorrência de epidemias e pandemias (como a peste bubônica, o cólera e a febre amarela), os países também se envolveram em ações de âmbito mundial (Rosen, 1994; Lima, 2002).

possivelmente de liderança na produção desta colaboração interamericana. Entretanto, até pelo menos a metade do século XX, uma poderosa agência norte-americana também desempenhou um papel notável no estabelecimento de programas de combate às epidemias endêmicas do continente e no desenvolvimento das ciências biomédicas em estreita colaboração com governos e comunidades científicas das nações americanas; trata-se da Fundação Rockefeller.

Criada em 1913, a partir da iniciativa do milionário norte-americano John D. Rockefeller e com tradição de trabalhos filantrópicos conduzidos nos Estados Unidos e Inglaterra, a Fundação Rockefeller deu início as suas atividades na América Latina em 1916, após ter dirigido expedições médicas a fim de inspecionar as condições da saúde pública, dos serviços médico-sanitários, do ensino e da pesquisa científica em quinze países.¹⁰ Orientada pela meta de erradicação da febre amarela nas áreas urbanas em que esta doença era endêmica – a qual os cientistas do Instituto Rockefeller de Pesquisa Médica de Nova York julgavam ser possível de alcançar – a fundação chegou a aplicar metade de suas verbas em pesquisas e em campanhas sanitárias conduzidas contra a doença, como as do Equador (1918), Guatemala (1919), Peru (1920-22), América Central (1923), México (1923) e a mais longa delas no Brasil (1923-40) (Cueto, 1994).

Alguns fatores arrolados por Marcos Cueto ajudam a explicar a intensa atuação daquela agência nas áreas de saúde pública e ciência nos países subdesenvolvidos da América. Começamos pela preeminência da febre amarela. A doença já havia infestado, no século XIX, a região subtropical do sudeste dos Estados Unidos e o alastramento dela pela América Latina trazia o risco da epidemia voltar ao país, representando ainda uma ameaça também para os colonos norte-americanos que habitavam os países afetados. O papel da comunidade científica na definição da febre amarela enquanto um problema prioritário, merecedor de investimento e esforços filantrópicos, mas passível de uma solução bem sucedida, por sua vez, não pode ser negligenciado.¹¹ A preconização do sucesso fácil nas

¹⁰ “Um fenômeno importante da expansão do papel norte-americano na economia e política mundiais foi o surgimento de fundações de cunho científico associadas a grupos industriais e comerciais de vulto, atuando internacionalmente. A partir do início do século passado, homens como Carnegie, Rockefeller e outros, por questões religiosas, pessoais, políticas ou econômicas, contribuíram sensivelmente para o progresso social, cultural e científico de vários países, mediante a implantação de uma extensa rede de serviços assistenciais, universidades, fundações, institutos e bibliotecas” (Castro Santos, 2003, 52).

¹¹ “No caso das Américas, a febre amarela, em fins do século XIX e início do século XX, era considerada o grande desafio de política sanitária, especialmente no que se refere ao comércio entre as nações. Em parte,

campanhas de erradicação da febre amarela (assim como da malária), por parte dos cientistas, não deixou de angariar recursos da fundação, uma vez que, bons e rápidos resultados colaboravam para enaltece-la.

Em adição a isso, pesavam também a preocupação em proteger o comércio interamericano, o interesse no fortalecimento das relações diplomáticas e a possibilidade de expandir a ciência e a cultura norte-americanas. A exportação de modelos de ciência, instituições e ensino, enfim, de um modo de organização do conhecimento foi uma das conseqüências mais sobressalentes da poderosa atuação da Fundação Rockefeller.

Determinante para o papel que ela desempenhou na América Latina foi a receptividade por parte dos governos locais com os quais foram facilmente estabelecidos convênios para o desenvolvimento de programas de saúde pública e campanhas saneadoras. Os governos tinham grande interesse no incremento dos serviços médico-sanitários também como forma de expansão do controle sobre populações e regiões distantes e de organização da nação.

No Brasil, a cooperação com o Estado deu-se através da Diretoria Nacional de Saúde Pública (DNSP) e possibilitou a implantação da Comissão da Febre Amarela da Divisão Internacional de Saúde pela Fundação Rockefeller com o início de um programa de combate à doença em âmbito nacional. A ação profilática da Comissão, a princípio, voltou-se para o combate dos focos larvais do mosquito *Aedes aegypti* em regiões epidêmicas urbanas, mas, deparando-se com a discordância de renomados cientistas brasileiros que defendiam a presença da doença no meio rural e insistiam na necessidade de desinfestação continuada (não somente durante o surto), com a eclosão da epidemia em regiões rurais e a descoberta da versão silvestre da febre, a Fundação Rockefeller mudou seus métodos. Com a criação do Serviço Nacional de Febre Amarela, o programa elevou sua eficiência, enfrentando a doença em escala mais ampla com campanhas saneadoras pelo interior do país.¹² Optando prioritariamente pelo modelo campanhista, a missão avançou suas atividades de profilaxia

desempenhou no continente americano papel similar ao do cólera na Europa. Foi uma das doenças mais marcantes da história da saúde pública brasileira, com impactos sobre os processos políticos e o desenvolvimento científico no país” (Lima, 2002, 38).

¹² Neste sentido, o depoimento do médico José Fonseca da Cunha à Casa de Oswaldo Cruz (1999), o qual havia sido funcionário da Fundação Rockefeller na década de quarenta, é revelador dos procedimentos adotados por esta na tentativa de erradicação da febre amarela como a vacinação em massa das populações rurais e a identificação de focos da doença através da técnica de viscerotomia que consiste na coleta e exame diagnóstico de amostras do tecido hepático de indivíduos mortos com suspeita de terem contraído a febre (Hamilton e Azevedo, 1999).

pelos sertões no combate às endemias que ameaçavam as populações rurais como a ancilostomíase (o amarelão), a febre amarela e malária (Castro Santos e Faria, 2003).

De fato, quando a Rockefeller instalou-se aqui, ela encontrou uma certa infraestrutura organizada – destacando os Institutos de Manguinhos e do Butantã (1901) – que facilitou sua intervenção e, sobretudo, havia o trabalho avançado de cientistas renomados como Oswaldo Cruz, Emílio Ribas, Adolfo Lutz, Arthur Neiva e Vital Brasil. O caminho para a viabilização de programas de erradicação da febre amarela já estava aberto graças ao movimento nacional em prol do saneamento do país e do combate às endemias rurais encabeçado pela Liga Pró-Saneamento do Brasil formada em 1918¹³ (Faria, 2002; Castro Santos e Faria, 2003).

Os investimentos da Fundação Rockefeller também se dirigiram às instituições de pesquisa e ensino e ao desenvolvimento das ciências médicas. A princípio, os recursos concentraram-se nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo que já contavam com um aparato institucional e com uma produção científica relevantes na área de saúde pública e que foram priorizados porque deveriam operar como modelos para as outras regiões do país (Faria, 2002; Castro Santos e Faria, 2003).

A saúde pública e a medicina experimental do estado de São Paulo foram notavelmente impulsionadas pela Fundação Rockefeller, a partir de 1916, através do apoio dirigido, não só aos serviços e campanhas de combate às endemias rurais, mas ao contingente profissional e institucional com objetivo de aprimorar as áreas de ensino e pesquisa. Deste modo, foram beneficiados: o Serviço Sanitário Estadual (fundado em 1892), a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo com a instalação em 1918 do Laboratório de Higiene (depois Instituto de Higiene) e a Universidade de Medicina de Ribeirão Preto.

¹³ Todavia, este movimento é tributário das expedições científicas organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz pelo interior e sertões, na primeira década do século XX, especialmente as conduzidas pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, quando um novo diagnóstico do Brasil fora apresentado: éramos um país doente. O retrato nacional oferecido pela ciência era o de um povo doente e abandonado pelo poder público e o que ela reivindicava ao governo era a reforma da saúde pública. A doença tornou-se a metáfora do subdesenvolvimento brasileiro. À medida que foram divulgadas, as informações contidas nos relatórios de viagem angariaram grande repercussão pública e setores das elites médica, intelectual e política passaram a conclamar o desenvolvimento de uma ampla campanha pelo saneamento do país. Tal mobilização resultou na centralização das ações profiláticas dirigidas às endemias rurais que assolavam o país como a ancilostomose, a malária e a doença de Chagas (Lima e Hochman, 1996).

Segundo Faria, a reforma na organização dos serviços públicos também carregou a marca da fundação:

“No período entre 1918 e 1920, foram criados novos serviços identificados com uma estratégia de ação que se efetivava por meio de uma rede de ambulatorios, projeto apoiado e financiado pela Fundação Rockefeller. A partir de 1922, observa-se a criação dos centros de saúde e postos de higiene. Essas unidades podem ser consideradas a expressão mais acabada do modelo norte-americano de saúde pública” (Faria, 2002, 565).

A partir de 1930, a Rockefeller foi progressivamente abandonando o esforço campanhista, deixando-o a encargo do Estado brasileiro, e assumiu prioritariamente investimentos no ensino médico e na pesquisa científica, além de participar da produção de vacinas e de estudos epidemiológicos.

Durante todo o período de sua atividade filantrópica no país, a fundação não deixou de suscitar críticas e resistência. Na maior parte das vezes, seus opositores viam-na como um instrumento do imperialismo norte-americano e insistiam que o governo brasileiro deveria se mostrar mais reticente no tocante a presença da agência no país, mas com respeito a sua intervenção médico-sanitária, também foram levantadas críticas e objeções aos seus procedimentos de pesquisa e experimentação.¹⁴ Contudo, no geral, as ações da fundação empreendidas por aqui atendiam às demandas por desenvolvimento e modernização forjadas por amplos setores da sociedade como a comunidade científica (em sua maioria), políticos, industriais e grandes proprietários interessados em melhorar a imagem do país e atrair imigrantes.

Deste modo, uma vez que, a superação do nosso atraso dependia, tanto para os funcionários da missão norte-americana quanto para elites e os cientistas nativos, da adesão aos padrões científicos e médicos ocidentais, a superação das crenças e práticas indígenas e tradicionais de terapia e cura cultivadas, sobretudo pelas populações mestiças, caboclas, índias e negras do interior e sertões do país tornava-se uma exigência. Segundo Cueto (1994), os registros dos funcionários da Rockefeller na América Latina revelam a recusa em aceitar os curandeiros como parceiros na atenção à saúde das pessoas. Entretanto, parece

¹⁴ Segundo nos informa Faria (2002), médicos de São Paulo chegaram a acusar as missões médicas da fundação de realizar experiências com o quenopódio para testar sua pertinência no tratamento da ancilostomose (amarelão) em pacientes brasileiros, o que permanece uma questão controversa.

que havia também muita negociação ao nível local entre agentes de saúde e curandeiros durante as campanhas saneadoras pelo interior do Brasil, como relata, em depoimento já citado, o médico brasileiro José Fonseca da Cunha, ex-funcionário da fundação: “Nos lugares em que não tinha médico [e ele afirma que em geral não havia], eu me valia dos curandeiros, muito comuns no interior. Em muitos lugares eu me utilizei do serviço dos curandeiros porque eles tinham muito mais credibilidade junto à população do que eu. Se eles dissessem: ‘Não vacina’, garanto que ninguém vacinava” (Hamilton e Azevedo, 1999, 747).

Entre os principais efeitos da prolongada atuação da Rockefeller no país podemos destacar a racionalização da administração sanitária, a organização dos primeiros postos e centros de saúde, o controle da malária e da febre amarela e a formação de uma geração de sanitaristas influenciados pelo modelo americano – muitos inclusive estudaram na Universidade John Hopkins – que protagonizaram, entre as décadas de vinte e cinquenta, a reforma sanitária brasileira e participaram dos grandes programas de saúde pública e de importantes instituições da área, como o Sesp.

II.3 Cooperação renovada: a criação do Serviço Especial de Saúde Pública

No contexto da Segunda Guerra Mundial e sob o impacto do ataque japonês a Pearl Harbor, foi negociado, nos bastidores da III Conferência de Ministros de Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada no Rio de Janeiro, um acordo entre o diretor da Fundação Rockefeller no país, Fred Soper¹⁵, e o ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, Gustavo Capanema, para a implementação de um serviço de saúde, numa cooperação entre Brasil e EUA. Em março de 1942, era criado o Serviço Especial de Saúde Pública, o Sesp (Peçanha, 1976; Campos, 1997 e 2000).

Da parte norte-americana, os interesses eram militares e imediatos. A necessidade de assegurar o fornecimento de matérias-primas estratégicas para sua indústria bélica era o que

¹⁵ Em 1930, Fred Soper tinha assumido a direção das atividades da Fundação Rockefeller no Brasil e estabelecido uma vigorosa interação com os sanitaristas brasileiros. Ele seria o primeiro diretor do Sesp (Lima, 2002).

motivara a decisão de garantir as condições de vida dos trabalhadores nos seringais para intensificar a exploração da borracha amazônica.¹⁶ Os programas de saúde e saneamento empreendidos pela nova agência, o Sesp, deveriam se voltar para o combate das doenças tropicais que ameaçavam seringueiros e soldados, concentrando-se no Vale Amazônico e no litoral do Nordeste onde bases militares norte-americanas eram instaladas. Em contrapartida, o governo brasileiro esperava que o Sesp, através do saneamento do vale contribuísse para o progresso da região e que o acordo com os Estados Unidos possibilitasse o incremento das exportações do país, ou seja, desempenhasse um papel mais amplo dentro do plano de desenvolvimento econômico nacional (Campos, 1997 e 2000).

Já entre 1930 e 1940, os Estados Unidos, atentos à expansão do comércio entre Alemanha e América Latina e à influência da propaganda nazista no continente, empenhou-se em salvaguardar seus interesses geopolíticos e econômicos na região através de estratégias de cooperação com os países latino-americanos estabelecidas pela política da Boa Vizinhança do Governo de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). A nova política externa, por um lado, promoveu a suspensão das intervenções armadas que marcavam as ações dos EUA dirigidas à América Latina desde a Doutrina Monroe, e por outro, incentivou negociações diplomáticas e alianças econômicas e militares entre o norte e os seus vizinhos do sul. A iminência da guerra e a necessidade de assegurar o apoio da América Latina aos Aliados, como meio de evitar possíveis investidas do expansionismo nazista na região, aceleraram a mudança de posicionamento dos EUA, garantindo concessões, empréstimos e acordos em detrimento de invasões às nações vizinhas. Os chefes latino-americanos, do seu lado, procuraram vender sua adesão à guerra. Neste sentido, por exemplo, mantendo a posição de neutralidade brasileira no conflito até quando foi viável, Getúlio Vargas procurou tirar partido da situação negociando com norte-americanos e alemães o financiamento da siderurgia nacional, obtendo dos primeiros a concessão de créditos.¹⁷ Além disso, o governo de Washington concedeu volumosos créditos para a aquisição de armamentos, pelo Brasil, em troca do consentimento de Vargas para a utilização de bases militares do Nordeste por soldados norte-americanos.

¹⁶ Com o ataque a Pearl Harbor, os japoneses tinham conseguido o controle dos importantes seringais da Malásia e os EUA precisavam garantir seu suprimento de borracha.

¹⁷ As manobras de Vargas tinham como objetivo barganhar o financiamento do desenvolvimento brasileiro pelos EUA (Moniz Bandeira, 1973).

Em adição às formas de cooperação militar empreendidas durante a guerra, a política da Boa Vizinhança propiciou o estreitamento dos laços econômicos e culturais entre os EUA e as outras nações do hemisfério. Nesse sentido, foi fundamental a atuação do Escritório para Coordenação das Relações Culturais e Comerciais entre as Repúblicas Americanas, criado em 1940 e rebatizado de Office of the Coordinator of InterAmerican Affairs (Escritório do Coordenador para Assuntos InterAmericanos), CIAA, dirigido pelo empresário Nelson Rockefeller. Concentrando investimentos no âmbito das relações culturais, meios de comunicação, saúde, comércio e finanças, a missão do Birô Interamericano, como ficou conhecido o CIAA no Brasil, era ampliar a presença norte-americana no continente, promovendo o *American way of life* (modo de vida americano). Sua Divisão de Imprensa garantia a veiculação de notícias a centenas de jornais e revistas brasileiros. A Divisão de Rádio contava com uma programação especialmente dirigida aos ouvintes latino-americanos que incluía noticiários diários, entre eles o *Repórter Esso*, patrocinado pela companhia de Rockefeller, a Standard Oil. O cinema foi priorizado pela política cultural do Birô que distribuía centenas de filmes por ano no mercado latino-americano e exerceu atenta vigilância sobre o modo como os latinos eram retratados nos filmes, censurando o que pudesse causar ofensa aos espectadores. Artistas famosos da América Latina estrelaram nos filmes americanos (como Carmem Miranda que alcançou enorme êxito nos EUA, e foi acusada de americanizar-se pelos brasileiros), foram produzidos curtas-metragens educativos de saúde pública (como *Defesas do Corpo contra doenças e Proteja-se contra a sífilis*) e documentários sobre aspectos das sociedades latino-americanas (Mendonça, 1999). Sobre o Brasil, por exemplo, foram realizados documentários sobre a borracha, dentre os quais o “mais conhecido, *A Batalha da Borracha*, mostrava o processo de extração do látex e da preparação da borracha, indicava as migrações para a Amazônia de trabalhadores do Ceará e valorizava o esforço brasileiro na luta pela obtenção dessa ‘extraordinária riqueza natural’” (Prado, 1995, 61).

Para tratar do campo da saúde pública, o CIAA criou o Instituto de Assuntos InterAmericanos (IAIA), o qual estabeleceu acordos bilaterais com os países americanos e conduziu programas de saúde e saneamento em áreas produtoras de matérias primas estratégicas. Além do Brasil, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru,

Uruguai e Venezuela se envolveram em parcerias com o instituto (Campos, 1997 e 2000). No caso do convênio brasileiro, o Sesp contava com recursos do IAIA, majoritariamente, e do governo brasileiro e gozava de formidável autonomia político-administrativa, sendo subordinado diretamente ao Ministério da Educação e Saúde. Suas funções fundamentais incluíam: “a) saneamento do vale amazônico, principalmente através do controle da malária e da assistência médica aos seringueiros; b) treinamento de profissionais de saúde, principalmente médicos, enfermeiras e engenheiros sanitários; c) colaboração com o Serviço Nacional da Lepra” (Campos, 2000, 207).

Entre 1942 e 1949, em sua primeira fase ou fase amazônica, o Sesp conduziu os trabalhos de saneamento do Vale Amazônico, priorizando o controle da malária, programas de educação sanitária e assistência médica que visavam atender aos trabalhadores da borracha e às tropas norte-americanas ¹⁸. Estes serviços foram estendidos ao Vale do Rio Doce para atender aos trabalhadores envolvidos com a extração de minérios. Com o fim da guerra, os objetivos estratégico-militares que o Sesp abarcava desapareceram e, a despeito de o convênio com os EUA ter sido renovado, a participação norte-americana diminuiu progressivamente. Contudo, a instituição permaneceu, passando a desempenhar um novo papel articulado ao projeto de desenvolvimento dos governos do período. Assim, entre 1950-1969, em sua segunda fase ou fase nacional, o Sesp consolidou-se como o principal prestador de serviços de saúde pública no Norte e Nordeste do Brasil e na Amazônia Legal, ampliou seu campo de atuação nas áreas de higiene industrial e engenharia sanitária e, principalmente, transformou-se em modelo de administração sanitária para o país. O modelo sespiano, de inspiração norte-americana, se pautava na organização de uma rede permanente de centros de saúde integrados (Peçanha, 1976; Campos, 1997 e 2000).

Em 1960, o IAIA deixou de renovar o convênio de cooperação com o Sesp e este foi assumido completamente pelo Ministério da Saúde, transformando-se em fundação. No entanto, entrando em uma fase de declínio, a FSesp foi finalmente extinta em 1991.

Comentando, os programas brasileiros conduzidos em cooperação com os EUA, através da Fundação Rockefeller e do Sesp, Lima afirma que:

¹⁸ Entre 1943 e 1946, o antropólogo Charles Wagley foi diretor do Programa de Migração e da Divisão de Educação Sanitária do Sesp.

“O que vale a pena destacar é o fato de esses programas terem tido impacto relevante na formação ou consolidação da liderança de sanitaristas brasileiros e, mais do que isso, o fato de o Brasil poder ser considerado um grande laboratório de conhecimentos e práticas de saúde pública, de crucial importância na trajetória também dos norte-americanos. (...) De imenso hospital, o Brasil transformara-se em grande laboratório e escola para as campanhas de saúde pública e formação de um novo tipo de sanitarismo” (Lima, 2002, 47).

II.4 Uma querela entre “bons” vizinhos? O interesse pela Amazônia brasileira

O convênio IAIA-Sesp pôde continuar, a despeito dos propósitos econômicos e militares – que tinham sido sua razão de ser – chegarem ao fim com o desfecho do conflito mundial, graças a uma redefinição de objetivos. A manutenção da ajuda norte-americana na área de saúde pública no Brasil desempenhava um papel dentro da política de influência dos EUA no novo contexto da Guerra Fria e, além disso, os programas de saúde do Sesp foram ampliados e diversificados abarcando os campos da engenharia sanitária e higiene industrial, sendo articulados aos projetos de desenvolvimento do governo brasileiro para as regiões onde ele atuava (Peçanha, 1976; Campos, 1997 e 2000).

Entretanto, se é só nos anos cinquenta que o Sesp é declaradamente investido de um papel no programa de desenvolvimento nacional, a questão do desenvolvimento já era crucial para o governo brasileiro na ocasião da criação da agência uma vez que a parceria com os EUA para expandir a produção da borracha e a exploração de matérias-primas brasileiras significava para ele passos definitivos no sentido de promover o saneamento, colonização e o progresso do Vale Amazônico. Ou seja, os compromissos estabelecidos pelos acordos de 1942, além de atender as exigências imediatas colocadas pela guerra abarcavam interesses econômicos e políticos mais amplos, dentro dos quais a Amazônia usufruía uma posição chave. Da parte brasileira, tais interesses eram evidentes: obter financiamento americano para explorar os recursos naturais da região, expandir o mercado estrangeiro para suas matérias-primas, sanear e colonizar o “atrasado” Vale Amazônico, auxiliar na promoção do crescimento econômico do país dirigido pelo Estado. Quanto ao

que estava em jogo para os EUA, embora estudiosos (Campos, 1997) tendam a destacar que os interesses militares eram os propulsores dos investimentos do país por aqui, o alcance econômico e geopolítico dos acordos bilaterais firmados não pode ser sub dimensionado, e, portanto, pode-se aventar que interesses menos contingentes que vencer a guerra com a ajuda dos recursos brasileiros também operavam do lado norte-americano. A centralidade da Amazônia nos principais programas conjuntos estabelecidos é um fator instigante e sinaliza que poderia estar em questão a oportunidade de conquista e desenvolvimento da região contando com o protagonismo norte-americano.

Neste sentido, certamente pode ser esclarecedor avaliar as atividades do CIAA, agência do governo norte-americano responsável pela formulação dos programas de cooperação interamericana entre 1940 e 1946, sobretudo, investigar os planos de seu coordenador, Nelson Rockefeller, o político norte-americano número um para assuntos do hemisfério na época.

Os empreendimentos do CIAA nos campos da imprensa, rádio, cinema, educação, saúde, comércio e finanças em prol do estreitamento dos laços culturais e econômicos entre as nações latino-americanas e os EUA – ajustados à política rooseveltiana de combate à influência alemã no hemisfério – já foram mencionados no capítulo anterior, considerando o caso brasileiro. O sucesso do CIAA em promover a ampliação da presença norte-americana na esfera cultural e econômica do Brasil (assim como do restante da América Latina) não pode deixar de ser associado à atuação arrojada do coordenador da agência, Nelson Rockefeller, em cuja órbita de interesses, cultura e negócios estavam integrados.

Na década de quarenta, os negócios da família Rockefeller na América Latina incluíam os ramos: financeiro (Chase National Bank), agroindustrial e petrolífero (Companhia Standard Oil). Sob a ameaça da crescente participação da Alemanha nazista na economia dos países do continente, os empresários norte-americanos ficaram apreensivos e partiu de Nelson Rockefeller a iniciativa necessária para garantir a segurança dos seus investimentos e os de seus compatriotas na região. Sua proposta de que fossem definidas uma política específica dirigida à América Latina e uma agenda econômica e cultural para a região com o objetivo tanto de aprofundar a cooperação interamericana quanto de atrelar as economias nacionais à economia dos Estados Unidos ganhou Washington. Parecia premente assegurar o mercado hemisférico para os produtos norte-americanos, absorver as matérias-

primas latino-americanas e promover a prosperidade das Américas num quadro de dependência relativamente aos EUA.¹⁹ Para atuar neste sentido, foi criado, em 1940, o Escritório do Coordenador para Assuntos InterAmericanos onde se iniciou a carreira política de Nelson Rockefeller, de maneira inextricavelmente vinculada à América Latina²⁰ (Campos, 1997; Colby, 1998).

Ora, o fato das reservas de petróleo venezuelano serem, então, exploradas pela Standard Oil atesta que os interesses de Rockefeller na América Latina afluam inescapavelmente para os recursos naturais – além de petróleo, minérios – que ricas florestas, como a Amazônia, escondiam. No que tange ao Brasil, o estabelecimento dos acordos econômico-militares, sob os auspícios do CIAA, com o propósito de garantir a provisão de materiais estratégicos para a indústria bélica norte-americana juntamente com o lançamento do programa da borracha possivelmente só concorreu para atizar o interesse pela exploração dos recursos da Amazônia brasileira. A promessa de conquista desta promissora fronteira alimentada pelo revigoramento da produção de borracha mobilizava tanto o governo brasileiro – o qual passou a trabalhar pelo saneamento e colonização do Vale Amazônico – quanto Nelson Rockefeller – para quem o futuro desejável para a região deveria ser subserviente aos interesses norte-americanos e alargar as oportunidades de negócios para os EUA (Campos, 1997; Colby, 1998). Contudo, os interesses brasileiros e americanos logo se revelariam inconciliáveis.

Para a administração Vargas era providencial contar com um programa econômico especialmente destinado à região amazônica – como o programa da borracha – que se ajustava bem ao projeto de desenvolvimento lançado para o país, ao qual era prevista a incorporação de todos os territórios e fronteiras nacionais. Neste sentido, a assistência técnica e o capital norte-americanos eram bem-vindos, desde que o processo de crescimento

¹⁹ A sugestão de Rockefeller é bastante citada: “Em um memorando submetido a Roosevelt, em 14 de Junho de 1940, Rockefeller pontuou que a posição e a segurança econômica dos Estados Unidos deveriam ser estabelecidas ‘em uma estrutura de cooperação econômica e dependência hemisférica’” (Campos, 1997, 20); “– Se os Estados Unidos querem manter a segurança e a posição política e econômica no hemisfério – prosseguiu Nelson – devem tomar medidas econômicas imediatas para assegurar a prosperidade na América Central e do Sul e para estabelecer esta prosperidade no quadro da cooperação econômica e dependência hemisférica” (Colby, 1998, 127).

²⁰ Nelson Rockefeller chegou à vice-presidência, exerceu quatro mandatos como governador de Nova York, mas acabou derrotado como candidato à presidência. Mesmo com o fim do CIAA, seu interesse pela América Latina perdurou e seus negócios na região expandiram-se (no ramo agroindustrial e pecuário, por exemplo, incluíram a aquisição de grandes fazendas como a Bodoquena no Mato Grosso, produção e comércio de fertilizantes químicos e sementes e fornecimento de crédito agrícola).

econômico fosse conduzido sob a direção firme do Estado Novo (Campos, 1997). Já para o Coordenador Rockefeller, o programa de desenvolvimento da região podia muito bem ser conduzido por especialistas do seu país, com a exploração industrial da Amazônia contando com a participação ofensiva das empresas norte-americanas. Além disso, ele e seus aliados do CIAA arquitetavam planos específicos para a Amazônia e lançaram a proposta de uma Corporação de Desenvolvimento Amazônico²¹ (Colby, 1998).

Entretanto, a despeito do assédio de Rockefeller e da tentação representada pela oferta de créditos e recursos técnicos norte-americanos, o governo e setores da sociedade brasileira rechaçaram o projeto de cooperação na Amazônia, temerosos de que o controle sobre ela lhes escapasse. O Departamento de Estado dos Estados Unidos, por sua vez, optou por não colocar em risco a colaboração do Brasil, não encampando o plano de Rockefeller. (O desafio amazônico seria retomado novamente com ímpeto por Rockefeller durante o regime militar no Brasil no contexto da Guerra Fria. Mas, então, o desfecho seria mais favorável ao ex-Coordenador).

II.5 Alianças entre vizinhos

Ao fim da Segunda Guerra, a concorrência entre as grandes nações imperialistas foi decidida. Com a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão e com o enfraquecimento da França e Inglaterra, os Estados Unidos assumiram a dianteira do mundo capitalista e colonial e fora de sua ingerência ficaram somente a União Soviética e os países socialistas²². Quanto à América Latina, os saldos das práticas da política da Boa Vizinhaça podiam ser colhidos pelos EUA. A influência cultural norte-americana se intensificara e era evidente nas séries de televisão assistidas; nas músicas que se ouvia e dançava como o *jazz* o *blues* e o *swing*; nos filmes hollywoodianos apreciados e em seus astros e estrelas cultuados; na

²¹ Em Colby, 1998, encontram-se reproduções de mapas do CIAA identificando regiões com potencial de mão-de-obra indígena para os seringais e de matérias – primas importantes, minérios e petróleo, na América Latina. Além dos levantamentos técnicos de recursos e problemas da bacia amazônica produzidos, o próprio coordenador assistente do CIAA, John McClintock, empreendeu uma missão exploratória de um mês pelo interior da Amazônia brasileira.

²² Segundo Noam Chomsky: “A economia industrial nos Estados Unidos prosperou, enquanto grande parte da Europa estava devastada ou destruída. Estava claro já nos anos quarenta que os Estados Unidos saíam da guerra com um enorme grau de dominação do mundo em todos as frentes: indústria, diplomacia, militarismo” (Chomsky, 1997, 171).

difusão do idioma inglês; na ascendência da literatura, ciência e arte norte-americanas. Assim, embora o Birô Interamericano tenha sido extinto em 1946 e com ele os programas de assistência técnica, os resultados que suas atividades alcançaram no âmbito da política cultural permaneceram (Prado, 1995). Do mesmo modo, a presença dos EUA na economia e na política das nações latinas, sentenciava estas à dependência e consolidava a liderança norte-americana no continente.

Com a morte de Roosevelt em 1945, sucederam-se os governos de Harry Truman e do General Eisenhower e a ameaça do intervencionismo militar voltou a ser um ingrediente ativo na política externa americana para a América Latina. No contexto da configuração da rivalidade entre a potência norte-americana capitalista e a potência soviética socialista, a administração Truman exportou para a região o mccarthysmo (perseguição policial aos comunistas e aos anti-americanistas que, no final das contas, eram identificados com aqueles) e criou a CIA (Agência Central de Inteligência) que controlava as operações secretas promovidas pelos Estados Unidos em contenção ao comunismo e que passou a ser responsável pela orquestração de golpes e sublevações em territórios latino-americanos.²³

A administração de Eisenhower representava os interesses das grandes corporações americanas, empenhava-se em minar qualquer expressão de nacionalismo no exterior a fim de abrir mercados ao capital privado americano e garantir a segurança de seus investimentos fora do país, e logo se indispôs com o segundo governo Vargas, especialmente no tocante a duas medidas deste: o monopólio estatal do petróleo brasileiro e a lei que limitava a remessa de lucros das multinacionais ao exterior. Durante o governo de Jucelino Kubitschek, as divergências permaneceram e as relações entre os dois países se agravaram. Kubitschek empenhou-se em convencer os Estados Unidos a financiar os projetos de industrialização e desenvolvimento nacional, alegando que a segurança do continente dependia do melhoramento das condições econômicas e sociais dos países subdesenvolvidos, contudo, naquele momento, o interesse do imperialismo norte-americano consistia em assegurar o mercado consumidor e as reservas de materiais estratégicos da América Latina e a política

²³ Em 1953, a CIA conduziu operações secretas no Irã para promover a deposição de Mohammed Mossadegh. Em 1954, a agência treinou um corpo de exilados para invadir a Guatemala. Ainda durante o governo de Eisenhower, um grupo de exilados cubanos começou a ser treinado na Guatemala para conduzir um contra golpe em Cuba, culminando com a fracassada invasão da Baía dos Porcos, em 1961.

dirigida à região no sentido de garantir sua segurança subsumia-se ao combate de tendências comunistas (e também nacionalistas) com o uso da força (Moniz Bandeira, 1973 e 1989).

Em 1959, a Revolução em Cuba seguida pela implantação bem sucedida de um regime comunista no país alarmou os EUA que, temerários de perder o controle de sua vizinhança, cogitaram então rever sua política em direção à América Latina. A inflexão da política externa americana foi um dos pontos privilegiados pelo presidente John Kennedy em sua campanha eleitoral e uma das principais preocupações de seu programa de governo batizado de Nova Fronteira (Azevedo, 2002). Os dois pilares da nova política para a América Latina foram a Aliança para o Progresso e os Peace Corps.

A Aliança para o Progresso foi lançada pela administração Kennedy (1961-1963), em 1961, e sua execução ficou a cargo da AID, Agência para o Desenvolvimento Internacional, ligada ao Departamento de Estado. Ela consistia em um programa de apoio aos países latino-americanos que condicionava o recebimento de assistência técnica e financeira a manutenção de regimes democráticos. Estavam entre os objetivos atacar a pobreza, melhorar as condições de vida, fomentar o desenvolvimento e promover a democracia na região (Schlesinger Jr, 1966; Smith, 1995).²⁴ Efetivamente a Aliança correspondia a uma reação à Revolução Cubana e a infiltração do comunismo no continente, ou seja, o governo de Washington reconhecendo que o subdesenvolvimento, a miséria, a instabilidade política e o antiamericanismo coadunados constituíam um campo propício para a deflagração de revoluções sociais que poderiam facilmente desvirtuar para revoluções comunistas, decidia tomar a direção da mudança social na América Latina apregoando que patrocinaria o crescimento econômico e a democratização política da área (Moniz Bandeira, 1973 e 1989).

Entretanto, ao menos considerando seus objetivos oficiais definidos na Carta de Punta del Este, a Aliança para o Progresso não logrou êxito, uma vez que, de fato "Nem favorecera maior desenvolvimento econômico nem contribuíra para a realização de reformas

²⁴ "Mais especificamente, a *Alianza* representaria várias iniciativas na política dos Estados Unidos: - 'apoio inequívoco à democracia' e oposição à ditadura; - fornecimento de 'fundos de desenvolvimento a longo prazo, essenciais para uma economia em crescimento'; estabilização dos 'preços das principais mercadorias de exportação'; - ajuda aos 'programas de reforma agrária'; - estímulo ao investimento privado e estímulo à empresa privada 'para que mergulhem na vida do país... combinando seu capital local, treinando os habitantes locais para tarefas especializadas, e usando ao máximo o trabalho local'; - expansão dos programas de assistência técnica; - ampliação dos programas de informação e de intercâmbio de estudantes; - um acordo para o controle de armas no hemisfério; - fortalecimento da OEA; - nomeação de embaixadores que compreendam e se interessem pelos problemas da América Latina" (Schlesinger Jr, 1966, 197).

sociais e a consolidação de regimes democráticos. Muito menos concorrera para tornar os povos da América Latina mais simpáticos aos Estados Unidos" (Moniz Bandeira, 1989, 155). A região permaneceu economicamente involuída e dependente, a instabilidade política cresceu e a década de sessenta chegou ao fim com o desencadeamento de golpes de estado e a emergência de regimes autoritários.

A outra fundamental e premente aposta da política externa da Nova Fronteira foi os *Peace Corps* ou Voluntários da Paz, como ficaram conhecidos no Brasil (Sigaud, 1995) os jovens que deixavam os EUA para oferecer assistência a regiões carentes do mundo. Assim: "A missão global dos EUA, tal qual ocorrera após as duas grandes guerras, voltou a ser traduzida em termos de uma missão civilizadora, consubstanciada em programas de assistência social e econômica de longo prazo, nos quais, desta feita, os Corpos da Paz iriam se integrar" (Azevedo, 1998).

Tal iniciativa da administração Kennedy de recrutar voluntários, através da mobilização do "idealismo" e da "boa vontade da juventude" (Schlesinger Jr, 1966), para servir ao seu país no exterior foi recebida com entusiasmo pela sociedade norte americana, conseguiu a adesão dos jovens e acabou consagrada, já que os *Peace Corps* sobrevivem até hoje. A partir de 1961, os voluntários iniciaram sua colaboração com as populações locais do Terceiro Mundo atuando em programas de educação, saúde pública, agricultura, desenvolvimento comunitário e formação de lideranças.²⁵

No caso do Brasil, o recebimento dos recursos da Aliança para o Progresso ficou condicionado a concessão de apoio do governo brasileiro às intervenções dos Estados Unidos na República Dominicana contra o ditador Rafael Trujillo e em Cuba contra Fidel Castro, as quais se apresentariam como um movimento pela restauração da democracia no

²⁵ "Em 1966, os Corpos da Paz já atuavam em 14 países signatários da APP, em diversos tipos de programas, tais como: - Programas de ação comunal urbana, contribuindo para o desenvolvimento de líderes civis e fomentando obras de auto-ajuda nos campos da construção de habitações, melhoramentos na comunidade e assistência social; - Programas de saúde, visando melhorias das instalações sanitárias, nutrição e treinamento de inspetores de saúde pública, capacitação de ajudantes de enfermagem, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas sanitárias nos hospitais; - Programas de educação de níveis primário, secundário, vocacional e universitário, mormente nas disciplinas de ciência, inglês, educação física e programas de televisão educacional; - Programas de divulgação agrícola, compreendendo orientação aos agricultores e treinamento de líderes de associações de jovens agricultores; - Programas de ação comunal, contribuindo para recuperação e colonização de terras, nas campanhas de alfabetização das comunidades rurais e em serviços rurais dedicados à perfuração de poços d'água, conservação de solos, educação sanitária; - Programas de cooperativas, prestando assistência para criar e desenvolver cooperativas e sociedades de crédito, e treinar pessoal necessário para o funcionamento dessas entidades" (Azevedo, 2002).

continente. Mas a administração de Jânio Quadros não consentiu em endossar tais ações preferindo manter uma política externa independente. Posteriormente, durante o governo de João Goulart - o qual Washington via com acentuada suspeita devido às nacionalizações empreendidas e às aproximações com os sindicatos²⁶ - as pressões do embaixador norte-americano Lincoln Gordon para que o Brasil cooperasse com o isolamento de Cuba e rompesse as relações comerciais com a União Soviética recrudesceram e a tendência da política interna e externa brasileira a não renunciar a sua independência incitou a hostilidade do governo Kennedy. Enquanto acusavam Goulart de ser suscetível à influência de comunistas, os Estados Unidos beneficiavam os Estados adversários do governo com as verbas da Aliança para o Progresso (Moniz Bandeira, 1973 e 1989).

O Nordeste Brasileiro tornou-se objeto de atenção especial por parte dos norte-americanos por ser considerado um perigoso celeiro de movimentos sociais depois da atuação das Ligas Camponesas. Recursos da Aliança para o Progresso foram direcionados para a Sudene, então sob coordenação de Celso Furtado (Smith, 1995). A "Operação Nordeste" como ficou conhecida tal cooperação representaria segundo Moniz Bandeira uma estratégia do imperialismo norte-americano para minar possíveis mobilizações revolucionárias na região e não se restringiria ao fornecimento de assistência financeira e técnica, promovendo a migração intensa de norte-americanos para o país²⁷ supostamente encarregados de operações secretas.

"Os norte-americanos, na condição de pastores evangélicos, comerciantes, estudantes, pesquisadores, membros do *Peace Corps* etc., rumavam, na maioria para o Nordeste, a região que mais preocupava o governo dos Estados Unidos como potencialmente revolucionária, e as autoridades militares e diplomáticas brasileiras, inclusive Renato Archer, suspeitaram, senão concluíram que eles em grande parte pertenciam à CIA e/ou às unidades especiais de contra-insurreição" (Moniz Bandeira, 1989, 116)

²⁶ "A tendência nacional-reformista de Goulart, pois, diferia essencialmente do populismo de Quadros e daí as crescentes dificuldades internas e externas, com as quais ele se defrontou, antes e depois de sua ascensão à Presidência da República. A comunidade empresarial, sobretudo o setor estrangeiro, mobilizou-se, a fim de o combater, e concorreu, decisivamente, para induzir Kennedy, por fim, a antagonizá-lo" (Moniz Bandeira, 1989, 104).

²⁷ Enquanto na década de cinquenta a média anual de americanos que ingressaram no país tinha ficado em torno de 1.100, em 1962, entraram quase 5.000 norte-americanos, número que causou suspeita no governo brasileiro e que embora caísse para quase 2.500 em 1963, ainda era elevado (Moniz Bandeira, 1973 e 1989). Entre 1961 e 1981, vieram para cá cerca de 6.000 Voluntários da Paz (Azevedo, 2002).

No tocante aos *Peace Corps*, esta agência começou a atuar no Brasil em 1961, na esteira do lançamento da Aliança para o Progresso, através de acordos firmados com entidades de nível municipal, estadual e federal em que fornecia "recursos humanos de nível técnico ('middle level man power'): professores, agentes comunitários, agentes de saúde, etc." (Azevedo, 2002) para a realização de programas voltados para as camadas desfavorecidas da população. Na pesquisa que realizou sobre a experiência dos Voluntários da Paz no país, Azevedo constatou que em contraste com a perspectiva de autoridades brasileiras e grupos sociais que os identificavam como agentes secretos a serviço da política de Washington, os representantes da agência investiam seu trabalho de um sentido missionário, defendendo que os esforços dispensados contribuíam para encorajar os povos a mudar sua atitude, organizarem-se democraticamente e atuar pelo progresso das comunidades carentes e desassistidas. A crença ventilada entre os Voluntários era que sua liderança era indispensável para a execução de projetos sem a qual não seriam levados adiante pelas populações latino-americanas, ou seja, cabia aos norte-americanos conduzir seus vizinhos pelo caminho do desenvolvimento. Contudo, a autora apurou que, com o andamento dos programas e o aprofundamento dos contatos com as realidades locais, as posições e percepções dos grupos de Voluntários podiam tornar-se matizadas (Azevedo, 2002).

"Constatee que os Corpos da Paz, longe de simplesmente traduzirem as estratégias governamentais, encerraram múltiplos e contraditórios significados, fruto do embate de diferentes correntes políticas no seu interior. O universo dos voluntários apresentou-se igualmente heterogêneo em termos de pensamento e ação, motivações e projetos. Mesmo contraditoriamente e sem deixar de partilhar certos elementos do imaginário nacional, como a da mítica aventura do pioneiro solitário, desbravando fronteiras, alguns voluntários questionaram as premissas básicas da agência, denunciando, em primeiro lugar, a inconsistência de sua alardeada disposição filantrópica. Perceberam que o altruísmo supostamente embutido nos programas de assistência internacional norte-americanos estava limitado por sua orientação nacionalista. Influenciados pelo viés relativista do discurso da agência, muitos foram os que passaram a criticar a presunção universalista dos valores norte-americanos e a idéia de excepcionalidade e predestinação dos EUA. As frustrações vividas durante a estadia num outro país fizeram com que alguns passassem a considerar que a

intenção de modificar o modo de vida que outro povo escolhera para si, não era uma atitude razoável ou evidente em si mesma" (Azevedo, 2002).

No Brasil, os Voluntários participaram ativamente da "Operação Nordeste" em especial nos programas de educação e saúde e no caso desta última área foi estabelecido um convênio com o Sesp. É certo que as atividades dos Voluntários, assim como do restante dos programas instituídos em colaboração com a AID, sofreram uma desaceleração com o recrudescimento das tensões entre Brasil e EUA no período final do governo Goulart, mas logo após o Golpe Militar conheceram uma expansão sem precedentes.²⁸

A agência encerrou oficialmente suas operações no país, em 1981, após o gradativo declínio de suas atividades em meados da década de setenta por conta da política nacional de inviabilização dos programas sob a justificativa de que o Brasil não mais necessitava do tipo de assistência oferecido pelos Voluntários da Paz (Azevedo, 2002).

II.6 Notas sobre uma antropologia imperial

Parece coerente que, na medida em que um estado expande seu âmbito de influência e alcança uma projeção internacional tornando-se um estado imperial ou hegemônico, sua antropologia possa concentrar condições favoráveis para também se projetar para fora de suas fronteiras nacionais com o incremento das possibilidades dos antropólogos realizarem pesquisas de campo no exterior. Este parece ter sido o caso da antropologia norte-americana que passou "de uma antropologia nacional, naciocêntrica, voltada essencialmente para a *nation-building* (construção nacional) – como as antropologias mexicana ou brasileira – para uma antropologia 'imperial' ou 'metropolitana' " (L'Estoile, Neiburg e Sigaud, 2002, 25).

Os EUA iniciaram a expansão territorial do seu Estado por meio da dominação e mesmo extermínio das populações nativas e da conseqüente incorporação dos territórios em que elas viviam. (Said, 1995) Tais populações eram objeto de estudo dos antropólogos norte-americanos cujos interesses se circunscreviam às fronteiras internas, à diversidade cultural que marcava a nação e às questões práticas envolvendo os grupos sociais (negros, índios, imigrantes) em convivência dentro dela. A antropologia aplicada se desenvolveu, assim,

²⁸ Entre 1964 e 1966, Nancy Scheper-Hughes atuou como voluntária da paz no interior de Pernambuco.

atrelada ao diagnóstico e à resolução de crises e problemas internos da jovem nação americana relacionados a questões étnico-raciais. (Bastide, 1979) Antropólogos realizavam estudos de utilidade para o planejamento e a administração de reservas indígenas e, a partir de 1934, para o Escritório de Assuntos Indígenas do Departamento dos Estados Unidos onde também foram integrados ao quadro de funcionários (Kennard e Macgregor, 1953). Mas a vertente aplicada não era a dominante na antropologia dos EUA.

O líder da antropologia cultural americana, Franz Boas foi um modelo para seus alunos também pelo modo como atrelou sua teoria científica a valores liberais de igualdade humana. Suas firmes convicções morais e políticas fizeram dele um ativista social e um cientista comprometido com uma agenda ética e social de combate à discriminação e ao racismo. Boas, entretanto, primou por não se envolver em projetos aplicados relacionados ao Estado. Na luta empreendida por ele contra as teorias evolucionistas e racistas que informavam as leis americanas e alimentavam a segregação dentro da sociedade, ele empenhou como sua maior arma o conhecimento antropológico da alteridade.²⁹ Sua posição determinada induziu-o a entrar em conflito com os antropólogos identificados com a tradição evolucionista que eram hegemônicos em instituições governamentais como o Smithsonian Institution, o Museu Nacional dos Estados Unidos e o Escritório de Etnologia Americano (Greenfield, 2001; Hyatt; Yans-McLaughlin, 1986).

“Boas acreditava que o conhecimento antropológico, amplamente compartilhado, poderia liberar os homens e suas mentes do preconceito e intolerância, e sua agenda de pesquisa para ele mesmo e para seus estudantes gerou conhecimento que poderia servir a esta proposta; mas da perspectiva de Boas, o papel político ativo apropriado para o antropólogo era o de cidadão cientista, defensor e promulgador do conhecimento científico antropológico – não o de empregado ou conselheiro do governo formulando ou implementando políticas” (Yans-McLaughlin, 1986, 185).

Com a eclosão da guerra na Europa em 1914, Boas, que era judeu alemão, passou a mobilizar esforços em prol da manutenção da neutralidade norte-americana. Sua posição

²⁹ “Boas e seus seguidores abertamente se opuseram à discriminação e ao preconceito e, desde que aquelas práticas eram racionalizadas e justificadas por teorias que se apoiavam sobre a metáfora evolucionária, eles montaram um sistemático ataque a todas as formas de pensamento evolucionista. A necessidade de uma alternativa para sobrepor ao evolucionismo resultou na formulação do relativismo cultural com sua ênfase sobre cultura como aprendida e mutável.”(Greenfield, 2001, 37)

pacifista levou-o a entrar em embates com os “intervencionistas” e a condenar publicamente a política externa do EUA que tomava o partido dos aliados, até finalmente a entrada do país na guerra, em 1917. Além de lamentar tal fato, Boas preocupou-se intensamente com o aumento do racismo e da xenofobia, durante os tempos de exacerbado patriotismo trazidos pela guerra, também com a repressão e ameaça às liberdades civis que acometeram a sociedade americana e envolveram inclusive a comunidade científica (como testemunham processos de afastamento de professores de universidades). O evento da guerra também acirrou sua oposição aos “antropólogos de Washington” os quais contribuíram ativamente junto ao governo nos esforços bélicos (Stocking, 1968; Hyatt, 1990).³⁰

O padrão seguido por Boas de assumir, inclusive publicamente, uma postura crítica frente a questões sociais e políticas, mas evitando participar de políticas e serviços do governo, foi perpetuado pela maioria dos seus discípulos durante o período entre guerras. Os antropólogos boasianos se ocupavam então com a investigação de padrões culturais e de modelos de personalidade individual cultivados em distintas culturas, pressupondo sempre que formas culturais não são determinadas por características raciais e enfatizando que o comportamento humano é aprendido e não fundado na biologia. O conhecimento antropológico possibilitava assim o esclarecimento das configurações culturais humanas ao mesmo tempo em que dotava o antropólogo de meios para entender e fazer a crítica à sua própria sociedade. O culturalismo, contudo, não deixava de assumir uma disposição pragmática já desde Boas, cujos trabalhos de antropologia física não deixavam de ter como objetivo rebater paradigmas racistas que informavam leis norte-americanas discriminatórias, como às relativas à imigração. Tal feição do culturalismo abria precedentes para fissões entre seus praticantes: havia os mais identificados com uma tradição de crítica cultural (como E. Sapir e Herskovits) e aqueles que advogavam uma função de engenharia social para a antropologia, autorizando a mobilização desta para o enfrentamento de problemas sócio-culturais (como R. Benedict e M. Mead) (Greenfield, 2001; Goldman e Neiburg, 2002).

De qualquer modo, o “divisor de águas” veio realmente com o advento da Segunda Guerra quando a antropologia norte-americana pôde dar ampla vazão às suas pretensões

³⁰ O ponto culminante destas desavenças foi a denúncia feita por Boas de que existiriam antropólogos norte-americanos trabalhando como espões do governo em países estrangeiros, o que lhe valeu o afastamento da presidência da Associação Antropológica Americana por seus colegas de ofício (Stocking, 1968; Hyatt, 1990).

aplicadas, advogando então influenciar a política interna e externa de seu país. Ao contrário do que aconteceu na Primeira Guerra, quando os intelectuais se dividiram quanto a apoiar ou não a intervenção norte-americana, a ameaça nazista congregou os cientistas na defesa do intervencionismo sob a justificativa de preservação da democracia contra os regimes totalitários. A mobilização da antropologia nos esforços de guerra começou em 1939 com o engajamento dos ex-alunos de Boas e representantes da escola de cultura e personalidade, Margaret Mead, Gregory Bateson e Geoffrey Gorer, no Comitê pelo Moral Nacional (Goldman e Neiburg, 2002).

Com a entrada dos EUA na guerra depois do ataque japonês a Pearl Harbor, os integrantes do Comitê foram cooptados pelas novas agências de guerra criadas pelo governo onde sua *expertise* era colocada a disposição. Mead foi convidada a servir em Washington como secretária executiva do Comitê de Hábitos Alimentares da Divisão de Antropologia e Psicologia do Conselho Nacional de Pesquisa. Gorer integrou o Escritório de Informação de Guerra e depois a Embaixada Britânica. Ruth Benedict passou pelo Serviço Estrangeiro de Informação e depois foi para o Escritório Ultramarino de Inteligência, onde preparou uma série de estudos estratégicos. Bateson juntou-se aos planejadores psicológicos do Escritório de Serviços Estratégicos. Além deles, Clyde Kluckhohn, Ralph Linton, George Murdock e Rhoda Metraux também integraram os serviços de inteligência e propaganda americanos³¹ (Yans-McLaughlin, 1986).

“Com efeito, à medida que esta guerra se expandia e se intensificava, os antropólogos eram chamados pelos governos, e sua competência era requisitada para a ‘neutralização’ dos problemas morais nos serviços militares ou em sua retaguarda, logo nas duas frentes na nacional e na internacional. (...) Era preciso além do mais analisar a propaganda inimiga para obstá-la e criar serviços especiais capazes de levar a bom termo a guerra psicológica e isto, no próprio cerne da retaguarda dos exércitos alemães – assim como fortalecer o moral da nação durante uma luta longa e dispendiosa. Em suma, o papel da antropologia expandia-se e mudava de caráter, já que não mais se tratava de diagnosticar e reagir, mas antes de prever e planejar” (Bastide, 1979, 21).

³¹ Antropólogos também foram incorporados à Autoridade de Realocação de Guerra, cuja incumbência era a gestão dos campos de realocação onde eram internados os Japanese Americans em território americano (Goldman e Neiburg, 2002).

A principal contribuição destes antropólogos era oferecida através da aplicação da abordagem da escola cultura e personalidade para compreender as nações envolvidas no conflito e, assim, apresentar subsídios para orientar a política norte-americana em direção a elas. Com o desenvolvimento dos estudos de caráter nacional, a antropologia ofereceu um método para investigar “culturas a distância” – já que a realização de pesquisa de campo não era um empreendimento plausível – que combinava análise de documentos e de produtos culturais e entrevistas com imigrantes dos países escolhidos na tentativa de apreender as regularidades do comportamento cultural de um grupo nacional. Gorer, por exemplo, escreveu um memorando sobre o caráter nacional japonês dirigido ao Serviço de Informação de Guerra em que tecia recomendações a respeito das resoluções que os EUA deveriam tomar ao firmar um futuro acordo de paz com o Japão.³² Investigações sobre o caráter nacional alemão, italiano, inglês foram conduzidas, mas, o mais notório trabalho deste gênero foi elaborado por Ruth Benedict³³ sobre o Japão para o serviço de inteligência. *O crisântemo e a espada* (1946) é provavelmente o mais lapidar estudo sobre caráter nacional produzido na época (Goldman, 1999; Goldman e Neiburg, 2002).

Os antropólogos que se dedicavam aos estudos de caráter nacional, evidentemente, não visavam somente atender a uma demanda por informação das agências estatais e colaborar com a política externa norte-americana. Seus trabalhos eram publicados em revistas antropológicas e avaliados segundo critérios científicos. Além disso, estes estudos foram responsáveis, como destacam vários autores (Goldman, 1999; Goldman e Neiburg, 2002), pela definição, pela primeira vez na história da disciplina antropológica, das nações (ou sociedades complexas) como unidades de investigação. Mas esta não foi a única novidade prodigiosa envolvendo os estudos de caráter nacional. Em 1942, Margaret Mead realizou o primeiro estudo de uma antropóloga/o sobre sua própria sociedade nacional.

³² Gorer recomendou que após a guerra o imperador japonês fosse mantido em seu posto e, após a rendição do Japão os EUA assim fizeram numa decisão única uma vez que, na Alemanha e na Itália, todos os líderes foram destituídos de seus cargos. Entretanto, não é possível afirmar que a leitura de tal memorando tenha efetivamente pesado na decisão.

³³ Price relata que no pós-guerra Ruth Benedict chegou a receber, para seus projetos de pesquisa em Columbia, fundos do Escritório de Pesquisa da Marinha (o montante disponível era de aproximadamente \$100, 00 dólares por ano). Segundo Price, nesta época, universidades e centros de estudos costumavam receber tranquilamente recursos da CIA, então, muito pouco era conhecido das operações secretas das agências de inteligência e ainda não eram consideradas mais profundamente as implicações éticas do custeio de pesquisas por tais agências (Price, 2002b).

Em *And Keep Your Powder Dry*, Mead assume a condição de intérprete da cultura dos EUA e oferece uma análise dos principais elementos que ela julga compor o caráter norte-americano. Os pilares do padrão cultural americano corresponderiam, para ela, à democracia, ao igualitarismo e ao individualismo. O projeto ético e político sobre o qual está alicerçado o livro é a defesa intelectual dos valores da democracia, a censura ao totalitarismo, o qual, aliás, seria inconciliável com o caráter americano, e finalmente a elevação do moral nacional. Sendo assim, Mead insistiu nos fatores unificadores da cultura americana, como o modo de vida democrático, a negação do autoritarismo e a valorização da liberdade de escolha, e deixou propositadamente fora de seu campo de análise a diversidade étnica, os conflitos raciais e as diferenças internas que pudessem abonar qualquer idéia de uma nação dividida. A antropóloga fez uma escolha pragmática colocando sua ciência a serviço do patriotismo, apelando para uma definição positiva da identidade nacional que pudesse integrar o povo norte-americano em torno dos valores democráticos. Naquele momento, premissas integracionistas e o assimilacionistas dominaram a teoria antropológica de Mead sufocando qualquer tendência pluralista que o seu culturalismo abraçasse antes (Yans-McLaughlin, 1986).

“Os anos da guerra forçaram Margaret Mead, Gregory Bateson, Ruth Benedict, e muitos de seus contemporâneos em direção a uma formulação da relação apropriada entre ciência e ética social. Como relativistas culturais e empiricistas que, em matéria de método, valor, e política, tinham rejeitado uma prioridade absoluta, eles eram agora confrontados pelo dilema de defender a democracia absolutamente. Eles pensavam de si mesmos como cientistas objetivos comprometidos com a livre expressão de idéias; mas agora viam-se confrontados pelo dilema de participar da manipulação de idéias. (...)”

No fim, parece que Mead, Bateson, Benedict, e muitos outros cientistas sociais, a despeito de seus protestos, fizeram uma escolha pragmática ” (Yans-McLaughlin, 1986, 207).

Com efeito, este capítulo da história dos EUA impulsionou fortemente o desenvolvimento da antropologia aplicada naquele país e contribuiu para que ela viesse a desbravar fronteiras internacionais e estender seu campo de intervenção, sobretudo, a regiões onde a política norte-americana exercia sua influência. Dentro do espírito da Política da Boa Vizinhança, o Instituto de Antropologia Social do Smithsonian Institution passou a

colaborar com o Instituto de Assuntos InterAmericanos promovendo, através do estabelecimento de um programa de assistência técnica, a ida de antropólogos dos EUA para a América Latina para treinar estudantes em antropologia e trabalhar com antropólogos locais em pesquisas e estudos de comunidades, como nos casos de J. Gillin e C. Wagley (Eddy e Partridge, 1987).

De fato, foi ainda no período entre guerras, que a antropologia norte-americana projetou-se pela primeira vez para fora de sua nação, concentrando investimentos na América Central e Caribe, como testemunha a trajetória de Robert Redfield, o qual, após ter estudado os imigrantes mexicanos nos EUA, foi realizar suas pesquisas na Cidade do México e escreveu *Tepoztlan. A Mexican Village* (1930) (L'Estoile, Neiburg e Sigaud, 2002). Entretanto, a guerra foi decisiva porque permitiu o envolvimento dos antropólogos com a política externa americana e depois dela, a antropologia aplicada pôde progredir na mesma proporção em que seu país, vitorioso, consolidava-se como uma das duas superpotências mundiais e passava a intervir em âmbito mundial. Em 1941, em Harvard, foi fundada a Sociedade para a Antropologia Aplicada e criado seu jornal, o *Human Organization*. Uma das preocupações dos antropólogos aplicados era com a mudança social controlada, a previsão dos problemas e resistências culturais que o desenvolvimento capitalista viria a suscitar e como a cultura poderia se reorganizar, os problemas do contato entre as culturas tradicionais e as sociedades nacionais.

“Charles Wagley (1941, 1949, 1953) devotou suas habilidades para analisar as mudanças que estavam transformando as economias e sociedades dos povos da Guatemala e da Amazônia, e Sol Tax (1942, 1951) começou seu trabalho sobre relações étnicas e econômicas na Guatemala. Morton Fried (1953) e Martin Yang (1945) estudaram a mudança cultural na sociedade Chinesa. Edward Spicer (1949, 1954) se concentrou no Yaqui moderno, tanto em seu país quanto nas comunidades de migrantes nos Estados Unidos. Robert Redfield (1950) iniciou o Projeto Yucatan, construído sobre o trabalho recente com Villa Rojas (Redfield e Villa Rojas 1934), e focalizou a relação dos camponeses Mayan com a civilização urbana, da qual eles tornavam-se parte (Hansen 1976; Singer 1976)” (Eddy e Partridge, 1987).

Observa-se assim que a antropologia norte-americana inclinou-se para o tema da aculturação e para os estudos de comunidade e elegeu a América Latina como um campo de

pesquisa, já nos anos trinta. Mas, então, tratava-se de aplicar à comunidade o método de análise da “tribo” (Vicent, 1990). Após o segundo conflito mundial, consolidou-se a tendência da disciplina de abranger, além dos estudos das “sociedades tribais”, os estudos das “sociedades complexas”, do Terceiro Mundo e dos novos estados nacionais formados com os movimentos de descolonização, implicando mudanças no formato das etnografias e nas atividades de pesquisa.³⁴

Notadamente, a Guerra Fria inaugurou uma nova demanda por pesquisadores com conhecimento de regiões particulares sobre as quais o governo dos Estados Unidos estava interessado em obter informações e o campo das ciências sociais foi acionado como fornecedor potencial de especialistas. Instâncias do governo e da academia estreitaram relações com o propósito de tornar disponível o conhecimento sobre as regiões consideradas importantes e de viabilizar mais pesquisas. Tal era o comprometimento do Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, cujo comitê passou a defender a intensificação de especializações regionais (Wallerstein, 1997). As principais razões invocadas para justificar o treinamento de cientistas sociais em estudos de área (*area studies*) eram de ordem geopolítica. Parecia estrategicamente importante conhecer a língua, as instituições, a cultura, a economia e os povos dos países com quem os Estados Unidos estabeleciam relações comerciais e diplomáticas e com quem, eventualmente, podiam até entrar em guerra. Com efeito, não era aleatória a coincidência entre o interesse geopolítico por uma região ou país e sua inclusão entre as áreas escolhidas para estudo e em torno das quais eram organizados centros de pesquisa. América Latina, União Soviética, Oriente Médio, Sudeste Asiático e China eram, evidentemente, áreas prioritárias num contexto de Guerra Fria em que a preocupação primeira da política externa norte-americana era com o avanço do comunismo pelo globo. Assim, os programas de estudos de área eram potencialmente úteis tanto para as empresas e corporações dos Estados Unidos e os planejadores da política externa norte-americana quanto para os serviços de inteligência e de guerra do governo (Vicent, 1990; Wallerstein, 1997).

Entretanto, a academia também alegou que aquela modalidade de pesquisa contribuía para o avanço da ciência e, sobretudo, para a cooperação entre as ciências da sociedade na

³⁴ Sobre os efeitos da situação de guerra na definição do objeto e do formato da etnografia ver Mauro Almeida (no prelo).

construção de um conhecimento amplo sobre o mundo social.³⁵ Nos programas de estudos de área, as equipes eram multidisciplinares, contando com economistas, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos, lingüistas e antropólogos. Com o incentivo e o suporte oferecidos pelo Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, universidades como Columbia e Harvard aderiram aos estudos de área, sob a alegação de que assim contribuíam com a ciência e com a nação. Nos anos cinquenta, tais estudos estavam definitivamente institucionalizados, contando com o patrocínio de fundações como Rockefeller, Carnegie e Ford para a concessão de bolsas de estudo no exterior e para a organização de centros de pesquisa. Financiamentos priorizavam esta modalidade de estudos e fluíam também de agências de informações e do Departamento de Estado norte-americano.

Em 1965, irrompeu o escândalo do Projeto Camelot³⁶. O projeto tinha sido criado um ano antes pelo Escritório de Pesquisas de Operações Especiais (SORO) do Exército norte-americano e consistia de um plano secreto de estudos cujos objetivos incluíam determinar o potencial para guerra interna nos chamados países em desenvolvimento, colher informações sobre a possibilidade de insurgência e avaliar como o governo deveria reagir para combater as condições que favoreciam ações de insurgência. O SORO contaria com a colaboração de universidades e institutos de pesquisa nos EUA e no exterior, e o estudo seria conduzido por pesquisadores das áreas de ciências sociais. Países da América Latina eram os primeiros alvos do projeto, mas havia a previsão de incluir também países do Oriente Médio, Extremo Oriente, África e Europa (Horowitz, 1967).

O Projeto Camelot era financiado pelo Departamento de Defesa e pelo Exército dos Estados Unidos e veio a público porque o chileno naturalizado norte-americano, Hugo Nuttini, encarregado de averiguar a possibilidade de adesão de pesquisadores chilenos ao projeto, acabou antecipando-se e convidando o vice-reitor da Universidade do Chile. Mas, na universidade, os professores já estavam a par dos interesses do projeto, uma vez que, ao mesmo tempo, o sociólogo europeu Johan Galtung, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em Santiago, que teve acesso ao memorando do projeto, colocou-o em circulação juntamente com uma carta em que explicava as razões pelas quais não podia

³⁵ Charles Wagley, por exemplo, reivindica que: “O conceito de *Área Studies* não pode ser visto apenas como recurso geopolítico. Não. Ele tinha um sentido intelectual” (Meihy, 1987, 124). Em 1960, Wagley fundou o Instituto de Estudos Latino-Americanos na Universidade de Columbia.

³⁶ Agradeço ao prof Mauro Almeida as sugestões de mencionar o Projeto Camelot, o *teach in* e os efeitos da Guerra Fria no contexto acadêmico das ciências sociais.

aceitar participar de um estudo de contra-insurgência financiado pelo Exército e com intenções militares. Conseqüentemente, os chilenos rejeitaram o projeto e denunciaram-no para a imprensa, onde ele foi desmascarado como um plano de espionagem, caracterizado como imperialista e intervencionista (Horowitz, 1967; Wallerstein, 1997). A péssima repercussão que incitou, fez o Projeto Camelot ser cancelado antes mesmo que estivesse de fato em operação, entretanto, na mesma época, outros projetos de natureza similar e também financiados pelo Departamento de Defesa estavam em andamento. O Projeto Simpático na Colômbia e o Projeto Colônia no Peru envolviam o trabalho de estimativa do estado de integração de camponeses e povos indígenas como parte de um programa de pesquisa em ciências sociais. Um grupo de estudiosos, com o suporte da AID, estava trabalhando com problemas de desenvolvimento e contra-insurgência na Tailândia (Nader, 1997).

A revelação do Projeto Camelot estimulou um amplo debate sobre a colaboração dos cientistas com a política externa dos Estados Unidos, sua participação em projetos de pesquisa idealizados pelo governo e em *covert actions* (ações secretas) de agências militares e de informação. Conseqüentemente, os estudos de área foram colocados sob suspeita. Governos de países que abrigavam especialistas norte-americanos tornaram-se receosos quanto aos propósitos das pesquisas realizadas. A crescente oposição pública à Guerra do Vietnam e os tumultos universitários de 1968 ajudaram a compor o ambiente de contestação no campo acadêmico onde questões relacionadas à ética profissional e ao papel político dos cientistas obrigatoriamente eram incluídas na agenda de discussões.

Contudo, a rigor, o cenário da Guerra Fria nos Estados Unidos, no que tange ao meio universitário e científico, não se reduziu à produção de conhecimento para uso do governo e à colaboração com políticas imperialistas no estrangeiro, internamente o país vivia um clima de insegurança desencadeado pela política do mccarthysmo ou “caça às bruxas” em que cidadãos, inclusive cientistas e professores, eram investigados pelo FBI e CIA, denunciados como comunistas e perseguidos. Evidentemente, havia mobilização dentro do meio acadêmico contra as políticas da Guerra Fria e movimentos de oposição às intervenções norte-americanas no exterior. No caso da Guerra do Vietnam, tornou-se célebre o *teach-in*³⁷, movimento encabeçado pelos antropólogos Marshal Salhins e Eric Wolf, iniciado na

³⁷ Sobre o *tech-in*, consultar Feldman-Bianco e Ribeiro (2003) e Almeida (no prelo).

Universidade de Michigan e disseminado pelo país, em que os professores ocupavam as universidades e davam aulas sobre o Vietnã como forma de protesto contra a guerra.

Enfim, no que diz respeito ao campo da antropologia norte-americana, alguns efeitos da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria podem ser sumarizados. No caso da Segunda Guerra, os desdobramentos mais evidentes foram o engajamento público de antropólogos renomados nos esforços de guerra, tomando parte inclusive dos serviços estratégicos do Estado, e o desenvolvimento dos estudos de caráter nacional, responsáveis por colocar pela primeira vez na disciplina nações como objeto de estudo.

Durante a Guerra Fria, a antropologia continuou a ser uma modalidade de conhecimento considerada importante do ponto de vista da política externa norte-americana, era uma das disciplinas integrantes dos estudos de área, e, programas de pesquisa etnográfica conveniados com o governo eram conduzidos em regiões de importância geopolítica para os Estados Unidos como o Sudeste Asiático.³⁸ O Centro Russo de Pesquisa teve como diretor o antropólogo Clyde Kluckhohn (que já havia trabalhado em serviços do governo durante a segunda guerra), um grupo de estudantes de antropologia, entre os quais estava Clifford Geertz trabalhou em um projeto de pesquisa na Indonésia, produto de um convênio entre o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) e a Fundação Ford.³⁹ Outros antropólogos tiveram seu trabalho utilizado por planejadores e estrategistas, alguns ainda teriam secretamente colaborado com serviços de informação e participado de projetos de contra-insurreição (Nader, 1997; Price 2002 a e b). Micaela di Leonardo relata que em 1970, Erik Wolf e Joseph Jorgenson, depois de terem sido repreendidos pelo Comitê Executivo da Associação Americana de Antropologia (AAA) enquanto membros do Comitê de Ética pelo

³⁸ Contra a ilusão de que o conhecimento antropológico é produzido em um contexto não contaminado, Jack Stauder faz a ressalva de que “antropologia, como uma atividade institucional, não é autônoma nem desvinculada de outras instituições do nosso sistema social... [Ela é] dependente para seu suporte das instituições dominantes de nossa sociedade (o governo federal, as grandes corporações e fundações privadas); é esperado que a antropologia sirva aos interesses que controlam tais instituições e as universidades. Como aqueles interesses se estendem aos países estrangeiros, pesquisas antropológicas sobre povos estrangeiros podem fornecer... conhecimento” (Stauder, 1972, 89 apud Nader, 1997, 119-120).

³⁹ Neste sentido, o comentário de Kuper sobre a trajetória do antropólogo Clifford Geertz é esclarecedor: “Ele era um dos principais expoentes de uma geração de etnógrafos que estava migrando dos clássicos estudos tribais e de ilhas isoladas para a análise de grandes e complexas sociedades asiáticas que estavam passando por rápidas transformações, com sua história ricamente documentada. Essas sociedades estavam realizando uma transição turbulenta do sistema colonial para a independência política. Os políticos exortavam economistas e cientistas sociais a ajudarem na análise e no planejamento. Esses especialistas, por sua vez, exigiam, impacientes, explicações para os obstáculos culturais que aparentemente impediam o progresso” (Kuper, 2002, 115).

fato de conduzirem investigações dentro da disciplina sobre a cumplicidade de antropólogos com pesquisas militares clandestinas sobre o Sudeste Asiático, publicaram um artigo no *New York Review of Books* em que, com base em documentos adquiridos ilicitamente, denunciaram o uso militar de dados das ciências sociais sobre países de Terceiro Mundo e a cooperação de antropólogos em projetos de contra-insurgência. Wolf e Jorgenson não revelaram nomes, mas suspeitas e críticas recaíram sobre eles – e surpreendentemente não sobre os antropólogos suspeitos de trabalhar secretamente para o governo norte-americano – a ponto de eles terem se tornado objeto de investigação por um comitê da AAA encabeçado por Margaret Mead (di Leonardo, 1998). Recentemente, documentos revelaram a cooperação secreta da Associação Americana de Antropologia (AAA) com a CIA através do fornecimento de um diretório dos membros da associação descrevendo as áreas geográficas e lingüísticas em que eles se especializaram (Price, 2000)⁴⁰.

Com o desenrolar da Guerra do Vietnam e a intensificação dos protestos, progressivamente, a forma predominante de engajamento público assumido pelos antropólogos foi a oposição às políticas e invasões militares da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que atacavam o modo como a antropologia vinha sendo usada por entidades militares e agências de inteligência.

*

Assumindo a importância do contexto imperial para o desenrolar deste trabalho, neste capítulo, situamos a problemática do imperialismo a partir de alguns autores que privilegiam sua dimensão cultural e discutem “formas de engajamento” dos EUA na América Latina.

Considerando as intervenções norte-americanas no Brasil, num primeiro momento, focalizamos a área de saúde pública e as relações políticas e científicas estabelecidas entre os dois países, contextualizando então a atuação da Fundação Rockefeller e a criação do

⁴⁰ O antropólogo David Price tem se dedicado a destrinchar as conexões entre o campo da antropologia norte-americana e agências de inteligência, como a CIA. Ele mapeia algumas formas desta ligação que inclui casos de antropólogos que fazem suas carreiras dentro da CIA, que realizam pesquisas sigilosas encomendadas ou que compartilham secretamente seus dados com a CIA ou FBI. Além de casos em que o antropólogo desconhece que está fazendo pesquisa para agências de inteligência ou segurança uma vez que o financiamento é feito de modo indireto ou secreto (ver Price, 2000 a e b; 2002 a e b).

Sesp, instituições cujas atividades propiciaram um intercâmbio entre especialistas brasileiros e estrangeiros.

Interesses estratégicos e humanitários encontravam-se associados na filantropia científica conduzida pela Rockefeller. No Brasil, a fundação investiu em campanhas de combate às endemias, em pesquisa e ensino na área médica, e por meio de seus recursos, importantes sanitaristas brasileiros estudaram nos EUA. O sanitarismo praticado pela Rockefeller fez escola entre os brasileiros. Muitos dos sanitaristas com experiência nas campanhas da fundação integraram os quadros de funcionários do Sesp. O Sesp foi criado num acordo de cooperação de guerra entre os EUA e o Brasil – na época em que vogava a política da boa vizinhança – e foi responsável, durante pelo menos duas décadas com vigor, pela condução de serviços de saneamento na Amazônia.

Num segundo momento, focamos duas políticas de ajuda norte-americanas dirigidas ao Brasil no período da chamada guerra fria: a Aliança pelo Progresso e os Voluntários da Paz. Nos dois casos, os EUA se propuseram a fornecer recursos financeiros e assistência técnica para supostamente promover o desenvolvimento brasileiro, barganhando assim o alinhamento do país ao capitalismo norte-americano e à política de Washington, sobretudo, no tocante ao enfrentamento do comunismo na América Latina.

Finalmente, endossando a hipótese de que a antropologia norte-americana teria deixado de se mostrar comprometida apenas com a construção da nação e a resolução de problemas internos aos EUA para abarcar pretensões imperiais, apresentamos o contexto em que os antropólogos norte-americanos, envolvidos com a política externa de seu país, tomam como objetos de estudo Estados e culturas nacionais estrangeiras.

Capítulo III

UM ANTROPÓLOGO NORTE AMERICANO NOS TRÓPICOS

“(...) tudo que pode representar a riqueza de um imenso império é mantido intacto esperando pelos elementos de homem e capital para ser transformado em utilidades para a civilização que hoje clama desesperadamente por ação americana”.

Carta de Jefferson Caffery para Berent Friele do CIAA no Brasil
(1941) sobre a Amazônia, em *Seja feita a vossa vontade*.

“(...) Essas áreas tropicais menos populosas, como o Vale Amazônico, são, na realidade, fronteiras. Atraem nosso interesse, não só pela luta dos povos que as habitam, como também por seus recursos inexplorados, suas terras ainda virgens, e o potencial que encerram para futuras colonizações”.

Charles Wagley, *Uma comunidade Amazônica*.

O princípio do relacionamento de Charles Wagley com o Brasil se deu em 1939, quando, depois de uma breve estadia no Museu Nacional, ele iniciou suas pesquisas com os índios Tapirapé.

“Eu fui ao Brasil pela primeira vez em 39, com a ajuda da Fundação Rockefeller, que já amparava Columbia. Era uma bolsa de pós-doutorado para estudar índios. Havia no Brasil grupos interessados e que estavam em contato conosco. No Brasil, a Fundação Rockefeller estava sediada em Manguinhos, desde o começo do século; eles atuaram em 1906, 18 e 24. Eu creio que quem abriu o processo de visitas de especialistas estrangeiros foi a Heloisa Alberto Torres. Ela era a única que não era médico em Manguinhos e escreveu a Franz Boas, como diretora do Museu Nacional. Foi ela quem conseguiu uma série de bolsas para o Brasil” (Charles Wagley em entrevista a José Carlos Sebe Bom Meihy, 1987, 125).

O estudo dos Tapirapé teria sido sugestão de Alfred Metraux e parecia adequado porque permitia abordar a problemática da aculturação uma vez que este grupo indígena tinha tomado contato com a sociedade nacional pela primeira vez por volta de 1910-1911 e, embora desde então, mantivesse somente contatos esporádicos com brasileiros estava em

franco processo de depopulação. Wagley também estudou os Tenetehara e seus trabalhos etnológicos lhe renderam a condição de autoridade na questão indígena (Rosa, 1993). Contudo, o antropólogo norte-americano dedicou-se ainda a investigar, segundo suas próprias palavras “os problemas do Brasil moderno” com os quais ele tomou contato a partir dos acontecimentos que se desenrolaram em decorrência da guerra (Wagley, 1977 [1953]).

Depois de um período nos EUA, lecionando na Universidade de Columbia, Wagley regressa ao país, em 1941, através de um programa vinculado ao Instituto de Assuntos InterAmericanos (IAIA) do Escritório do Coordenador de Assuntos InterAmericanos (CIAA), por meio do qual cientistas norte-americanos vinham atuar junto a instituições latino-americanas (Eddy e Partridge, 1987; Rosa, 1993). Em 1942, a convite do General George C. Dunham, diretor da divisão de sanitização e saúde do IAIA, Wagley torna-se membro da missão técnica brasileira do instituto e passa a integrar os quadros de direção do recém criado Serviço Especial de Saúde Pública¹ (Wagley, 1977 [1953]; Rosa, 1993).

A criação do Sesp, como foi explanado no capítulo anterior, resultou do estabelecimento de um programa de cooperação de guerra entre os governos do Brasil e dos EUA selado durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, quando foram firmados vários acordos que versavam sobre comércio, assistência técnica, produção de materiais estratégicos, além de políticas sanitárias. Pelos “Acordos de Washington”, como ficaram conhecidos, o Brasil tomava oficialmente o partido dos Aliados contra as forças do Eixo, consentia na utilização pelas tropas norte-americanas de bases militares no Nordeste e se comprometia a abastecer a indústria bélica dos EUA com matérias-primas estratégicas (borracha, quartzo, minério de ferro e de cromo e mica). O Sesp foi concebido dentro do programa da borracha com a incumbência de fornecer assistência médico-sanitária aos seringueiros da Amazônia e também aos soldados norte-americanos das bases militares

¹ Wagley esclarece que: “Com o início da Guerra, o Brasil tornou-se importante, porque ficou do lado dos aliados e todos os que falavam português ou tinham viajado pelo Brasil prestaram serviços como observadores. (...) Havia pouca gente que conhecia aquele país importante e misterioso e era preciso ajudar durante a Guerra, em várias tarefas” (Wagley, 1987, 122-123). Ele faz tudo parecer muito natural e mesmo casual informando que recebeu o convite do General Durham para servir no Sesp quando o encontrou no vôo dos EUA para o Brasil (Rosa, 1993). Mas, como a correspondência de Wagley para a diretora do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres indica, ele já esperava ser necessário ao seu país devido à guerra, mas nutria esperanças de que pudesse ser útil de alguma forma permanecendo no Brasil. [Agradeço à prof M. Corrêa e a J. Melo por terem permitido o acesso às cartas, as quais estão sendo organizadas por elas].

instaladas no Nordeste Brasileiro. Posteriormente, suas atividades abarcaram também o Vale do Rio Doce, onde havia exploração de minérios.

Deste modo, as políticas de saúde pública implementadas pelo Sesp visavam atender a interesses militares e econômicos, brasileiros e norte-americanos. Entre 1942 e 1945, a agência ocupou-se em promover o saneamento do Vale Amazônico e em conduzir programas de combate à malária e outras doenças tropicais que ameaçavam os seringueiros no Norte e as tropas norte-americanas no Nordeste. *Surveys* e relatórios sobre as condições médico-sanitárias das regiões onde foram estabelecidas as bases norte-americanas, entre as quais Natal e Fortaleza, informavam o Sesp sobre as doenças endêmicas e os riscos à saúde dos soldados naquelas áreas. As péssimas condições sanitárias, a água e os alimentos contaminados foram apontados como as maiores ameaças às tropas, e, entre as doenças, malária, amebíase, febre tifóide e doenças venéreas (cuja incidência era elevada e cresceu com a presença dos soldados) foram identificadas como as mais perigosas e demandaram medidas de controle por parte do Sesp. Embora o maior problema de saúde no Brasil e a primeira causa de mortalidade fosse a tuberculose, esta doença não mereceu atenção especial nos programas do Sesp uma vez que não representava, dados seus fatores de transmissão, uma ameaça aos norte-americanos no país (Campos, 1997 e 2000).

III.1 Metáforas de Guerra: a “batalha da borracha” e seus “soldados”

Charles Wagley vinculou-se ao Sesp em 1942 como membro do escritório regional no Vale Amazônico (Wagley, 1977 [1953]). Entre as tarefas então desempenhadas por ele, estavam investigações e viagens a campo e a produção de relatórios sobre a situação dos refugiados da seca no Nordeste e sobre o programa de migração de trabalhadores nordestinos para a Amazônia, organizado pelo Departamento Nacional de Imigração, DNI (Campos, 1997)².

A questão dos migrantes nordestinos revelava-se central para o Sesp uma vez que o fornecimento de mão de obra para os seringais tinha se colocado como uma necessidade premente. Tão logo o programa da borracha entrou em operação, os funcionários do CIAA

² Todas as informações que constam neste item (III.2) sobre o programa da borracha do Sesp e o papel de Wagley nele foram compiladas do capítulo sexto da tese de André Campos sobre o Sesp (Campos, 1997).

no Brasil se deram conta que além das condições sanitárias precárias e das doenças que ameaçavam a saúde dos seringueiros, o outro grande obstáculo ao incremento da produção de borracha amazônica era a escassez de trabalhadores. Os relatórios mencionavam a densidade populacional extremamente baixa dos Estados do Amazonas, Pará e Acre como um problema, mas não falavam das relações de trabalho nos seringais – que beiravam a escravidão devido à inexorável condição de endividamento vivida pelo seringueiro – como um dos fatores que afastavam os trabalhadores. Os norte-americanos chegaram até a cogitar o uso de trabalho indígena nos seringais, consultando pra isso o Serviço Nacional de Proteção ao Índio. A alternativa que se mostrou viável foi então recorrer aos migrantes que historicamente já se deslocavam espontaneamente para a Amazônia para escapar das secas periódicas que vitimavam alguns estados da região Nordeste.

O DNI passou a organizar o fluxo de famílias de refugiados e a recrutá-las nos estados do Ceará e da Paraíba para transportá-la até a Amazônia. Wagley informa em seus memorandos que uma estação de embarque foi estabelecida em Fortaleza e alojamentos construídos em Manaus e Belém, por onde, durante os meses de maio e junho, um pouco mais de 1.200 pessoas passaram e em agosto este número tinha atingido 7.200. Contudo, Wagley observou que os migrantes em sua grande maioria não se dirigiam aos seringais, estabelecendo-se nos arredores de Belém, onde encontrassem emprego, e em áreas agrícolas do estado do Pará, onde muitos tinham ligações familiares ou sociais. Ainda que alguns dos migrantes que passaram por Manaus tenham se dirigido às áreas produtoras de borracha, aqueles que passaram por Belém seguiam para a região de Bragança para trabalhar na agricultura. Embora considerasse que esta migração para áreas agrícolas do Pará fosse em certo sentido positiva, porque na Amazônia de fato havia uma escassez de suprimentos alimentares que poderia representar uma ameaça ao programa de desenvolvimento da borracha, Wagley constata que a política migratória do DNI com base no recrutamento de famílias não daria conta de atender a demanda por mão de obra masculina nos seringais, comprometendo deste modo a meta de aumentar a produtividade de borracha.

Empreendendo uma viagem de cinco dias através do sul do Ceará e do oeste da Paraíba em que entrevistou os moradores, as autoridades locais e os retirantes, Wagley pôde relatar o evento da seca e oferecer uma descrição daqueles por ela atingidos que eram obrigados a se deslocar e poderiam ser alvo de um programa de migração para a Amazônia.

Ele identificou dois grupos que seriam mais afetados: o dos “flagelados reais”, composto por famílias de pequenos agricultores obrigados a deixar suas propriedades, e o dos “flagelados”, que haviam perdido suas casas e vagavam ao longo das estradas, num estado de mendicância. A região mais crítica de onde mais pessoas se evadiam, segundo observou Wagley, era o Vale do Jaguaribe, no Ceará.

Em outubro de 1942, representantes do DNI, do CIAA, do Sesp, do Governo do Estado do Ceará, da Rubber Development Corporation (Corporação de Desenvolvimento da Borracha) e da Comissão de Controle dos Acordos de Washington se reuniram com o propósito de discutir um projeto para recrutar, transportar e dar assistência aos trabalhadores oriundos do Nordeste com destino aos seringais amazônicos. Era lançado então o Programa de Migração do Sesp, em colaboração com o DNI e financiado pela Corporação de Desenvolvimento da Borracha norte-americana. No início de 1943, o Diretor do Sesp, George Saunders, nomeou como o primeiro diretor do Programa de Migração o antropólogo Charles Wagley.

Duas novas agências foram criadas com o propósito de elevar o fornecimento de mão de obra masculina para os seringais amazônicos: o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, Semta, e a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico, Sava.

As atribuições de cada organização dentro do esforço de migração ficaram assim definidas: o DNI continuou a recrutar as famílias no Nordeste e encaminha-las até a Amazônia; o Semta era responsável pelo recrutamento de trabalhadores adultos do sexo masculino no Nordeste e por seu encaminhamento até Belém; a Sava devia receber os migrantes em Belém, transportá-los e distribuí-los pelas áreas de borracha do Vale Amazônico; o Sesp tinha a incumbência de fornecer assistência médica às famílias migrantes e aos trabalhadores nas estações e alojamentos do DNI e do Semta e de inspecionar as condições sanitárias destes locais. Cabia ainda aos médicos do Sesp

determinar, com base em critérios pretensamente objetivos, mas efetivamente racistas, a adequação física dos homens ao trabalho nos seringais entre aqueles recrutados pelo DNI; quanto aos recrutados pelos Semta, a responsabilidade formal pela seleção era dos médicos

desta mesma agência, embora na prática, segundo averiguou Campos (1997), esta função pudesse ser compartilhada pelas duas instituições.³

O Semta lançou uma campanha ofensiva de recrutamento de trabalhadores, utilizando-se de pôsteres, panfletos e anúncios em jornais e rádios.

“O panfleto intitulado *Rumo à Amazônia, terra da fartura* apelava para o patriotismo da população alvo, listando numerosas vantagens materiais que os migrantes poderiam ter quando se oferecessem para ser seringueiros. Este apelo incluía garantir aos migrantes o mesmo status dos soldados no exército brasileiro. Imigrantes eram chamados *soldados da borracha* e era dito a eles que eles estariam desempenhando uma função tão vital quanto aquela desempenhada pelos soldados no campo de batalha” (Campos, 1997, 162-163).

O maior atrativo na propaganda do Semta era o contrato de trabalho prometido aos migrantes que estipulava que o trabalhador poderia receber pelo menos 60% do valor de toda a borracha extraída por ele, além de alimentos, roupas, medicamentos e utensílios. Ele também teria direito de cultivar um hectare de terra e de consumir o que pescasse e caçasse.

Mas, a despeito do Semta angariar o apoio dos governos estaduais e dos representantes da igreja católica ao programa de migração, a população local demonstrava uma enfática resistência ao programa. Havia o temor de que os trabalhadores seriam escravizados nos seringais e até comidos por índios.

Efetivamente, os migrantes recrutados nos postos localizados pelo interior do Nordeste costumavam ser muito pobres e eram submetidos a verdadeiras provações para seguir para a Amazônia. Aqueles que não eram rejeitados nos exames médicos ou que não desistiam empreendiam uma longa e, no mínimo, desconfortável jornada. O transporte era feito por navio ou por terra, de trem e caminhões, em condições as mais adversas; a bordo não existiam médicos somente “guardas medicadores” para acompanhar os passageiros, a maioria das mortes envolvia crianças e era preciso chegar aos postos do Sesp pelo caminho

³ A pessoa examinada recebia um cartão médico de identificação com o nome, raça, histórico de saúde pessoal e familiar e outras características. “A descrição do tipo racial usado pelo Semta seguia as características definidas pelo antropólogo brasileiro Edgar Roquete Pinto. Pinto usava quatro categorias na identificação racial : a) *leucodermos*, indivíduos com pele branca, ‘como leite’ ou trigueira; b) *faiodermos*, indivíduos com pele parda, um produto de pais brancos e negros; c) *melanodermos*, indivíduos com pele negra; e d) *xantodermos*, indivíduos com pele bronzeada, um produto de pais índios e brancos” (Campos, 1997, 174-175).

para que os doentes fossem hospitalizados. As viagens incluíam paradas em estações precárias, estadias em alojamentos lotados e longos atrasos.

Nos abrigos do Sema, do DNI e do Sava, por onde os migrantes transitavam, os inspetores do Sesp não raro constataavam a existência de condições sanitárias precárias como refeições de qualidade duvidosa, quantidade insuficiente de alimentos, água imprópria para consumo e falta d'água. Esta situação aliada às grandes aglomerações que se formavam nestes locais favorecia a intensa proliferação de doenças que em alguns casos chegavam a ser fatais. Os migrantes contraíam principalmente infecções respiratórias, doenças entéricas, disenteria, tuberculose, malária e doenças sexualmente transmissíveis.⁴ Às vezes, epidemias de doenças específicas, como sarampo e febre tifóide, assolavam as estações e abrigos, causando muitas mortes. No entanto, no geral, as crianças representavam o número prevalecente de vítimas fatais.

“No início do Programa de Migração, quando a hospedaria do Alagadiço não estava concluída e as condições de estadia eram piores, o número de crianças doentes ‘era surpreendente... e o número de mortes era muito alto’. A causa principal das mortes infantis nos postos do DNI era a intoxicação aguda devido à má nutrição. Na maioria das vezes, por conta de seu etnocentrismo, os médicos culpavam as mães pelas mortes, como fez um médico do Sesp do Alagadiço que diagnosticou como a razão principal da intoxicação aguda a dieta que a criança recebeu: farinha de mandioca e raízes cozidas. Um problema similar ocorreu no campo do DNI em Belém onde um médico do Sesp responsabilizou a ‘ignorância e teimosia’ das mães e sua ‘ausência de educação sobre a alimentação infantil’ pelas mortes das crianças” (Campos, 1997, 188)

O citado abrigo do Alagadiço, que pertencia ao DNI e se localizava em Fortaleza, atingiu, no início de 1944, condições degradantes. Nele encontrava-se alojado quase o dobro de pessoas a mais do que sua capacidade permitia. Sujeitas a condições sanitárias ameaçadoras, as pessoas viviam em intensa promiscuidade. Faltavam lençóis, cobertores e leite para as crianças. Não havia nos hospitais leitos suficientes para todos os doentes, os quais eram vítimas principalmente de distúrbios e intoxicações alimentares. Nesta situação aviltante, chegou a morrer uma criança a cada dia.

⁴ “As doenças que matavam mais imigrantes nos alojamentos eram doenças entéricas (diarréia e enterite); seguidas de disenteria (por bacilos ou amebas); depois tuberculose; e finalmente malária” (Campos, 1997, 196).

Não apenas os migrantes e suas famílias eram confrontados com variados e graves riscos a sua saúde durante o árduo percurso em direção ao Vale Amazônico. Muitos trabalhadores retornavam dos seringais com a saúde deteriorada. Contraíam malária e outras enfermidades graves como anemia e eram obrigados a retornar a suas regiões de origem. Um médico do Sesp diagnosticou a bronquite crônica como uma das doenças mais recorrentes que atingiam os soldados da borracha. Ela era provocada pela inspiração da densa fumaça que exalava durante o processo de defumação do látex.

Os problemas e as falhas no trabalho de recrutamento, assistência, transporte e distribuição dos migrantes do Nordeste para a Amazônia levaram a conflitos entre as agências responsáveis pela execução destas tarefas. Os atrasos da Sava em enviar os migrantes para os seringais causavam superlotações nos postos do Semta em Belém e Manaus e desentendimentos entre as agências. A superlotação constante nos postos administrados pelas duas agências por sua vez suscitava reclamações do Sesp que, como instituição responsável pela inspeção sanitária e atenção médica naqueles locais, tinha seu trabalho dificultado naquelas condições irregulares.

Devido à desarticulação entre as agências, o governo brasileiro decidiu fundir o Semta e a Sava em uma nova agência: a Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, Caeta. Foi estipulada uma redução no recrutamento de homens do Nordeste e estabelecido um novo acordo de divisão de tarefas entre a Caeta e o Sesp. Todavia, como os esforços de migração se revelavam mal sucedidos, os serviços do Caeta foram cessando progressivamente ao longo do ano de 1944. Em dezembro daquele ano, o Programa de Migração do Sesp foi oficialmente encerrado.

O suporte de mão de obra para os seringais ficou aquém dos 50.000 homens estimados no lançamento do programa e o aumento da produção de borracha também ficou longe do esperado.

Entre os saldos do programa podemos assinalar as vidas perdidas em nome da “batalha da borracha”, a saúde arruinada dos “soldados da borracha”, o desamparo das famílias, a quem foram negadas as pensões prometidas nos contratos do Semta, foram desabonados compromissos e relegados direitos. Campos (1997) calcula que cerca de 36.000 pessoas foram transportadas durante o Programa da Borracha e que é impossível estimar quantas morreram a caminho ou no “inferno verde”.

De qualquer modo, o desaparecimento de soldados da borracha e as tragédias de suas famílias repercutiram na imprensa nacional e internacional onde se falou de milhares de mortes (com números superestimados entre dez e trinta mil). Com a queda do Estado Novo em 1946 e a volta do regime democrático, foi instalada uma Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha para investigar o que aconteceu na “batalha da borracha” e apurar as responsabilidades pelas falhas, mas ela não chegou a ter maiores conseqüências. O congresso norte-americano também procurou apurar o papel dos Estados Unidos na “batalha da borracha” e nas tragédias resultantes do Programa de Migração, mas, igualmente, nenhum responsável foi apontado.

Em *Uma comunidade amazônica*, Wagley tece alguns comentários sobre o programa da borracha e a política sanitária do Sesp. Ele afirma que grandes recursos e esforços foram mobilizados para aumentar a produção da borracha. Os Estados Unidos, através da Companhia de Desenvolvimento da Borracha, e o governo brasileiro procuraram dinamizar os meios de transporte e comunicação a fim de possibilitar a importação de instrumentos necessários à extração do látex. Técnicos e especialistas afluíram para o Vale Amazônico. Exceto por citar o fato de inúmeros refugiados da seca no Nordeste terem sido enviados para os seringais amazônicos a fim de suprir a demanda de mão de obra e salientar que a falta de experiência e prática destes trabalhadores se revelou um fator limitante, Wagley não se refere ao Programa de Migração, no qual desempenhou um papel chave.

Na avaliação de Wagley a campanha da borracha não foi bem sucedida. Segundo ele, “a própria natureza da indústria de borracha bruta cria dificuldades ao seu desenvolvimento” (Wagley, 1977 [1953], 70), as seringueiras selvagens encontram-se espalhadas pela floresta dificultando o trabalho de extração, há a necessidade de abertura de novas estradas nos seringais, o que exige um conhecimento do meio que os caboclos amazônicos tinham, mas carecia aos trabalhadores migrantes. O autor menciona ainda um descompasso entre o funcionamento da sociedade amazônica e as idéias que dela faziam os técnicos e administradores que não tiveram tempo para de fato conhecê-la, assim, para ele, eles “não compreenderam a força tradicional do sistema comercial da Amazônia, que consideravam muito deficiente e explorador e, portanto, uma barreira à grande produção da borracha” (Wagley, 1977 [1953], 70). O aumento na produção acabou sendo modesto: de 19.000 toneladas em 1940 para 25.000 em 1944.

Ainda que reconhecendo o fracasso da campanha da borracha, Wagley aponta para algumas de suas conseqüências benéficas como o estabelecimento de programas de cooperação entre Brasil e Estados Unidos na região, com destaque para o Sesp. Através da política de saúde pública e saneamento do Sesp, o Vale Amazônico teria contado com uma rede de postos de saúde e hospitais, com assistência médica para a população, com melhoria nas condições sanitárias e um controle eficiente da malária, através do uso do DDT (Wagley, 1977[1953]).

III.2 Zelando pela saúde da comunidade

“Não me admira – disse Abígero, severo. – Não é a primeira vez que encontro um homem invisível. Os brancos vêem coisas que nós não enxergamos. Uma vez, viajando por La Unión, encontrei um engenheiro do Escritório Agropecuário. Todos desconfiavam. Ninguém chegava perto dele. Pior que samento! Bebendo uma tarde no botequim, o engenheiro chega perto de mim e diz:

- ‘Ouça, amigo, vamos a uma cerveja.
- Com prazer, engenheiro.
- Observei que você é muito querido nesta cidade.
- Embora fique mal para mim dize-lo, engenheiro.
- Ouça, amigo, sou enviado do Escritório Agropecuário para lutar contra as doenças da batata. Posso fazer muita coisa pela agricultura, mas aqui as pessoas são desconfiadas. Não sei como lhes falar. Que é que você acha se eu o gratificar com um sol cada pessoa que você me conseguir para um bate-papo?’

‘A cavalo dado não se olha o dente! Aquela mesma noite, reuni trinta amigos! O engenheiro puxou o canudo. Falava bem! Explicou maravilhosamente a causa das doenças provocadas – segundo ele – por animais invisíveis, chamados micróbios. Já estava quase nos convencendo quando diz: ‘e para que vejam que não estou mentindo, vou lhes mostrar uma fotografia desses micróbios’. E puxa a foto de um animal horrível, com mil patas e chifres. ‘Este é o bicho que estraga seus campos!’ as pessoas forma embora, morrendo de rir. Eu também saí. No dia seguinte o engenheiro perguntou:

- O que foi que aconteceu? Por que é que eles foram embora?
- Desculpe engenheiro, mas o pessoal saiu porque o senhor tem um parafuso a menos.
- Como assim?
- Esses animais que o senhor mostrou não existem, engenheiro. Se esses insetos tão grandes morassem aqui, o senhor acha que nós não os teríamos visto?

Abígeo concluiu:

- Eles são assim Fermín: *enxergam coisas que nós não enxergamos, e ao contrário*. Teu caso é esse. [...]”

M. Scorza. *Garabondo “O Invisível”*.

Em 1944, o Sesp organizou uma Divisão de Educação Sanitária cuja direção foi assumida por Charles Wagley⁵. Dentro da política de saúde pública do Sesp, a educação sanitária tornara-se central e seu programa de ação privilegiava a escola, onde crianças e professores eram o alvo; áreas rurais empobrecidas e periferias urbanas; propaganda para atingir os adultos; a organização de comunidade e o treinamento contínuo de educadores sanitários (Oshiro, 1988; Campos, 1997).

Do ponto de vista dos sanitaristas do Sesp, a educação era o instrumento principal para responder ao desafio de mudar os hábitos e concepções de uma população analfabeta, desnutrida ou subalimentada. Pobreza e ignorância eram identificadas como os principais fatores desencadeadores de problemas de saúde, os condicionantes sociais em jogo eram desconsiderados. As medidas propostas visavam a mudança cultural, de comportamentos e mentalidades e não a transformação das condições de vida dos setores populares rurais e urbanos. A aposta dos sanitaristas era que com a aprendizagem de noções de higiene, saúde e nutrição, as camadas populares poderiam adotar nova conduta e melhorar suas condições de saúde, assim haveria uma diminuição da mortalidade infantil e da incidência de doenças transmissíveis (Oshiro, 1988). Não parecia ser outra também a orientação de Wagley, como se pode depreender de seu texto:

“O problema da alimentação, bem como muitos outros problemas de saúde do povo, é principalmente um problema de educação. (...) A educação sanitária, como qualquer outra forma de educação em qualquer campo, não deve apenas visar à interpretação dos fatos científicos para o povo, mas deve trabalhar para modificar seus hábitos e atitudes relativos à saúde. Com frequência, o indivíduo não usa os alimentos que estão ao seu dispor (...) porque seus hábitos e costumes tradicionais lhes ensinaram de maneira diferente. Estes costumes e hábitos tradicionais que melhor são ‘meias verdades’ ou completamente falsos constituem em certas ocasiões barreiras ao processo educativo” (Wagley, Boletim do Sesp, 1945, no 25, p.5 apud in Oshiro, 1988, 114)

⁵ Agradeço ao professor Everardo Duarte Nunes por ter chamado a atenção para o envolvimento de Wagley com a área de educação sanitária e pela referência à dissertação de Julieta Hitomi Oshiro.

Levando em conta os índices de analfabetismo do país e do Vale Amazônico, Wagley considera pouco adequada a utilização de materiais impressos e aposta em recursos audiovisuais como rádio e cinema para informar e ensinar, em especial, os adultos, sobre assuntos de saúde e higiene (Oshiro, 1988). Com o patrocínio do IAIA, foi produzida pelos estúdios Walt Disney uma série de filmes intitulada “Saúde para as Américas” que incluíam entre seus títulos: *O Corpo Humano*, *O que é a Doença?*, *Tuberculose*, *Cuidado Infantil*, *Como as Doenças se Propagam*, *Nutrição*, *Sanitarização do Meio* (Campos, 1997). Contudo, o alcance destes filmes como recurso didático nas áreas rurais do Brasil não parece ter sido efetivo. Para o Sesp, o problema estava na população a qual eles se dirigiam que, de fato, não se encontrava capacitada para decodificar as mensagens transmitidas segundo um modo de veiculação que privilegia a velocidade na sucessão de movimentos. Não foi cogitado que o recurso cinematográfico era inadequado para atingir o objetivo pedagógico visado, considerando a população em questão. A suposição de que os filmes norte-americanos produzidos tinham uma abrangência universal não foi colocada em cheque. (Oshiro, 1988)⁶. Um outro instrumento muito utilizado como alternativa foi a projeção de slides.⁷

Em suas considerações sobre as propostas de educação para a saúde do Sesp, Oshiro (1988) e Campos (1997) destacam a centralidade que nelas adquire a estratégia de “organização de comunidade” (ou “desenvolvimento de comunidade”). Oshiro esclarece que o movimento de organização de comunidade foi proposto por organismos ligados a Organização das Nações Unidas, após a Segunda Guerra, para auxiliar os países pobres a solucionarem seus problemas e alcançarem desenvolvimento social e econômico. A estratégia de organização de comunidade envolve a tomada de decisões e a implementações

⁶ Em um texto publicado na Revista do Sesp, Pinheiro et al. asseveram que: “As dificuldades de ordem educativa não são inerentes ao cinema, mas ao povo a que se destina. Para que se possa acompanhar uma exibição de cinema, na maioria das vezes com rápida sucessão, é indispensável um verdadeiro treinamento. O caboclo da Amazônia diante da tela não raciocina com a devida rapidez para compreender o que lhe é apresentado” (Pinheiro et al., Revista do Sesp, 1949, 2, no3, p.922 apud in Oshiro, 1988, 118).

⁷ Rosa reproduz uma anedota muito similar àquela citada como epígrafe da presente parte deste capítulo, envolvendo a utilização de slides como instrumento pedagógico pelo programa de educação sanitária do Sesp. O antropólogo Darcy Ribeiro teria relatado que após a apresentação de slides sobre o mosquito transmissor da malária, um caboclo amazônico teria assegurado a Wagley que ele estava equivocado, que ele não tinha com que se preocupar, pois na região não existia um mosquito daquele tamanho! Na imagem veiculada, o inseto tinha sido apresentado não em suas dimensões naturais, mas ampliado para fins ilustrativos (Rosa, 1997). A recorrência deste tipo de anedota pode ser um indicativo da circulação de um estereótipo a respeito da reação de populações não brancas, iletradas e tradicionais da América Latina aos recursos técnico-científicos trazidos por estrangeiros.

de ações em um nível local, em que as tentativas de resolução dos problemas comuns são conduzidas pelo próprio grupo social afetado. O pressuposto embutido nesta forma de organização é que os problemas sociais podem ser atacados por ações locais e cooperativas, sem uma politização dos agentes envolvidos e deste modo sem risco para o *status quo*, contando assim com a anuência das instituições oficiais. Ou seja, as mudanças empreendidas não atingem a estrutura social. O modo como são concebidos e encarados os problemas sociais que atingem a “comunidade” dissimula o fato de que eles têm raízes políticas e, portanto, exigem um engajamento de caráter também político (Oshiro, 1988; Campos, 1997). A noção de comunidade que é trabalhada supõe a homogeneidade e comunhão de interesses, não contemplando os antagonismos e conflitos internos e escamoteando o sistema de classes em que a sociedade é dividida.

Nas décadas de quarenta e cinquenta, esta forma de organização foi incorporada aos programas das áreas de educação, saúde e extensão rural no Brasil, sobretudo, aqueles que recebiam patrocínio e auxílio técnico dos Estados Unidos e/ou eram influenciados pelo pensamento social norte-americano que tematizava o conceito de comunidade. Neste sentido, os estudos de comunidade realizados nas ciências sociais neste período acenavam para a possibilidade de serem aproveitados para fins de engenharia social e servir “de base para projetos de planejamento local e regional, incluindo a organização de comunidade” (Oshiro, 1988, 99). A intervenção na realidade e a mudança cultural estavam entre as preocupações destes estudos. Não é à toa que em 1950, sob os auspícios do Sesp, são realizados pelo antropólogo Kalervo Oberg estudos de comunidade em Cametá, no Pará e em Colatina, no Espírito Santo, onde o Sesp já atuava.

Com efeito, era esperado que os estudos de comunidade pudessem ser de utilidade para médicos, sanitaristas, educadores, engenheiros e outros técnicos, além de políticos e administradores, empenhados em atividades que visassem mudanças de hábitos, mentalidades e práticas culturais. As monografias produzidas, oferecendo o conhecimento de uma realidade sócio-cultural circunscrita, geralmente de localidades rurais com baixa densidade populacional, ofereciam também elementos para o planejamento e execução de programas nas áreas de educação e saúde, por exemplo. O caráter instrumental destes estudos e o seu comprometimento com a aplicação de políticas públicas eram assim fatores

reconhecidos pelos sociólogos e antropólogos cuja expectativa era contribuir para o desenvolvimento das comunidades pesquisadas.

Os estudos de comunidade correspondem a um método de investigação aplicado pela primeira vez por Robert e Helen Lynd nos Estados Unidos, no final dos anos vinte (Castro, 2001), e difundido no Brasil por pesquisadores norte-americanos e brasileiros⁸ com tal sucesso nas décadas de quarenta e cinquenta que Oracy Nogueira, não disfarçando seu entusiasmo, afirmou tratar-se de um dos mais vigorosos movimentos intelectuais da pesquisa sociológica no país (Nogueira, 1955). A proposta era investigar a cultura ou o sistema social de pequenas localidades dentro das sociedades nacionais a partir das técnicas de observação da etnologia. As comunidades escolhidas costumavam apresentar: baixa densidade demográfica, posição geográfica distante dos grandes centros (localizadas em áreas rurais), traços de economia tradicional e suposta homogeneidade social. O objetivo era dar conta da totalidade cultural escolhida, oferecer uma descrição dos principais tópicos da vida social comunitária como relações familiares, economia, religião, homem e meio ambiente; ou seja, raramente o estudo era dirigido por um problema ou uma hipótese formulada para incitar a reflexão, limitando-se assim a observações, reconstruções e descrições de fenômenos. Notadamente, a comunidade era tomada como uma unidade fechada e independente, o que implicava desconsiderar as relações com a estrutura social mais ampla da qual ela era parte e ignorar que as raízes de muitos dos fenômenos observados deviam ser buscadas fora dos limites da localidade. Neste sentido, Otávio Ianni (1961) chama a atenção para a incompatibilidade em certas pesquisas entre uma tentativa de construir generalizações ou análises mais amplas e os procedimentos metodológicos aplicados, a construção do objeto investigado e os tipos de dados empíricos contemplados⁹.

⁸ Entre os pesquisadores norte-americanos, realizaram estudos de comunidade no Brasil Charles Wagley, Emílio Willems, Donald Pierson e Marvin Harris. Entre os brasileiros, podemos citar Oracy Nogueira e Esdras Borges Costa.

⁹ “Em suma, quando a análise se volta com exclusividade para a comunidade, como se através da inquirição intensiva, microscópica, fôsse possível descobrir todos os mecanismos fundamentais das transformações estruturais que a pesquisa pretendia apanhar, ela não realiza a explanação completa. Muitas vezes, e este é o caos de alguns dos estudos publicados, o pesquisador pouco descobre, pois não se liberta da obsessão exclusiva de apanhar ‘fatos precisos’, ‘rigorosamente obtidos’. A preocupação em reconstruir os eventos nessas condições impede-lhe apoiar as reflexões na compreensão de processos mais amplos, que se dão em toda a região e, muitas vezes, emergem com centros propulsores em outros núcleos” (Ianni, 1961, 113).

Os estudos de comunidade tendiam ainda a focalizar aspectos locais com ênfase na sincronia, embora alguns introduzissem uma perspectiva histórica.

Entre os problemas identificados por Ianni envolvendo tal modelo de estudos, está a questão da representatividade da comunidade relativamente à região ou à sociedade nacional. Geralmente o pesquisador aposta que a localidade escolhida seja típica de uma área, mas não oferece subsídios, com base em sondagens preliminares da região, que confirme esta hipótese, ou seja, costuma faltar uma demonstração de que os processos sociais que se quer conhecer a partir da unidade investigada sejam típicos do sistema sócio-cultural da região. Finalmente, a crítica mais contundente de Ianni aos estudos de comunidade assevera que eles teriam se transmutado de método de pesquisa em modelo teórico: “De ‘unidade de observação para o estudo de uma cultura ou sociedade’, de expressão local de um fenômeno ou problema social geral, de área para o teste de programas de intervenção, em algumas monografias a comunidade é transformada num objeto em si, suscetível de propiciar, encarada isoladamente, um conhecimento significativo” (Ianni, 1961, 116).

No Brasil, foram arquitetados dois projetos de pesquisa com a proposta de realização de estudos de comunidade em determinadas regiões do país e que incluíam no seu horizonte de preocupações a questão do desenvolvimento. Um deles era fruto de um convênio entre a Comissão do Vale do São Francisco e o Instituto de Antropologia Social da Smithsonian Institution, com a participação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e contou com a coordenação de Donald Pierson. O outro projeto conhecido como Bahia-Columbia devido ao convênio que o possibilitou entre a Secretaria do Estado da Bahia e o Departamento da Universidade de Columbia foi coordenado por Charles Wagley juntamente com Thales de Azevedo e Luiz A. Costa Pinto¹⁰. (Mas o célebre estudo de comunidade que Wagley produziu foi anterior a este projeto, como veremos a seguir).

III.3 Um estudo de comunidade

¹⁰ “Os projetos de Wagley e Pierson têm alguns elementos em comum que merecem destaque. As pesquisas foram desenvolvidas em convênios entre instituições públicas brasileiras, de caráter executivo, e institutos de ensino e pesquisa privados dos Estados Unidos. Ambos pretendiam um debate entre áreas rurais ‘isoladas’ e ‘desenvolvimento nacional’. Propunham, ainda, formas de intervenção no sentido de ‘desenvolver’ essas regiões. Através da pesquisa, visavam a formar jovens cientistas e propunham um intenso debate metodológico” (Castro, 2001, 197).

Charles Wagley conhece a pequena cidade de Itá (nome fictício para Gurupá) em 1942, durante uma missão exploratória para o Sesp. Em 1945, ele regressa a Itá por conta do programa de educação sanitária do Sesp, acompanhado pelo sanitarista Eduardo Catete Pinheiro e pelo romancista Dalcídio Jurandir, este responsável pelos textos educativos do serviço de saúde, ex-morador de Itá e quem apresentou Wagley a um círculo de habitantes da cidade.

Contudo, o estudo de comunidade que o antropólogo realizou em Itá não foi encomendado pelo Sesp, mas pela Organização Cultural, Científica e Educacional das Nações Unidas, a Unesco, e integrou um ciclo de pesquisas promovido pelo projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (IIHA) que incluía ainda uma expedição ao rio Huallaga, empreendida pelo zoólogo mexicano Candido Bolívar, o botânico peruano Ramón Ferreyra, o antropólogo equatoriano Aníbal Buitrón e o geógrafo norte-americano Edwin Doran, e uma pesquisa para a organização de um índice bibliográfico sobre a Hiléia Amazônica conduzida pelo botânico colombiano Enrique Perez-Arbelaz. O projeto de criação do IIHA foi elaborado pelo químico brasileiro Paulo Estevão de Berrêdo Carneiro em 1945, e contou a princípio com o patrocínio da Unesco. O projeto previa a criação, na Amazônia, de um laboratório de ciências de caráter internacional com o propósito de desenvolver a pesquisa científica local (Maio e Sá, 2000).

Considero significativo que *Uma comunidade Amazônica* tenha sido um trabalho concebido dentro do projeto de criação do IIHA por conta das propostas e controvérsias catalisadas por este. Segundo Chor Maio e Sá, o objetivo do IIHA, de acordo com o que Carneiro idealizou, era desenvolver a pesquisa científica na Amazônia a partir do reconhecimento do saber local e com isso trazer os benefícios da civilização e do desenvolvimento para a região. A Unesco, seguindo o princípio de que se deveria irradiar a ciência do centro para a periferia, avalizou a proposta, mas logo surgiram desacordos entre a organização – que defendia a Amazônia como sede de uma estação internacional de ciência pura sob sua coordenação – e os sul-americanos – empenhados em aliar pesquisa básica e aplicada tendo como perspectiva a superação dos problemas regionais. Enfraquecido pelos impasses gerados e pela falta de apoio, o projeto acabou não se concretizando, sendo abandonado em 1951. Os autores apontam que dentre os fatores que teriam comprometido o

projeto e inviabilizado sua implantação, os principais foram: a falta de entrosamento do projeto com as comunidades científicas sul-americanas, a dificuldade da recém-criada Unesco em arbitrar as disputas e interesses em jogo e a polarização política em torno do projeto, evidenciada pela manutenção de posicionamentos nacionalistas de desconfiança quanto ao interesse internacional pela Amazônia e de posturas receptivas às formas de cooperação internacional em prol do desenvolvimento regional (Maio e Sá, 2000).

Ou seja, o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica aglutinou questões que estavam em pauta no contexto do pós-guerra como a colaboração científica internacional, a transferência dos modelos de ciência dos países do Primeiro para o Terceiro Mundo, o desenvolvimento socioeconômico, o papel social dos cientistas e a ciência aplicada. Questões estas que parecem povoar também o universo de preocupações de Wagley e que de alguma forma atravessam *Uma comunidade Amazônica*.

Na pesquisa em Itá, Wagley contou com a colaboração de sua esposa Cecília Roxo Wagley, de seu aluno Eduardo Galvão e da esposa deste, Clara Galvão. Os dados foram colhidos entre junho e setembro de 1948.

Itá está localizada no Baixo Amazonas, no estado do Pará. É a sede de um município que conta, na época do estudo, com uma área total de 6.094 quilômetros e uma população de oito mil habitantes distribuída entre a cidade e as localidades rurais às margens dos afluentes do rio Amazonas. No centro urbano, entretanto, a população não alcança quinhentas pessoas.

Para Wagley, Itá funciona como um “laboratório de estudos de uma cultura regional” (Wagley, 1977 [1953], 40). A região é a Amazônia brasileira, definida como uma das áreas tropicais e mais pobres do planeta. Wagley discute os principais problemas que a região apresenta e que a caracterizariam como subdesenvolvida, entre eles, os elevados índices de analfabetismo e de mortalidade infantil, as condições sanitárias precárias, a dieta alimentar deficiente, a desnutrição, a alta incidência de doenças, especialmente as tropicais como a malária, a estagnação econômica, a carência de técnicas avançadas e a economia extrativista.

O subdesenvolvimento aparece como o apanágio principal do Vale Amazônico na descrição de Wagley, mas ele acredita que seu vasto território, tão fraco e esparsamente povoado, tenha sido pouco explorado pelo homem e conserve recursos desconhecidos. Ou

seja, a Amazônia também é representada como uma fronteira que encerra ainda um potencial para colonização e exploração.¹¹

Contrapondo-se às argumentações pessimistas que colocam o clima como obstáculo incontornável e condenam a Amazônia a permanecer impermeável ao domínio humano como uma espécie de *inferno verde*, Wagley declara que o atraso da região tem suas raízes nas estruturas culturais, políticas e econômicas e não no ambiente físico, e, portanto, tal condição seria superável. Para resolver o problema amazônico seria necessária a introdução na região das ciências e técnicas das áreas desenvolvidas aliada a uma reforma cultural para garantir tanto a adesão da população às inovações, quanto a reorganização do modo de vida e das relações sociais.

Por isso, do ponto de vista de Wagley, é vital para o sucesso dos programas de assistência técnica e desenvolvimento regional priorizar o conhecimento exaustivo da cultura da localidade em que as transformações serão operadas. Pois:

“O conhecimento do modo de vida do homem da Amazônia fornecerá os indícios do que deverá ser modificado para que possam ser melhorados os padrões de vida. Esses conhecimento nos permitirá prever algumas das reações que não poderão deixar de provocar a introdução de novos elementos na cultura amazônica” (Wagley, 1977 [1953], 36)

Enquanto um estudo de comunidade, *Uma comunidade amazônica* contempla as temáticas que tradicionalmente este tipo de investigação prioriza. Nela, o autor discorre sobre a família em Itá, as relações de compadrio, a economia, as práticas agrícolas, os mecanismos de distinção social, a classificação racial, a religião, crenças e o imaginário mágico, a estratificação social, além de proceder a uma breve incursão pela história da região e da localidade. Constata-se na obra o privilégio dos relatos de caso e do método descritivo em detrimento do analítico.

¹¹Quando Wagley oferece uma representação da Amazônia enquanto uma fronteira que demanda seu desbravamento pelo homem e a exploração de suas riquezas naturais, enfim, a superação de sua condição de área tradicional e a sua inclusão na dinâmica capitalista, não posso deixar de apontar como o modo de ele perceber a Amazônia evoca a percepção que dela tinha os altos técnicos e políticos do CIAA envolvidos no projeto de Nelson Rockefeller de conquista da Amazônia, esboçado durante a Segunda Guerra Mundial (ver item II.4, capítulo II, da presente dissertação). É o que tento sinalizar através das epígrafes justapostas no início deste capítulo. Cabe indagar se para Wagley, do mesmo modo que para Rockefeller, as tarefas de colonizar, explorar e inserir a Amazônia no sistema capitalista mundial deveriam contar com a primazia dos Estados Unidos.

A economia da borracha é tratada com centralidade por Wagley que relata o apogeu da borracha amazônica entre 1900 e 1912 e o seu declínio posterior a esta data. Naquele intervalo, alcançou a Amazônia o monopólio da produção da borracha silvestre, o que trouxe prosperidade e enriquecimento para a região. O Vale atraiu migrantes de todo o país, mas especialmente do Nordeste, para trabalhar nos seringais. As cidades cresceram e as elites passaram a ostentar como nunca. Itá também compartilhou da riqueza produzida pela borracha, a população cresceu e pôde usufruir um pouco, segundo o autor, das benesses da civilização industrial como o consumo de mercadorias importadas. Contudo, em 1913, as plantações asiáticas igualaram sua produção de borracha à da Amazônia, ultrapassando-a nos anos subseqüentes.

Tal situação arrasou a economia local, os sistemas financeiro e comercial entraram em colapso, os seringueiros abandonaram as plantações, cidades e vilas esvaziaram-se com a partida de migrantes em busca de trabalho, a opulência chegou ao fim e a estagnação voltou a caracterizar a região. Itá, como outras comunidades amazônicas, sofreu terrivelmente com a decadência da borracha e retomou a sua condição de atraso, sendo relegada ao abandono e ao isolamento.

Wagley afirma que o Vale Amazônico só voltaria a atrair as atenções nacional e internacional durante a segunda guerra com o domínio japonês dos seringais asiáticos. Novamente então, a região canalizaria esforços de desenvolvimento com a campanha da borracha. Muitas melhorias teriam sido efetuadas pelo trabalho inédito do Sesp, como o estabelecimento de postos de saúde e hospitais, a desinfecção com DDT e medidas de saneamento, como a introdução de sistemas de abastecimento de água e a construção de fossas. No caso de Itá, em 1943 foi estabelecido um posto de saúde que contava com um técnico de laboratório, um médico, um enfermeiro e um inspetor de saúde pública.

A partir daí, segundo observa o autor, é travado um embate entre as crenças e práticas terapêuticas tradicionais, que ele chama de mágicas, e o tratamento científico proposto pela medicina. O médico da cidade efetivamente empreende uma campanha contra os pajés e curandeiros, o que conduz a proibição legal de suas atividades. Os pajés passam então a atender clandestinamente e as pessoas continuam a se consultar com eles e seguir suas prescrições. Os habitantes recorrem sem maiores dilemas aos dois sistemas de cura, o ocidental e o de origem indígena, para aliviar seus males. Com efeito, o antropólogo observa

que eles exibem uma preocupação exagerada com doença, gravidez e parto, que são fenômenos cercados por uma série de crenças, procedimentos e interdições, como o resguardo. Os moradores de Itá fazem uso de numerosos métodos de tratamento tradicionais, ervas medicinais e fórmulas caseiras, mas que cada vez mais são acompanhadas de medicamentos farmacêuticos modernos. Do ponto de vista de Wagley, muitas destas crenças e práticas terapêuticas tradicionais retêm uma certa base científica, fundamentando-se em fatos observados, outras, por outro lado, são produto unicamente de conceitos mágicos e sobrenaturais que não raro contribuiriam para prejudicar o estado do doente.¹² De todo modo, conquanto reconheça que o povo de Itá lançando mão de seus métodos locais tenha sobrevivido por tanto tempo no desfavorável ambiente amazônico, a despeito do desconhecimento da medicina ocidental, Wagley considera que a população sofre de péssima saúde em consequência da carência dos recursos médicos sanitários modernos.

Uma comunidade amazônica faz sua aposta na ciência, mas inclui críticas a médicos, engenheiros e outros especialistas pela incompreensão das concepções e práticas locais e pelo patente desprezo que demonstram por elas e por quem as expressa. O desconhecimento da cultura amazônica compromete os programas de assistência técnica porque impede os seus responsáveis de atingir verdadeiramente as pessoas a fim de tornar compreensíveis os métodos científicos que estão tentando introduzir e garantir sua adesão.

Wagley deduz que em Itá verifica-se uma transição acelerada de uma concepção tradicional e mágica do mundo para uma concepção científica¹³. Conseqüentemente, seus habitantes podem aderir aos procedimentos científicos que estão sendo recomendados, reconhecendo sua eficácia, sem ainda interiorizar os conceitos e princípios das operações que estão a engendrar. Daí a importância atribuída por Wagley aos programas educativos como o de educação sanitária do Sesp como instrumento para o esclarecimento e integração das pessoas a uma concepção científica do mundo e para a transformação de suas crenças e costumes.

¹² Neste sentido, o autor tende a reconhecer a validade do conhecimento empírico e do saber local, embora atribua a eles uma posição hierárquica inferior relativamente à ciência.

¹³ “De um conceito primário de que a malária é contraída ao se tomar um banho ou beber água estagnada, o povo de Itá é subitamente levado a crer que a doença é transmitida pelo mosquito anófeles e que suas casas devem ser expurgadas com DDT. Um doente pode ser tratado um dia com um purgante forte feito de cascas e raízes selvagens e no dia seguinte com um composto de sulfá ou com penicilina. Em Itá, os métodos e conceitos medievais e aborígenes são substituídos bruscamente pelos métodos e conceitos mais recentes do século vinte, sem que experimentem a transição gradual por que passou a ciência moderna” (Wagley, 1977 [1953], 246).

Finalmente, o autor sentencia a incorporação da Amazônia ao movimento da civilização moderna. As inovações e transformações são inescapáveis, segundo ele, a questão é controlar o processo no sentido de elevar os padrões de vida do povo e de se formar uma nova cultura amazônica que ainda preserve seus valores e elementos positivos.

*

Na entrevista já citada concedida a Sebe Bom Meihy, Wagley reconhece o papel fundamental da guerra no sentido de exacerbar o interesse da academia norte-americana pelo Brasil. Segundo ele, se antes pesquisadores norte-americanos já haviam tomado o país como objeto de estudo e fundações como a Rockefeller já estavam por aqui, no contexto da guerra, o Brasil como aliado dos Estados Unidos ganhou visibilidade, passou a exigir mais atenção e atrair mais observadores. Sendo notadas a escassez de pesquisas sobre a América Latina e Brasil e a ausência de especialistas sobre esta área de grande importância geopolítica, como consequência, não somente as fundações e as instituições acadêmicas, mas o próprio governo norte-americano empenharam-se em promover condições para o preenchimento desta demanda por informações. Segundo Wagley:

“Com a Guerra, a academia americana começou a perceber que não cumpria seu papel. Por volta de 48, 48/49, os Estados Unidos perceberam que só havia pouco conhecimento da Rússia, China, Índia. Foi em 49 que o Social Science Research Council [Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais] criou um comitê de estudos de áreas (*Area Studies*) e, uma destas regiões era a América Latina, onde o país mais visado era o Brasil” (Meihy, 1987, 123).

A mobilização de governo e academia se converteu não somente em impulso para a pesquisa, com a implantação de convênios e programas entre os governos brasileiro e americano em diversas áreas, técnicos e estudiosos eram chamados a prestar serviços e colaborar nos esforços de guerra. Wagley relata que: “Havia pouca gente que conhecia aquele país [Brasil] importante e misterioso, e era preciso ajudar durante a Guerra, em várias tarefas. Eu, por exemplo, trabalhava em saúde pública; alguns tinham outras obrigações, como traduzir jornais” (Meihy, 1987, 122-123).

Percebe-se assim que Wagley parece naturalizar o fato de, em circunstâncias geopolíticas propícias, o seu país voltar-se para o Brasil e que isto levasse não somente ao estabelecimento de acordos militares e de programas de assistência técnica, mas à condução de pesquisas, inclusive na área de ciências sociais. Além disso, o fato dos Estados Unidos estarem em guerra – uma guerra, aliás, considerada legítima porque travada contra o nazismo – parecia implicar para Wagley na exigência do engajamento, ou seja, ele, como cidadão norte-americano e especialmente ligado ao Brasil não poderia deixar de integrar os esforços de guerra¹⁴. Acredito ser necessário levar em conta não só os constrangimentos da conjuntura política, mas as disposições de Wagley para compreender sua participação no Sesp.

Em primeiro lugar, como antropólogo, Wagley nutria evidente simpatia por uma antropologia aplicada, considerando que o conhecimento antropológico poderia servir à resolução de problemas práticos. Em *Uma comunidade Amazônica*, ele deixa claro seu intuito de, através do estudo de uma cultura amazônica, contribuir com os programas de assistência técnica visando o desenvolvimento regional, além de oferecer sugestões potencialmente úteis a administradores e técnicos. Durante sua trajetória intelectual, ele não se furtou de legislar sobre o papel do antropólogo na sociedade, defendendo que este deve se pronunciar sobre os problemas das sociedades pré-letradas que estuda e se fazer ouvir, ainda mais porque, do seu ponto de vista “é o antropólogo que se torna o depositário da história e da forma de vida de um grupo indígena ou de uma comunidade, estando mais instrumentado para comunicar-se com as instituições, governos e pessoas com poder de decisão seu destino; ou seja, estabelecer políticas e fomentar ações” (Wagley, 1977 [1953], 278-279).

Em segundo lugar, Wagley via com bons olhos a aproximação entre EUA e Brasil, promovida pelo contexto de guerra, e supunha que ela prometia ser benéfica tanto para o Brasil, que passava a contar, através dos programas bilaterais de cooperação, com o auxílio de recursos e técnicos norte-americanos, quanto para os EUA, que asseguravam este importante país dentro de sua esfera de influência. Neste sentido, uma região subdesenvolvida como o Vale Amazônico poderia ser favorecida pelo fato de ter atraído o interesse internacional e nacional, e ele, como antropólogo, poderia contribuir nos

¹⁴ Lembremos que nos Estados Unidos, expoentes da antropologia norte-americana como Ruth Benedict, Margaret Mead e Clyde Kluckhohn contribuíam com os serviços militares do governo.

programas destinados à região. Os interesses estratégicos dos EUA, no sentido de alargar e consolidar a influência norte-americana na região certamente não deviam escapar a Wagley, mas o que ele ressalta no texto de *Uma comunidade amazônica* é a oportunidade de desenvolver a Amazônia, de melhorar as condições de vida da população, de investir em assistência médico-sanitária e em educação sanitária. Se para ele, o progresso das regiões subdesenvolvidas dependia tão somente da extensão dos “conhecimentos e habilidades técnicas que parte do mundo já possui à outra metade que ainda não os tem” (Wagley, 1977 [1953], 22), então os Estados Unidos, como uma potência, não poderiam se abster de ajudar, mesmo que fossem movidos pelos próprios interesses e pressionados pela ameaça que a pobreza e exclusão podiam representar.

“Extensas áreas do globo, habitadas por povos subnutridos, não-industriais, pareciam-nos, outrora de pouca importância para o nosso próprio bem-estar. Mas, aos poucos, fomos compreendendo que a luta destes povos afetava todo o mundo. Em 1949 o presidente Truman revelou ao público o problema que constituem essas áreas, tanto para os povos que as habitam, como para aqueles mais afortunados que vivem nos países tecnicamente adiantados” (Wagley, 1977 [1953], 22).

Truman foi o presidente americano que, em 1949, já no contexto da Guerra Fria, lançou o Ponto IV, um programa com o propósito de fornecer conhecimento, assistência técnica, recursos e equipamentos às nações pobres do planeta. Considerando particularmente o Brasil, a Segunda Guerra representou o pontapé inicial para o estabelecimento de acordos, convênios e programas de cooperação – vide a política cultural do CIAA – que foram estendidos e multiplicados no novo contexto geopolítico, em que a ofensiva norte-americana para assegurar suas áreas de influência foi revigorada em face da ameaça comunista. Neste sentido, é significativa a afirmação de Wagley de que “O Sesp e outros programas, mantidos pelo Instituto de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado dos Estados Unidos, são hoje considerados, em toda a América Latina, modelos de execução do programa do Ponto Quatro” (Wagley, 1977 [1953], 71).

Do mesmo modo que a cooperação hemisférica atravessou os anos quarenta e as duas décadas subseqüentes, Wagley continuou se envolvendo em projetos conveniados como o Bahia-Columbia (1950) e o MEC-USAID (1963), os quais aliavam a questão do

conhecimento a propostas práticas. Além disso, ele permaneceu um inveterado endossante dos programas de ajuda norte-americanos dirigidos aos vizinhos latinos, como a Aliança para o Progresso, que ele acreditava poderem funcionar como instrumento para a transformação do sistema sócio-econômico brasileiro, contando com o apoio das elites nacionais. Para Wagley, reformas eram necessárias a fim de evitar o perigo de revoluções sociais na América Latina que poderiam ser fomentadas pela situação de desigualdade social e pobreza extrema (Rosa, 1993). O antropólogo se revela preocupado com o potencial revolucionário de movimentos sociais como as Ligas Camponesas, por exemplo, cujos líderes, identificados como comunistas e pró-Castro, poderiam canalizar a insatisfação popular com o meio físico e social adverso do nordeste para fins políticos. De fato, Wagley, estrategicamente, afirma em *An Introduction to Brazil* que o problema dos camponeses no país não deveria ser subestimado pelos Estados Unidos (Wagley, 1965 [1963]).

Não me foi possível encontrar – se é que existe – uma reflexão ou um balanço realizado por Wagley sobre sua participação nos Programas de Migração e de Educação Sanitária do Sesp. A atuação no Sesp é rapidamente mencionada na introdução de *Uma comunidade amazônica* onde o autor comenta que, através daquela experiência, ele pôde conhecer a sociedade brasileira e seus problemas. Sobre a dupla condição de antropólogo e administrador, ele pondera que sua formação antropológica teria contribuído para o enfrentamento de questões de planejamento e administração e o conhecimento dos problemas práticos do Brasil teria expandido seu interesse científico pelo país.

No entanto, a despeito da inexistência tanto de testemunhos do próprio autor sobre o que significou sua experiência com o trabalho prático no Sesp quanto de uma problematização dos programas conduzidos com sua ajuda, Wagley não deixou de exprimir sua crença no desenvolvimento e no papel da ciência, apostando inclusive que a antropologia tinha uma contribuição a oferecer aos programas de desenvolvimento, o que parece ser um indicativo do que representava para ele o envolvimento em atividades práticas.

“A melhoria das condições econômicas e sociais das chamadas áreas subdesenvolvidas do mundo exigirá a cooperação de uma grande variedade de especialistas, bem como de conhecimentos sobre toda a vasta extensão da ciência moderna. Necessitará do concurso de engenheiros, sanitaristas, enfermeiras, agrônomos, educadores e outros técnicos em ciências aplicadas. Serão

indispensáveis estudos e pesquisas por especialistas em outros ramos das ciências sociais e das humanidades. Os complexos problemas com que se defronta não poderão ser resolvidos por qualquer disciplina científica isolada. Como outros ramos da ciência, a antropologia tem uma grande contribuição a fazer. Não oferece qualquer panacéia, mas possui um ponto de vista e u'a [sic] massa de conhecimentos sobre o comportamento humano que serão de grande utilidade para todos os que de algum modo são responsáveis pelos programas de desenvolvimento econômico e assistência técnica" (Wagley, 1977 [1953], 250-251).

Ou seja, o estudo da cultura, especialidade do antropólogo, seria de inestimável valor para administradores e formuladores de políticas de desenvolvimento uma vez que podia oferecer uma previsão das resistências movidas contra a mudança assim como dos efeitos das inovações e do possível rumo tomado pela sociedade. Curiosamente, Wagley chama a atenção para os danos imprevistos e graves que programas de assistência técnica mal planejados e arriscados – que desconsideram os fatores culturais e sociais – podiam acarretar para as populações envolvidas, mas não faz nenhuma referência às tragédias provocadas pelo Programa de Migração do Sesp.

De qualquer modo, é preciso levar em conta que nos anos quarenta e cinquenta a questão do desenvolvimento era onipresente, prevalecendo o discurso de que a prosperidade das áreas subdesenvolvidas do planeta podia ser alcançada por meio da expansão da tecnologia e do estilo de vida do Ocidente desenvolvido. A confiança na ciência e na tecnologia dos países do Primeiro Mundo, enquanto portadoras de desenvolvimento e bem-estar para os países do Terceiro Mundo, estava longe de ser uma prerrogativa de Wagley. Era este o pressuposto do Ponto IV e dos programas incentivados pela Organização das Nações Unidas e naqueles anos.

Considerando as Nações Unidas, como demonstra Alfred Métraux (1953) em seu comentário sobre a antropologia aplicada a esta organização, nela também imperava o postulado de que a industrialização, as novas tecnologias na agricultura, os avanços em educação e saúde poderiam dotar as nações subdesenvolvidas e pobres dos meios para superar seu atraso, minimizar as iniquidades sociais e tornar-se mais próximas do modelo das nações avançadas. Através da assistência técnica esperava-se equipar os países atrasados com a tecnologia e a ciência necessárias para alcançar a prosperidade. Nesta tarefa era imperativo levar em conta os fatores culturais tanto para compreender a sociedade na qual se

está intervindo quanto para evitar as conseqüências desastrosas que a introdução de mudanças mal programadas podem provocar e, neste sentido, não deveria haver dúvidas de que o antropólogo era o cientista melhor treinado para apreender a cultura e prever os efeitos do progresso sobre sua dinâmica. Para Métraux, a incumbência do antropólogo nos programas de assistência é fazer pesquisa etnográfica, empreender missões exploratórias, coletar informações e trabalhar como uma espécie de consultor e conselheiro (Métraux, 1965 [1953]).

A Organização das Nações Unidas e países do Primeiro Mundo se engajaram em um projeto de desenvolvimento global, confiantes de que poderiam empreender a tarefa de modernizar nações concebidas como atrasadas, pobres, dependentes e necessitadas de ajuda para avançar no caminho do progresso.

“Por casi cincuenta años, en América Latina, Asia y África se ha predicado un peculiar evangelio con un fervor intenso: el 'desarrollo'. Formulado inicialmente en Estados Unidos y Europa durante los años que siguieron al fin de la Segunda Guerra Mundial y ansiosamente aceptado y mejorado por las elites y gobernantes del Tercer Mundo a partir de entonces, el modelo de desarrollo desde sus inicios contenía una propuesta históricamente inusitada desde un punto de vista antropológico: la transformación total de las culturas y formaciones sociales de tres continentes de acuerdo con los dictados de las del llamado Primer Mundo. Se confiaba en que, casi por fiat tecnológico y económico y gracias a algo llamado planificación, de la noche a la mañana milenarias y complejas culturas se convirtieran en clones de los racionales occidentales de los países considerados económicamente avanzados”. (Arturo Escobar, 1998, 13 apud in Vélez, 2002).

As críticas contundentes ao paradigma do desenvolvimento viriam com a avaliação do seu impacto sobre as dinâmicas locais, com a observação de planificações falhas e de experiências fracassadas. Constatou-se que em nome de um modelo de desenvolvimento abstrato e importado ignoravam-se os interesses das populações locais, que o crescimento econômico não se convertia na retribuição de benefícios sociais nem em igualdade social, ao contrário, arriscava perpetuar a condição lamentável das populações historicamente excluídas.

Dentro deste clima de desencantamento, ao escrever *Lágrimas de Boas Vindas*, em 1977, Wagley parece se despojar do seu notório otimismo com relação ao desenvolvimento

e aos benefícios advindos da civilização. Tomando a história do contato dos índios Tapirapé com a sociedade brasileira, que ele acompanhou de perto, Wagley reconhece que do ponto de vista da política de avanço da sociedade nacional, de ocupação das fronteiras e de colonização moderna, as sociedades indígenas são percebidas como entraves ao progresso e as conseqüências para elas são trágicas. Quando entram em contato com a sociedade circundante, os grupos indígenas tornam-se refém de interesses capitalistas de grandes corporações econômicas e de empresas agropecuárias, e da política expansionista do Estado, o que implica amiúde que eles sejam expulsos de suas terras, dizimados por doenças e pela fome e condenados à pobreza, à assimilação forçada ou à extinção. Wagley declara que:

“O Brasil moderno tem obrigação de garantir a posse da terra às populações aborígenes remanescentes e dar-lhes a necessária proteção até que sejam completos cidadãos da nação e aptos a se protegerem. Pode-se compreender as motivações da política brasileira de completa ocupação do seu imenso território e incorporação das suas fronteiras internas à vida econômica do país. Por outro lado, não se pode aceitar que o desenvolvimento se faça em detrimento das populações tribais brasileiras” (Wagley, 1988 [1977], 277).

Embora aposte que os antropólogos têm um papel na defesa dos direitos indígenas e na reivindicação de políticas que garantam a sobrevivência física e cultural destes povos, Wagley reconhece o “poder avassalador da tecnologia industrial contemporânea” e, portanto, também as dificuldades e os fracassos que os programas de integração das sociedades indígenas estão fadados a enfrentar.

Rosa sugere que este desencantamento vivenciado por Wagley possa ter transformado também sua percepção relativamente aos programas de cooperação e desenvolvimento de comunidade, os quais envolvem relações de poder desiguais entre países desenvolvidos que planejam e países pobres que recebem o planejamento (Rosa, 1993). De fato, tendo também a cogitar que Wagley possa ter revisto sua posição inicial de franco entusiasta dos programas de cooperação hemisférica, face à patente incapacidade destes de melhorar as condições de vida das populações excluídas da América Latina, as quais foram sujeitas a planificações e mudanças desastrosas sem que tenham sido consultadas ou que seus interesses tenham sido levados em conta. Um indício da adoção de um ponto de vista mais crítico por parte de Wagley é seu comentário sobre o Projeto Vicos,

então em andamento no Peru. Tal projeto, produto de uma parceria entre a Universidade Cornell, dos Estados Unidos e o Governo Peruano e dirigido pelo antropólogo norte-americano Allen Holmberg, visava integrar a comunidade dos vicosinos à sociedade nacional através de um programa de desenvolvimento agrícola. Wagley se diz menos impressionado com o projeto do que seus colegas e admite “que os antropólogos que tentaram intervir na política ou programas de ação objetivando melhorar o destino dos povos que estudaram raramente foram bem sucedidos” (Wagley, 1988 [1977], 278). Tal afirmação realmente aparenta ser uma reflexão desencantada de um antropólogo outrora tão inclinado a uma antropologia aplicada.

Capítulo IV

DE VISITADORA - ATIVISTA À ANTROPÓLOGA - COMPANHEIRA

“O movimento das Ligas Camponesas tem implicações políticas que causaram considerável preocupação nos Estados Unidos. Tem sido instrumental ao chamar a atenção tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos para os sérios problemas dos camponeses sem terra no nordeste do Brasil e para os perigos da agitação agrária generalizada ou revolução”.

Charles Wagley, *Introduction to Brazil*.

O envolvimento da antropóloga Nancy Scheper-Hughes com o Brasil, como vimos, é anterior ao seu ingresso no campo antropológico. Entre 1964 e 1966, ela permaneceu no país enquanto uma voluntária da paz. Durante este período, ela atuou como visitadora, em Timbaúba, uma cidade da zona da mata pernambucana referida em *Death without Weeping* através do nome fictício de Bom Jesus da Mata. Visitadora correspondia então a uma espécie de agente de saúde que fornecia auxílio médico-sanitário à comunidade, percorrendo os domicílios com a incumbência de aplicar vacinas e fornecer medicamentos básicos como antibióticos e analgésicos e também algumas noções de saúde e higiene.

“Durante as horas do dia eu ‘andava pelo Alto’ imunizando crianças e bebês, dando injeções de glicose aos adultos ‘fracos’ e desencorajados que as solicitavam, e administrando injeções de penicilina às dúzias de moradores com casos ativos de tuberculose. Eu era de fato, um tipo de ‘doutora da injeção’ e alguém popular entre as mães jovens do Alto que apreciavam particularmente o cuidado que eu tomava em esfregar as nádegas da criança com álcool e marcar o quadrante certo mais alto onde era mais seguro aplicar a injeção” (Scheper-Hughes, 1992, 8).

O ‘Alto’ mencionado pela autora é a favela do Alto do Cruzeiro onde ela desenvolvia suas atividades. Habitado por trabalhadores rurais, cortadores de cana, empregadas domésticas, lavadeiras e desempregados cujos salários excessivamente baixos estavam longe de garantir as condições de vida de uma família, o bairro era o mais pobre da cidade e, esquecido pela administração pública, não contava com serviços básicos como

água tratada. A desnutrição crônica e o consumo de água contaminada se apresentavam como as maiores ameaças à população e o que mais alarmou Scheper-Hughes foi a mortalidade infantil elevada.

Segundo a declaração de Scheper-Hughes, a confrontação com uma realidade de pobreza, doença, fome e morte experimentada por ela em sua vivência nesta comunidade marcaria indelevelmente tanto a assistência médico-sanitário prestada então quanto a pesquisa etnográfica que ela conduziria anos mais tarde na mesma cidade, em seu retorno ao país em 1982 (tal estudo produzido entre 1982 e 1989 será comentado adiante). Na verdade, a autora confessa que sem o “trauma” sofrido em seu primeiro contato com a violência cotidiana da zona da mata pernambucana não poderia ter escrito o livro posteriormente. E conquanto ela não esclareça o quanto aquela experiência teria influenciado sua trajetória em direção à antropologia, o fato é que ela, depois de ter empreendido uma intervenção médico-sanitária, de caráter também político sobre a população de Bom Jesus, elegeu-a objeto de observação antropológica.

De visitadora e organizadora de comunidade à antropóloga, desconhecemos as motivações de Scheper-Hughes, contudo seu nome hoje é vinculado justamente à corrente mais eminente da antropologia médica dos Estados Unidos, além de continuar envolvida com o ativismo social. Ela desenvolveu estudos sobre doença mental, violência e abusos contra populações supostamente em situação de “vulnerabilidade” social, e tráfico internacional de órgãos humanos. Assumindo uma postura engajada e propondo uma prática antropológica militante, ela ajudou a fundar uma organização de direitos humanos, a *Organs Watch*.

Embora, a antropóloga Scheper-Hughes faça referência ao que acontecia em Pernambuco e na Zona da Mata, na época em que a voluntária Scheper-Hughes lá atuou, chegando a mencionar o clima de efervescência política e social que o Estado vivia até pouco tempo antes da sua chegada – a qual coincide com o Golpe Militar de 1964 e com a repressão e perseguição às mobilizações sociais que se seguiram – ela não relaciona a conjuntura especial de Pernambuco ao contexto mais amplo das relações entre EUA e Brasil naquele momento, o que, efetivamente, a levaria a problematizar sua própria presença como voluntária da paz, em Pernambuco. Deixando de levar isso em conta, a autora despolitiza sua primeira experiência com a população do bairro do Alto do Cruzeiro, o que colabora

para que ela apresente, em seu estudo antropológico, representações acerca da realidade da Zona da Mata pernambucana e de seus habitantes que parecem herdadas do tempo em que ela era uma voluntária norte-americana em uma missão de ajuda num país subdesenvolvido¹. Aliás, durante a pesquisa, ela mantém um padrão de relacionamento com os moradores semelhante aquele estabelecido nos tempos dos Voluntários da Paz (*Peace Corps*) uma vez que volta a se engajar em atividades de organização da comunidade, buscando reeditar inclusive a experiência da associação do bairro.

IV.1 Organizando a comunidade

Embora nos conte que integrou o primeiro grupo de Voluntários da Paz enviado para o estado de Pernambuco e que chegou sob o impacto do golpe militar de 1964, Scheper-Hughes não esclarece mais sobre as condições que tornaram possível o engajamento norte-americano no nordeste brasileiro naqueles anos. Assim procedendo, ela acaba naturalizando o fato de voluntários norte-americanos serem enviados ao Brasil para integrar programas de assistência entre populações supostamente carentes. Mas, isto, evidentemente, nada tinha de natural.

Logo após o lançamento na América Latina do programa da Aliança para o Progresso em 1961, o Brasil assinou acordos de cooperação e assistência com os Estados Unidos, dentre os quais o que autorizava as operações dos Voluntários da Paz no país. Foi estabelecido que além do Governo Federal, estados e municípios, com a aprovação do Itamaraty, podiam solicitar a participação dos voluntários para conduzir projetos, os quais costumavam contar com recursos da AID (Agência Internacional de Desenvolvimento) e também de entidades nacionais.

Uma vez que o Nordeste brasileiro e Pernambuco em especial, preocupavam os Estados Unidos em decorrência dos movimentos sociais e agitação política lá em curso, a AID e a Aliança para o Progresso disponibilizaram seus recursos para a região de modo prioritário, ficando a Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste) como instituição responsável pelos acordos. Contudo, governos atraídos pelos subsídios

¹ Este é um ponto salientado por Ligia Sygaud (1995) e será explanado adiante considerando a etnografia produzida por Sheper-Hughes.

estrangeiros procuravam negociar diretamente com as agências norte-americanas e facilitar a implantação de projetos bilaterais (Azevedo, 2002). Isto se deu, por exemplo, com o governo de Cid Sampaio que antecedeu o governo de Miguel Arraes, em Pernambuco (Andrade, 1989).

A centralidade deste estado nas operações e programas assistenciais formulados pelos norte-americanos destinados ao Brasil pode ser explicada recuperando um pouco dos acontecimentos que se desenrolaram naqueles anos na região.

Já na década de quarenta, com o avanço pelo Nordeste do processo de modernização da agricultura brasileira conduzido de modo a beneficiar as elites rurais e empresariais, sufocando os produtores rurais de pequena escala, espoliando os agricultores de suas terras e contribuindo para a exploração dos trabalhadores rurais, eclodiram revoltas no campo e foram fomentadas as primeiras tentativas de mobilização das Ligas Camponesas que acabaram reprimidas pelo governo Dutra. Durante os governos subsequentes, assistiu-se a aceleração do processo de expulsão dos agricultores arrendatários, parceiros e pequenos proprietários que se vinculavam às grandes propriedades através de relações não capitalistas, como a moradia e o aforamento. Os camponeses costumavam cultivar lavouras para sua subsistência – e comercialização do pouco excedente – em lotes nos latifúndios, pagando ao grande proprietário com seus produtos, seu trabalho nas grandes plantações ou em dinheiro, e representavam uma mão-de-obra represada, mantida sob o controle dos latifundiários que podiam dispor dela conforme as exigências do mercado da monocultura da cana. O mandonismo político, o coronelismo e a dominação direta e violenta garantiam que no campo predominassem relações de trabalho baseadas na dependência, à margem de qualquer legislação e que a questão camponesa definitivamente fosse tratada como questão de polícia por autoridades e proprietários (Azevedo, 1982).

Na Zona da Mata pernambucana, as transformações nas relações de produção dentro do sistema canavieiro, promovidas para expandir os negócios agroindustriais e as exportações do açúcar, conduziram à expropriação completa dos produtores diretos da terra que se viram impelidos a se submeter ao trabalho assalariado mal remunerado nas grandes plantações e procuraram se organizar em movimentos sociais, reeditando as Ligas Camponesas.

As Ligas catalisavam as insatisfações do campesinato, a resistência contra o despejo das terras, reivindicações de indenização pelas benfeitorias, oposição à exploração do trabalho assalariado e ofereciam assessoria jurídica para os camponeses enfrentarem os grandes proprietários nos tribunais. Elas promoveram a politização da questão agrária e deram visibilidade às tensões no campo, além de arregimentarem os camponeses em torno da luta pela reforma agrária. Uma das primeiras vitórias das Ligas foi a desapropriação do Engenho Galiléia, mas estas foram se expandindo de tal modo que, em 1961, já contavam com 10.000 associados no estado (Azevedo, 1982).

Considerando este contexto, Pernambuco figura no centro de “(...) um Nordeste subitamente transfigurado num ‘barril de pólvora’ prestes a explodir com a violência das tensões sociais, segundo as inúmeras reportagens realizadas na época pela imprensa nacional e internacional” (Azevedo, 1982, 44). Este cenário teria chamado a atenção de Washington e provocado as suscetibilidades dos políticos do governo. As ligações do líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, com o Partido Comunista e sua propalada simpatia pelo marxismo e pela Revolução Cubana corroboravam para acentuar as suspeitas norteamericanas relativamente ao país.

“A AID dava tanta importância ao Nordeste que montou a única missão devotada especialmente a uma região dentro de um país. Recife, a capital comercial da região, se tornou a sede administrativa da AID, com Washington reforçando não apenas o pessoal consular mas as operações de segurança da CIA” (Colby, 1998, 479)

Com a tendência do Governo Goulart de incentivar a sindicalização no campo numa tentativa de obter o controle dos movimentos populares e sindicatos, novas associações vieram a concorrer pela mobilização dos camponeses, especialmente dos trabalhadores rurais. A expansão dos sindicatos em Pernambuco fortaleceu as lutas contra as oligarquias pelos direitos trabalhistas no campo, mas enfraqueceram o protagonismo das Ligas Camponesas.

No Governo de Miguel Arraes, iniciado em 1963, a questão agrária deixou de ser encarada pelo poder público como questão de polícia e os proprietários foram impedidos de instrumentalizar o aparelho repressor do estado a seu favor. O cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural foi imposto sob os protestos dos latifundiários que passaram a confabular

a oposição ao governo. Empenhado no enfrentamento dos problemas nordestinos e na promoção de reformas, Arraes conduziu uma administração que visava os interesses populares e desafiava o poder das velhas oligarquias (Callado, 1980; Andrade, 1989).

Conseqüentemente, políticos e governantes opositores de Goulart e Arraes costumavam ser bem recebidos pelos funcionários da AID e favorecidos com recursos da Aliança para o Progresso. Esta seletividade foi inclusive denunciada por Arraes que em seu governo primou por rejeitar as parcerias com agências norte-americanas. Entretanto, a conspiração interna contra o governo federal estava em andamento e desembocou no golpe de Estado liderado pelos militares com o apoio de setores conservadores da sociedade, em março de 1964. Repressão política, deposição de governantes e cassação de parlamentares estiveram entre os acontecimentos que de imediato se seguiram ao golpe, significando o desfecho truculento de um período em que lutas populares por reformas sociais, independentemente de seus supostos avanços e retrocessos, haviam integrado a agenda política brasileira.

Em Pernambuco, Miguel Arraes foi deposto, preso e exilado do país. As Ligas foram desmobilizadas e proibidas, sindicatos foram perseguidos, lideranças camponesas e políticos de esquerda foram presos. Por outro lado, outros personagens ascenderam à cena para ocupar-se das massas, como os Voluntários da Paz². Envolvidos em projetos nas áreas de saúde, educação, extensão rural e empenhados em tarefas que incluíam a organização de comunidades e o treinamento de líderes comunitários, estes jovens contribuíam para difundir entre as massas formas de engajamento social desvinculadas de doutrinações políticas de esquerda, cuja força potencialmente revolucionária acabava neutralizada (ora, não era aleatória a preocupação especial com as organizações camponesas). Os Voluntários da Paz deveriam atuar justamente onde os grandes programas de assistência técnica norte-americana não chegavam: nas classes populares. Esta orientação fica clara considerando o alerta feito por um alto funcionário da ICA (International Cooperation Administration), organismo responsável pelos programas de cooperação dos EUA na América Latina:

² “Depois do golpe militar, os Corpos da Paz expandiram muito suas atividades no país. Em dezembro de 1966, o Brasil hospedava 639 voluntários, o maior número anual de toda história da agência no país. Até este ano, vinte e três grupos já tinham sido recebidos no Brasil. Em julho de 68, os Corpos da Paz estavam presentes em 614 localidades brasileiras” (Azevedo, 2002).

“Depois de fazer um estudo sobre todo nosso programa para o Brasil está claro para mim que não estamos atingindo os cidadãos ordinários do Brasil. Nossos programas são geralmente voltados para um nível superior, tanto econômico, quanto intelectual, apesar de que a penetração comunista no Brasil, como em todo lugar, tem começado com os camponeses. Eu estou convencido de que não se trata de quanto gastamos, mas como e onde nós produzimos nosso impacto. Nós temos que alcançar as pessoas ordinárias que compõem a grande massa da população com um real programa de impacto --- AGORA!” (Azevedo, 2002, destaque no original).

A formação de novas lideranças sintonizadas com os valores liberais e democráticos cultivados pela América do Norte era um dos salutareis propósitos dos voluntários. Neste sentido, do ponto de vista da administração Kennedy, os Voluntários da Paz desempenhavam um papel estratégico dentro do programa de cooperação hemisférica, significando o engajamento da juventude norte-americana na construção de um espaço favorável às ações e ideologias da superpotência dirigidas ao continente. Para os jovens, a participação em projetos de desenvolvimento em comunidades pobres do Terceiro Mundo era justificada mediante o sentido de missão conferido às atividades da agência, ao fervor moral que impregnava a concepção de trabalho voluntário e à idéia de imprescindibilidade da ajuda oferecida a populações necessitadas (Azevedo, 1998)³.

No entanto, episódios desabonadores e denúncias comprometem a imagem da “valorosa” agência norte-americana. Decerto, basta refletir sobre o caráter da assistência oferecida pelos Voluntários da Paz, considerando seu comprometimento com interesses e ideologias norte-americanos e o patente desconhecimento das realidades sócio-culturais onde eles pretendem interferir, para notar a necessidade de avaliar criticamente as operações desta agência sejam quais forem elas e onde se dêem. Alguns casos confirmam a suspeição que pesa sobre os *Peace Corps*.

Na Bolívia, os Voluntários da Paz foram acusados de ter promovido o controle de natalidade entre os índios que vivem na região do lago Titicaca – incluindo a esterilização

³ O trecho de um documento de apresentação do planejamento dos *Peace Corps* para o ano de 1964, citado por Azevedo, afirma que: “Nosso papel nas comunidades durante este período tem sido variado... Nós fortalecemos o espírito das pessoas nos momentos em que elas se mostraram desencorajadas pelo atraso na finalização dos projetos. Nossa simples presença concedeu ao povo a sensação de que seus esforços não estavam passando despercebidos, que alguém, além deles próprios, estava interessado no progresso de sua comunidade. A lista de projetos executada é impressionante, mas o mais importante para nós é a mudança de atitude” (Azevedo, 2002).

de mulheres, sendo que o país –cuja densidade populacional era baixa – recusava-se a aderir a programas deste tipo (Colby, 1998). Suspeita-se que no Chile eles agiam como informantes do Governo dos Estados Unidos e que tenham contribuído para o golpe, patrocinado por seu país, contra o presidente socialista democraticamente eleito Salvador Allende, em 1973. Denúncias de que muitos voluntários agiam deliberadamente como espões no estrangeiro em colaboração com a CIA atravessaram o período da Guerra Fria. No Brasil, eles também foram vistos com suspeita e associados a operações de espionagem norte-americana. Mas, particularmente um caso envolvendo a agência e o programa Alimentos para a Paz, relatado por Scheper-Hughes, atesta que as intervenções dos voluntários motivadas pelo “singelo” ideal de ajudar populações supostamente carentes podiam acarretar consequências prejudiciais mesmo quando estas não eram planejadas e nem mesmo previstas. Um dos equívocos lamentáveis da agência no Brasil foi a distribuição gratuita aos nordestinos pobres durante os anos sessenta de leite em pó enriquecido, fornecido através dos Alimentos pela Paz, acompanhada da orientação de que o leite poderia ser dado a recém nascidos sem acarretar problemas – o que as mães hesitavam em fazer. Scheper-Hughes revela que:

“Eu assegurava às mulheres do Alto que o leite enriquecido, misturado cuidadosamente com água filtrada ou fervida, poderia ser dado seguramente a bebês pequenos. Justificadamente, as mulheres informavam-me que o leite Americano causava diarreia, vômitos e cegueira nos seus bebês. Muito mais tarde eu aprendi sobre a ‘cegueira noturna’ causada pela deficiência de vitamina A nos bebês alimentados exclusivamente por receitas feitas de leite enriquecido, como os dos sacos de leite que o governo dos EUA estavam despejando no Brasil e em outras nações subdesenvolvidas naquela época” (Scheper-Hughes, 1992, 322).

Ao longo prazo, a distribuição do leite americano contribuiu para que as mães do Alto considerassem que o leite em pó era melhor para seus filhos do que o seu próprio leite materno, julgando que este, advindo de seus corpos desnutridos e doentios, seria mais fraco e menos completo do que o leite dito enriquecido. Foi fomentada então uma dependência relativamente ao leite industrializado que, com o fim da distribuição gratuita em 1970, favoreceu a empresa Nestlé e outras companhias fabricantes daquele tipo de alimento (Scheper-Hughes, 1992).

Detenhamo-nos, então, no caso da voluntária Nancy Scheper-Hughes. Em uma entrevista concedida ao *site* dos *Peace Corps*⁴, ela conta que no início da década de sessenta era estudante do Queens College e estava envolvida com movimentos sociais pelos direitos civis, o que a teria motivado a se inscrever nos *Peace Corps* quando um recrutador esteve no campus. Embora tivesse solicitado ir para a África, ela foi enviada para o Brasil onde os voluntários lhe asseguraram que seria um ótimo lugar para trabalhar com organização de comunidade – função esta que ela estava interessada em desempenhar.

Em 1964, ela seguiu para o Brasil, para a zona da mata pernambucana, onde trabalhou por um curto e mal sucedido período em um hospital público de uma pequena cidade. Posteriormente, ela partiu para Timbaúba, onde, segundo seu relato em *Death Without Weeping*, atuou como visitadora e animadora de bairro (community organizer) (Scheper-Hughes, 1995, 7). Como parte desta segunda função, ela participou da organização da associação de bairro dos moradores da favela do Alto do Cruzeiro chamada União para o Progresso do Alto do Cruzeiro (UPAC):

“Eu servi como membro fundador e *orientadora política* da UPAC, e trabalhei com seus membros na construção coletiva de um quartel general para a ‘ação local’, um centro de atenção à criança que também servia à noite e aos finais de semana como uma escola de alfabetização de adultos, um salão de jogos, um salão de dança, uma casa de espiritismo afro-brasileiro e uma sala de reunião para os turbulentas ‘assembléias gerais’ da associação da favela” (Scheper-Hughes, 1995, 8, grifos da autora)

A associação teria enfrentado a hostilidade da elite local, sendo acusada de subversiva e marxista. A polícia militar, segundo Scheper-Hughes, chegou a investigar durante meses os líderes da associação, ela inclusive. As reuniões foram proibidas e quando aconteciam, era clandestinamente, o que enfraqueceu a associação. Apesar das dificuldades e com o esforço, sobretudo, das mulheres do bairro, a creche foi inaugurada em julho de 1966, mas não sobreviveu às mudanças políticas na administração local e à dissolução da UPAC. Alguns anos depois da partida de Scheper-Hughes, a creche foi fechada. Na entrevista já citada, Scheper-Hughes afirma que no Brasil envolveu-se com o movimento camponês de esquerda

⁴ A entrevista pode ser encontrada em www.globetrotter.berkeley.edu/people/Scheper-Hughes/sh-conl.html. Agradeço ao professor Everardo Duarte Nunes por esta referência.

e com a teologia da libertação, e que por isso foi considerada uma agitadora política e *persona non grata* para as autoridades brasileiras. Contudo, em *Death without Weeping* não é feita qualquer menção ao envolvimento da autora com o movimento camponês em Bom Jesus da Mata e a referência a este tipo de mobilização social é praticamente inexistente. De todo modo, a representação que Scheper-Hughes oferece dos Nordestinos como conformados e submissos não condiz com a percepção que certamente teria alguém que conheceu e apoiou atos de reivindicação social por parte deles.

De volta aos Estados Unidos, Scheper-Hughes dedicou-se durante um tempo ao ativismo social antes de abraçar a antropologia. Sua primeira pesquisa como antropóloga foi sobre a loucura entre agricultores solteiros na Irlanda do Norte. Segundo ela, embora desejasse fazer pesquisa de campo no Brasil, preferiu esperar o enfraquecimento do regime militar para voltar. Somente em 1982 ela retorna a Bom Jesus da Mata e ao Alto do Cruzeiro para estudar a partir de uma perspectiva antropológica o fenômeno que anos atrás havia perturbado a Voluntária da Paz.

Em *Death without Weeping* a questão principal é explicar o comportamento das mães em relação aos seus filhos recém nascidos no bairro do Alto do Cruzeiro onde o índice de mortalidade infantil é extremamente alto. No ambiente da favela, fatores não faltam para justificar índice tão elevado: falta de saneamento básico, água contaminada, miséria. Consequentemente, desnutrição, desidratação, diarreia e infecções estão entre as causas principais das mortes. Mas se, as mortes são um fenômeno esperado, para Scheper-Hughes a reação de conformismo e indiferença das mães frente a elas não o é.

Conforme o relato de Scheper-Hughes, as mães, ao invés de se empenhar em salvar os bebês que correm risco de morte, tendem a desistir de cuidar deles, atribuindo seu destino a uma vontade divina. Do ponto de vista das mulheres do Alto, existiriam bebês que nascem muito fracos e doentios, que parecem “querer morrer” e não se agarram à vida. Nestes casos, pode-se diagnosticar que a criança sofre de “ataque infantil”, uma espécie de categoria nosográfica local que, segundo a autora, cobre os sintomas de desnutrição, desidratação e diarreia infantil. A expectativa é que bebês com tal diagnóstico sucumbam e, por isso, eles deixam de receber parte da atenção materna, sendo preteridos na hora da alimentação, por exemplo, aos bebês mais robustos e espertos. Em resumo, a antropóloga sugere que, nestes

casos, a explicação para a elevada mortalidade infantil conta com um fator a mais: a negligência das mães⁵.

A explicação fornecida por Sheper-Hughes é que a conduta supostamente negligente das mães decorre da condição de penúria em que vivem.⁶ Sua hipótese é que em situações extremas de privação e fome, a ética pode ser suspensa. Ou seja, ela sustenta que o comportamento social do indivíduo pode ser afetado e mesmo determinado por um estado de escassez material e psicológica. Apoiada em tal argumento, ela interpreta “a lenta inanição dos Nordestinos como uma força motivadora primária na vida social” (Scheper-Hughes, 1992, 135) e chega a presumir que movimentos sociais como o de Canudos e do cangaço no Nordeste tenham sido motivados pela fome. Tal reducionismo biofisiológico reaparece na discussão do fenômeno dos nervos, quando a autora afirma que a categoria do nervoso acionada pelos moradores do Alto do Cruzeiro encobre os efeitos da fome⁷.

Resenhistas de *Death without Weeping* contestaram muitas das conclusões da obra, apontando um descuido na administração das informações etnográficas e denunciando que enunciados e teses propostos não encontram respaldo nos dados apresentados (Margolis, 1993; Sigaud, 1995). A despeito de oferecer uma etnografia riquíssima, Scheper-Hughes

⁵ Chamo a atenção aqui para o parentesco desta explicação da autora para as mortes infantis no Alto do Cruzeiro com aquela oferecida pelos médicos do Sesp que acusavam as mães pelas mortes de seus filhos em alojamentos cujas condições de vida eram subhumanas.

⁶ A autora esclarece: “O objeto de meu estudo é amor e morte no Alto do cruzeiro, especificamente amor *materno* e morte *infantil*. É sobre os significados e efeitos da privação, perda, e abandono sobre a habilidade para amar, nutrir, acreditar, e ter e manter a fé nos sentidos mais fortes daqueles termos. Trata das dimensões individual e pessoal tanto quanto da coletiva e cultural das práticas maternas em um meio ambiente hostil à sobrevivência e ao bem-estar de mães e crianças. Eu argumento que uma alta expectativa de morte infantil é um poderoso modelador do pensamento e da prática maternas como evidência, em particular, o adiamento da ligação aos bebês, às vezes pensados como ‘visitantes’ temporários do lar. Este desligamento pode ser moral, contribuindo para a severa negligência com relação a certos bebês e para a ‘falha’ em lamentar a morte de bebês muito jovens” (Sheper-Hughes, 1992, 340-341).

⁷ Não escapa a Scheper-Hughes a polissemia do idioma dos nervos, contudo no contexto específico do Alto, ela acredita que os sintomas de que as pessoas reclamam dizem respeito ao estado de subnutrição crônica ou inanição em que se encontram, o que é no mínimo reducionista. Contudo, a autora salutarmente identifica o fenômeno da medicalização da fome (ou da doença dos nervos) e faz a crítica a esse processo em que a medicina propõe uma solução médica para um problema de natureza social.

Cabe aqui um esclarecimento. Evidentemente, Scheper-Hughes reconhece que a fome é um problema que demanda uma solução política e social, está atenta ao sistema de dominação e exploração que envolve a indústria da cana no Nordeste e etc. A questão é que ela está principalmente interessada nos aspectos orgânicos e biológicos da fome no que diz respeito aos efeitos que ela pode ter sobre a moral, a conduta e as emoções das pessoas em sociedade. Daí a ressalva de Sigaud de que ela viola a premissa sociológica primeira de que um fato social só se explica pelo social (Sigaud, 1995).

não desenvolve uma teoria satisfatória.⁸

Um ponto capital para Scheper-Hughes, e que nos interessa particularmente aqui, é o papel da antropóloga junto à comunidade que estuda. Ela relata que ao retornar ao Alto do Cruzeiro como pesquisadora, estava convicta de que seu novo objetivo era conduzir entrevistas e fazer observações de campo e que ele nada tinha a ver com suas antigas funções políticas de organizar a comunidade. No entanto, suas ex-vizinhas e ex-companheiras da associação de bairro e da organização da creche criaram outra expectativa em torno de sua volta, acreditando que ela retomaria as atividades interrompidas em 1966 com a partida da Voluntária da Paz. Scheper-Hughes conta que em vão tentou persuadir as mulheres de que seu trabalho agora era distinto, que uma antropóloga enquanto uma *outsider* não deveria se envolver na vida do grupo social estudado e que tal envolvimento era ainda menos recomendado do ponto de vista ético e político por se tratar de uma antropóloga norte-americana em um país do Terceiro Mundo. Contudo, as moradoras do Alto teriam pressionado Scheper-Hughes, recusando-se a continuar a cooperar com a pesquisa e a fornecer informações sobre sua vida reprodutiva e outras, a menos que ela abandonasse sua postura indiferente e voltasse a ser a “companheira Nancy”.

A despeito de sua resistência inicial, a antropóloga teria decidido ceder. Passou então a assumir “o papel de antropóloga-companheira” e a dedicar-se ao “trabalho de campo e ao trabalho comunitário”. Conseqüentemente, segundo ela, seu texto estaria marcado pelas “tensões e conflitos entre reflexão e ação” (Scheper-Hughes, 1992, 18).

Scheper-Hughes aliou-se a alguns moradores do Alto do Cruzeiro, que tinham vivenciado a experiência da UPAC nos anos sessenta, no esforço de reorganização da antiga associação de bairro. Com o apoio da igreja católica e a inspiração da teologia da libertação, a nova proposta era restabelecer a UPAC nos moldes de uma comunidade eclesial de base. No entanto, a autora relata que os problemas já se anunciaram na primeira etapa, na escolha do líder da UPAC, com a eleição de um candidato que, segundo ela, provou ter

⁸ Notadamente, durante as décadas de setenta e oitenta, através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, estava em curso um conjunto de pesquisas concentradas no Nordeste brasileiro, em especial em Pernambuco, as quais não são mencionadas por Scheper-Hughes (fica a dúvida se ela estava ciente do desenvolvimento destas pesquisas, as quais coincidem com a época em que ela esteve por aqui). Sobre o programa de pesquisas do Museu, Corrêa esclarece que: “As situações analisadas seriam: a *plantation*; as cidades da zona da mata; os trabalhadores da rua; camponeses marginais à *plantation*; camponeses do agreste e do sertão; cidades do agreste e do sertão; indústria rural; grande cidade regional e extra-regional; frentes de expansão e cidades das frentes de expansão” (Corrêa, 1995, 44)

limitada visão política, além de revelar-se autoritário, desonesto e apropriar-se de bens conquistados pela associação. Além das dificuldades internas, a UPAC tinha de enfrentar as hostilidades e estratégias de sabotagem movidas contra ela pelos poderosos de Bom Jesus da Mata.

As observações de Scheper-Hughes sugerem que o fracasso da tentativa de reedição da UPAC está diretamente vinculado à despolitização, à resignação e ao medo dos agentes envolvidos e a natureza da ação coletiva que conseguem engendrar que é débil e desarticulada. Não só neste, como em outros momentos do texto, os sujeitos etnográficos em questão são representados do ponto de vista da falta, do que deveriam ser, mas não são. Assim, os moradores do Cruzeiro aparecem como apáticos, subservientes e místicos, enredados num sistema de exploração do qual não têm consciência e com o qual compactuariam através da adesão às relações de patronagem e dependência. Imbuída de seus tão caros valores de ativista social, a antropóloga indaga: “Por que aquelas pessoas se vêem primariamente como nervosas e só secundariamente como famintas? Como é que os mortalmente cansados cortadores de cana e lavadoras de roupas definem a si mesmos preferencialmente como fracos do que como explorados” (Scheper-Hughes, 1992, 177). Notadamente, na etnografia de Scheper-Hughes, o imobilismo que marca os moradores do Cruzeiro contrasta com o ativismo que distingue a antropologia por ela praticada.

IV.2 A antropologia e a retórica da missão: por uma “etnografia da miséria”

A experiência vivida com os moradores do Alto do Cruzeiro no papel de “antropóloga-companheira” é recuperada por Scheper-Hughes para embasar sua posição em defesa de uma “antropologia militante” no texto *The Primacy of the Ethical* publicado na *Current Anthropology*.

Para justificar sua passagem de “antropóloga objetiva” para “antropóloga companheira” Scheper-Hughes recorre ao episódio de *Death without Weeping* em que ela é pressionada por seus sujeitos etnográficos a mudar sua postura de “expectadora” e participar das lutas diárias que mobilizam os moradores da favela. A autora explica como as exigências dos moradores para que ela retomasse o trabalho de agente comunitária, realizado nos anos

sessenta, e reorganizasse a associação de bairro incitou-a a reconsiderar seu papel como antropóloga. O que Scheper-Hughes omite de seu texto é que o modelo de participação que os moradores conheciam e queriam que ela reeditasse era o de voluntária da paz. Nem no livro nem no texto, ela reflete acerca da natureza de sua missão anterior na favela e do que estava em jogo em uma forma de ativismo cuja inspiração vinha do lema do presidente Kennedy: *Não pergunte o que seu país pode fazer por você, mas o que você pode fazer pelo seu país*. Até aventaria dizer que a proposta de antropologia que ela lança no texto parece parodiar este lema e os princípios do *Peace Corps*, todavia a pergunta seria o que o antropólogo pode fazer pelos oprimidos e miseráveis do mundo. Mas, vejamos então alguns pontos principais da argumentação da autora em defesa de uma “antropologia militante”.

Em primeiro lugar, Scheper-Hughes ataca a figura do antropólogo “neutro, desapaixonado, indiferente e racional” (Scheper-Hughes, 1995, 410), o pretense observador objetivo. Avançando neste sentido, ela rejeita o relativismo radical que lhe parece artificial, além de responsável pela dissolução de espaços de convergência em uma diferença cultural absoluta. Como alternativa à postura relativista e neutra, deveriam ser buscadas formas “politicamente comprometidas e moralmente engajadas” de antropologia. Até aí nada de surpreendente, afinal quem poderia discordar que a etnografia envolve uma dimensão ética e política.

Contudo, Scheper-Hughes acredita que a antropologia precise de uma reorientação que a coloque diretamente confrontada com questões morais e isto seria possível através de uma prática antropológica feminina porque esta privilegiaria o modo como os humanos lidam uns com os outros. Ela atrela assim o feminino a uma “ética de cuidado e responsabilidade”, cujo paradigma seria a relação, por ela naturalizada, da mãe com o filho. É tal modelo ético “pré-cultural” que deveria ser incorporado pela antropologia ao lidar com o “outro”. (Outro que ela toma como dado).

A recomendação da autora é para que os antropólogos assumam um envolvimento pessoal e ativo com seus sujeitos etnográficos, engajem-se nas lutas daqueles “cujas vidas e misérias”, ela afirma, “fornecem o nosso sustento” (Scheper-Hughes, 1995, 420) e, conseqüentemente, encarnem o papel de “antropóloga-companheira”. Tais propostas teriam sido formuladas por Scheper-Hughes a partir de experiências etnográficas com mães miseráveis no Nordeste do Brasil, com jovens africanos condenados ao enforcamento na

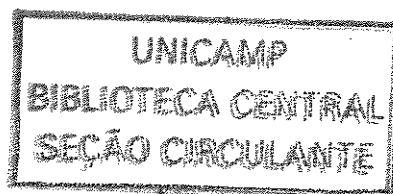
África do Sul, entre outras situações críticas em que ela ativamente se envolveu e, segundo tenta mostrar, agiu eticamente e trabalhou pela salvação dos sujeitos envolvidos considerando que estes demonstravam haver “suspendido a ética” em suas ações (Scheper-Hughes, 1995, 418). Notadamente, o tipo de ativismo que ela, com base em suas experiências pessoais, conclama os antropólogos a abraçar confere à antropologia um sentido de missão.

Daí a defesa veemente de Scheper-Hughes de uma prática etnográfica imbuída de um espírito de solidariedade, em que os atos de escuta, testemunho e registro sejam realizados com “empatia e compaixão” e ofereçam uma oportunidade de expressão para pessoas em situações vulneráveis. Mas o problema não é só com o proselitismo missionário que a autora busca imprimir à antropologia. Ela define os etnógrafos como “historiadores naturais de povos que até recentemente pensava-se que não tinham história” (Scheper-Hughes, 1995, 418), contudo, visto que eles têm história, qual atribuição caberia ao etnógrafo.

O artigo de Scheper-Hughes na revista é acompanhado dos comentários de alguns renomados antropólogos, cujos pontos centrais retomo aqui brevemente.

Vicent Crapanzano aponta a impossibilidade do antropólogo/a tornar-se companheiro/a visto que ele permanece inevitavelmente um *outsider*, alguém de fora, e é desta posição que ele retira sua força e competência crítica. Ele também alerta que o antropólogo não pode aceitar ingenuamente as demandas dos povos que estuda e deve evitar anuir a causas abstratas como a luta contra a opressão.

Alguns autores, embora considerem que a demanda de Scheper-Hughes por um engajamento moral e político dos antropólogos é apropriada, chamam a atenção para a necessidade de um conhecimento prévio, objetivo da situação antes de uma tomada de posição. Primeiramente é preciso conhecer como o mundo funciona, assumir uma postura analítica que embase o engajamento. Para estes autores, entre os quais está Marvin Harris, não é possível abrir mão da pretensão à objetividade porque se eles concordam com a reivindicação de Scheper-Hughes de que a antropologia deve oferecer instrumentos para pensar sobre as práticas e instituições sociais em termos éticos, eles também ressaltam que, antes de tudo, a antropologia deve refletir sobre estas instituições e práticas em termos objetivos e científicos.



Neste sentido, Adam Kuper questiona a recomendação de Scheper-Hughes de que o antropólogo deve invariavelmente buscar o engajamento, advertindo que em certas situações assumir uma voz ativa, fazer julgamentos e escolher de que lado ficar podem implicar decisões menos dramáticas e inequívocas que aquelas que Scheper-Hughes teve que tomar, porém mais políticas, arriscadas e complicadas. Ou simplesmente, em certas ocasiões no campo, o engajamento e a intervenção nem sequer configuram-se como alternativas para o etnógrafo. “Deveriam os antropólogos trabalhar somente em países onde será permitido a eles serem ativistas políticos?” (Scheper-Hughes, 1995, 425) indaga Kuper. Ele acusa Scheper-Hughes de retratar os antropólogos da Universidade do Cabo de modo caricatural, afirmando que a etnografia que ela faz do cenário antropológico da África do Sul não é confiável e chega a ser insultuosa. Além disso, ele observa que o retrato dos seus colegas antropólogos como “coloniais gentis” contrasta insidiosamente com o retrato que ela oferece de si como ativista, envolvida em questões de vida ou morte⁹.

Laura Nader comenta que a antropologia militante de Scheper-Hughes convoca os antropólogos a aderir à “etnografia da miséria” e, considerando isto, ela sugere a sua colega da Universidade da Califórnia, em Berkeley, que ela estude para cima, as camadas sociais mais altas, para abordar a origem preferencialmente que as vítimas da miséria¹⁰.

Na mesma direção da crítica de Nader, Aihwa Ong ressalta que o exercício de uma antropologia ética não está restringido ao salvamento de bebês e prisioneiros em perigo ou à libertação dos pobres e famintos do Terceiro Mundo, sugerindo que Scheper-Hughes deveria repensar as implicações de sua própria posição e de uma prática antropológica que tem suas raízes no período colonial e pressupõe uma relação do tipo o Ocidente e o resto. Segundo Ong:

“Realmente, uma antropologia ética deve estar mais atenta aos efeitos locais de geopolíticas, do capitalismo transnacional, e salvar a antropologia. Em grande parte do Terceiro Mundo, o

⁹ Já assinala em outro momento que em *Death without Weeping* a forma negativa que a autora escolhe para representar os nordestinos pobres e as mães negligentes também contrasta de modo lapidar com a imagem que ela projeta de si como a antropóloga responsável, ativista e boa companheira.

¹⁰ Laura Nader tem se dedicado a pesquisar a lei em várias sociedades, sistemas legais e resoluções de disputas e conflitos em uma perspectiva comparativa. Com interesse pelo Oriente Médio, México, América Latina e Estados Unidos, ela realizou uma etnografia com enfoque sobre lei e família em uma aldeia mexicana e tem estudos sobre poder e justiça em arenas nacionais e internacionais. Entre suas obras estão *Harmony, Ideology – Injustice and Control in a Mountain Zapotec Village* (1990) e *The Life of the Law: Anthropological Projects* (2002).

antropólogo norte-americano é visto como uma pessoa poderosa, alguém que, seja verdadeiro ou falso, é amparado por recursos substanciais, pelo governo dos EUA, ou ainda pela CIA. Claro, a antropóloga mulher está em uma posição especial para ajudar – por dar voz às mulheres silenciadas, ajudar a construir creches, ou participar de multirões. Entretanto, tais ações também reforçam seu poder pessoal como uma mulher branca tanto quanto a estrutura de poder geopolítico que ela procura subverter. Quais são as implicações políticas mais amplas de tais etnografias quando o caráter moral central frequentemente parece ser o da própria antropóloga?” (Scheper-Hughes, 19995, 430).

*

Em *Death without Weeping*, Scheper-Hughes se exime de oferecer ao leitor uma avaliação tanto dos fatores conjunturais que a levaram pela primeira vez a Pernambuco quanto das atividades que ela então desenvolveu junto à população do Alto do Cruzeiro enquanto voluntária assim, conseqüentemente, ela deixa de refletir sobre as possíveis implicações desta experiência no estudo antropológico que ela posteriormente conduziu acerca das relações sociais no bairro em questão.

Entretanto, acredito que a própria proposta de uma “antropologia militante”, do modo como é formulada por Scheper-Hughes, é tributária de sua experiência como uma voluntária investida de uma missão. Daí a preferência dela por pesquisar situações críticas, de miséria e violência, a sua defesa de que o antropólogo deve assumir um papel intervencionista no campo – baseada na hipótese de que invariavelmente é possível para ele discernir de que lado é justo ficar, escolher o que é moralmente o mais correto e ainda ter o **poder** de socorrer quem supostamente precisa.

Ensaando conclusões ou alinhavando fios

Aproximações...

Como parte de um exercício reflexivo, considerar os antropólogos Charles Wagley e Nancy Scheper-Hughes conjuntamente, apesar da teoria e da prática antropológicas que os singularizam e os afastam, se justifica dada a proposta de investigar suas experiências particulares de engajamento político no Brasil e de contrastá-las com as respectivas pesquisas etnográficas realizadas e os pressupostos antropológicos acionados. Contudo, não se pode deixar de assinalar alguns pontos de concordância entre os dois antropólogos.

Ambos encaram seus sujeitos etnográficos do ponto de vista da carência, com uma maior ênfase no que falta a estes em detrimento do que os caracteriza. Pode-se conjecturar se este enfoque não é efeito da adoção dos valores da sociedade do antropólogo como parâmetro. Em *Uma comunidade amazônica*, Wagley procede a uma longa comparação entre Itá e uma comunidade norte-americana, Plainville; um artifício que acentua a condição de atraso e de primitivismo da primeira.¹ Em *Death without Weeping*, Scheper-Hughes se diz chocada e demonstra sua indignação diante do comportamento das mães diante de seus bebês e dos pobres diante de sua condição de penúria, questionando o fato de os moradores do bairro Alto do Cruzeiro não lutarem por seus direitos e por reformas democráticas (Sigaud, 1995).

Notadamente, os trabalhos aplicados e etnográficos de Wagley e Scheper-Hughes têm algo mais em comum, encerram um projeto civilizatório que passa por uma ação pedagógica na área de saúde com o desígnio de transformar hábitos e atitudes dos sujeitos alvos. Dentro deste projeto, a cultura é concebida como homogênea e encarada como empecilho.

Laboratórios...

No prefácio da edição brasileira de *Uma comunidade amazônica* Charles Wagley comenta que "o Brasil é um dos mais interessantes laboratórios de pesquisa para a antropologia social" (Wagley, 1977 [1953], 13). Decerto, para ele, o nosso país se converteu

¹ Ver a crítica a esta comparação em Rosa (1993) e em Ianni, Otávio. O Método em 'Uma Comunidade Amazônica', *Sociologia*, Vol XX, no 4, São Paulo, 1985.

em algo mais: em um laboratório de antropologia aplicada, em um cenário para seu engajamento político, em um campo de estudos que possibilitou e notabilizou sua carreira antropológica e, além disso, em um lugar estimado onde ele teve relações sociais e afetivas muito próximas.²

No presente trabalho, a experiência privilegiada de Wagley no Brasil foi a de alto funcionário do Sesp. Ainda que as informações acessíveis sejam escassas, procurei recuperar esta experiência enquanto um episódio da história da antropologia no Brasil.

Do mesmo modo que notórios antropólogos norte-americanos como Ruth Benedict, Margaret Mead e Clyde Kluckhohn participaram dos esforços de guerra, integrando serviços especiais do governo dos Estados Unidos, Wagley também se engajou, mas sua atuação foi no Brasil. Do mesmo modo que o caso de seus compatriotas, o caso de Wagley permitiu tomar o antropólogo como ator social e político e refletir sobre as políticas da antropologia, as forças sociais que moldam o campo antropológico, os efeitos da guerra nas tomadas de posição do antropólogo e a cooptação dele pelo Estado.

Com efeito, o fato de Wagley ter sido convidado a unir-se à equipe do Sesp estava diretamente relacionado ao seu treinamento em antropologia e ao seu conhecimento do Brasil e da região amazônica, atribuições estas que indicavam, como ressalta Rosa (1993), sua provável competência para fazer a tradução entre diferentes culturas (a dos americanos, dos cablocos e dos nordestinos). Contudo, como o próprio Wagley esclarece, seu trabalho no Sesp não era completamente circunscrito ao campo da etnologia. Inicialmente seus relatórios de campo eram usados por planejadores e sanitaristas, e, finalmente, ele próprio assumiu a função de administrador do programa de assistência médico-sanitária do projeto de transmigração de nordestinos para a Amazônia.

No tocante a este projeto, embora seus propósitos fossem de caráter econômico-militar, seu formato não deixa de evocar alguma similitude com os programas de transmigração da África colonial e pós-colonial mencionados no primeiro capítulo desta dissertação. Lembremos que no caso africano, no contexto de políticas coloniais de gestão ou de políticas desenvolvimentistas dos novos Estados Nacionais, grandes projetos de repovoamento alocaram populações inteiras, organizando-as, por exemplo, em torno de

² Atestam isso as ligações estabelecidas com a diretora do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres e com o etnólogo Eduardo Galvão, e especialmente, o casamento com Cecília Roxo.

produções agrícolas para suprir as demandas das indústrias metropolitanas³. No caso do programa de migração ancorado no Sesp, embora a meta fundamental fosse fornecer mão-de-obra para os seringais amazônicos, famílias também eram transportadas, e o Governo Vargas defendia que o programa representava uma oportunidade para povoar e desenvolver a Amazônia em torno da reativação da economia da borracha e, conseqüentemente, da expansão dos serviços públicos locais.

De qualquer forma, estes projetos, que transformavam os países de Terceiro Mundo em verdadeiros laboratórios para experimentos científicos de desenvolvimento, privilegiavam a mobilização de recursos, cientistas e técnicos dos países desenvolvidos, comprometidos com a importação de um modelo de sociedade e de economia que não contemplava os interesses locais. O que sustentava tais empreendimentos era a crença de que as nações ricas e bem sucedidas (e por coincidência imperialistas) detinham as respostas, as ciências e as fórmulas para elevar o bem-estar dos povos em qualquer lugar do mundo.

Notadamente, antropólogos estrangeiros integravam as equipes de especialistas comprometidos com o ideal de modernização da parte atrasada do mundo. Segundo Bastide, tratava-se de uma corrente histórica marcada pelo esforço de racionalização da ação política que passava a engolfar o antropólogo, instando-o a executar

“nos chamados países em vias de desenvolvimento, uma tarefa prática, a substituir o peso da tradição pela ação planejada, a de fazer triunfar o racionalismo em continentes que até aqui tiveram outras formas de conhecimento mítico, religioso ou puramente empírico, a ajudar os grupos ‘comunitários’ de camponeses dispersos pelo mundo a se tornarem grupos ‘societários’ através da urbanização, da racionalização da economia tradicional e, sobretudo, através das programações” (Bastide, 1979, 3).

³ Na mesma direção aponta Bernard Schlemmer ao questionar: “(...) qual é a diferença fundamental que separa a ambição de ‘favorecer o progresso de nossas colônias’, para retomar o vocabulário da época, daquela do ‘desenvolvimento econômico dos países do Terceiro Mundo’, no vocabulário de hoje? Não somente o discurso do administrador colonial e do *expert* em desenvolvimento são reciprocamente transferíveis no vocabulário de ambos, mas não se tem nenhuma razão a priori de desconfiar do maquiavelismo ou da ingenuidade de um mais do que do outro” (Schlemmer, 199X, 150).

Contingências de guerra...

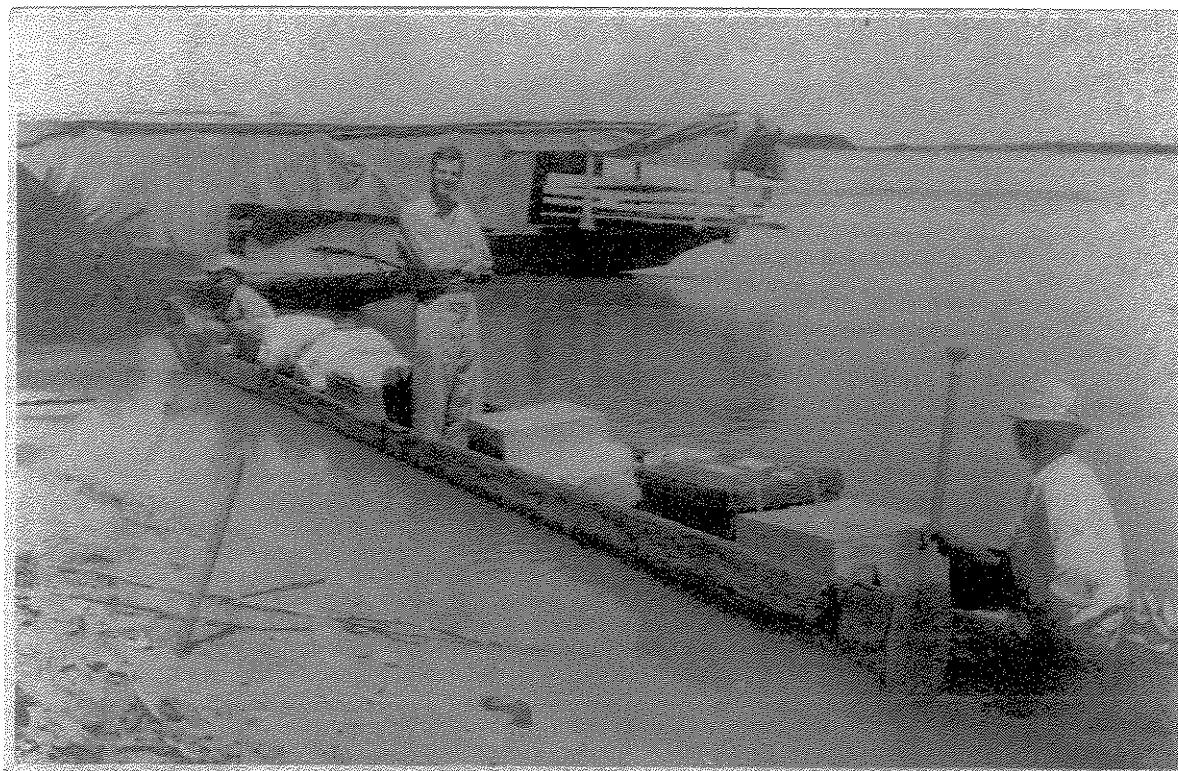
Uma miríade de motivos pode justificar em contextos beligerantes a demanda de agências do governo por antropólogos e o consentimento destes em colaborar. De um lado, atores recorrem a valores e motivações como patriotismo, defesa da democracia, humanização da política militar, esclarecimento de diplomatas e estrategistas. De outro, fala-se em necessidades e interesses como ter acesso às informações sobre áreas estratégicas, conhecer a fim de analisar, prever e planejar, evitar maiores mazelas e até mesmo derrotar o inimigo. Em contrapartida, não deixam de existir reservas às formas de alistamento da antropologia. O fato é que em ocasiões imperativas, o antropólogo pode ser concretamente obrigado a fazer escolhas políticas e tomar posições categóricas em que se encontra diretamente implicada sua responsabilidade como cientista. Quando os interlocutores privilegiados pelos antropólogos são militares, agentes da CIA, tecnocratas e autoridades envolvidas com a política externa e quando os dados de pesquisas encomendadas destinam-se ao preenchimento de relatórios secretos e não podem ser publicados em revistas especializadas de antropologia, inevitavelmente impõe-se à reflexão questões a respeito da autonomia científica, da sujeição dos interesses científicos aos interesses militares, do caráter dos resultados pretendidos e quais seus propósitos. Quando os fundos disponíveis para um programa de pesquisa advêm do Departamento de Defesa, do Exército ou de agências de inteligência de uma potência imperialista, não deixam de ser levantadas suspeitas acerca da natureza operacional da pesquisa, de quem exerce o controle sobre ela e enfim, dos meios usados e dos fins almejados (vide o caso do Projeto Camelot). Além disso, independente das melhores ou das mais duvidosas intenções de antropólogos e militares, o uso de informações etnográficas por agências de inteligência ou outras pode representar perigo para os sujeitos etnográficos.

Vimos que os capítulos mais ilustres da controversa história de aplicação da antropologia aos esforços de guerra envolveram antropólogos norte-americanos durante a Segunda Guerra Mundial e a Guerra do Vietnã. Ao recuperar tais eventos, o que estava em jogo não era a denúncia de vilões nem a consagração de heróis, mas uma visada sobre o campo antropológico, evitando concebê-lo como refratário à história, à política e às lutas sociais que se desenrolam em seu exterior – e efetivamente o atravessam. Neste sentido, no bojo do engajamento político dos anos sessenta, Eric Wolf acusou a antropologia norte-

americana de acomodar-se ao poder imperial americano, ele e outros insistiram que não era possível ignorar o movimento histórico da sociedade estadounidense em direção à hegemonia global e como ele afetava a disciplina e seus praticantes (Said, 1985; di Micaela, 1998; Feldman-Bianco e Ribeiro, 2003).

Num momento em que a CIA e o Departamento de Estado norte-americano voltam a cortejar especialistas de área para a Guerra contra o Terror (Gonzalez, 2003; Price, 2002), pode não ser irrelevante voltar a estas questões.

Anexo Fotográfico



Fotografia de Charles Wagley em campo, Rio Araguaia, 1939.

Pasta Charles Wagley - Arquivo Pessoal Heloisa Alberto Torres –

Casa de Cultura Heloisa Aberto Torres (CCHAT)



Fotografia de Charles Wagley com pessoa não identificada.

Pasta Museu Nacional – Arquivo Pessoal Heloisa Alberto Torres –

Casa de Cultura Heloisa Alberto Torres (CCHAT).



Propaganda de recrutamento para a “Batalha da Borracha”.

Cartazes de Jean-Pierre Chabloz, Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará – Fotos de Osmar Onofre. Reproduzido da *Enciclopédia da Floresta* (2002).

Bibliografia

ALMEIDA, Mauro W. B. de, e CUNHA, Manuela Carneiro da (orgs). *Enciclopédia da Floresta*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

“A etnografia em tempos de guerra: contextos temporais e nacionais da definição do objeto da antropologia” In: PEIXOTO, Fernanda A. , PONTES, Heloísa, SCHWARCS, Lilia (orgs.) *Antropologia da Antropologia: desafios e perspectivas*. Belo Horizonte, Ed UFMG, no prelo.

ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução?* São Paulo, Contexto, 1989.

ARANTES, Antonio A., DEBERT, Guita e RUBEN, Guilherme Raul (orgs.) *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas, Editora da Unicamp, 199X.

ASAD, Talal.(ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

ASAD, Talal. “Introduction” and “Two European Images of Non European Rule” In: ASAD, Talal. (ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

AZEVEDO, Cecília. “As contradições e os limites da ‘americanização’ da América Latina”. www.eh.net/XIIICongress/cd/papers/41Azevedo35.pdf

“O sentido de missão no imaginário político norte-americano”. *Revista de História Regional*, Vol. 3. - nº 2 - Inverno 1998. www.rhr.uepg.br/v3n2/cecilia.htm#*

AZEVEDO, Fernando Antonio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Nara e HAMILTON, Wanda. "A febre amarela no Brasil: memórias de um médico da Fundação Rockefeller." In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Vol. V (3), Nov. 1998-Fev. 1999.

BASTIDE, Roger. *Antropologia Aplicada*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

BOAS, Franz. *The Mind of Primitive Man*. New York, The Free Press.

BONNEUIL, Christophe. "Science and State and State Building in Late Colonial and Postcolonial África, 1930-1970" In: *Osiris*. Second Series, Vol 15, 2000.

BRAGA, José Carlos de Souza e PAULA, Sergio Góes de. *Saúde e Previdência: Estudos de Política Social*. São Paulo, Editora Hucitec, 1986.

BROWN, Richard. "Anthropology and Colonial rule: Godfrey Wilson and the Rhodes-Livingstone Institute, Northern Rhodesia" In: ASAD, Talal. (ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

CAMPOS, André L. V. *International Health Policies in Brazil: the Serviço Especial de Saúde Pública – 1942-1960*. Tese de Doutorado, Austin, Universidade do Texas, 1997.

"Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública." In: GOMES, Ângela de Castro (org) *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Bragança Paulista, EDUSF, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1988.

CASTRO, Elisa Guaraná de. “ ‘Estudos de Comunidade’: reflexividade e etnografia em Marvin Harris” In: *Revista da Universidade Rural*, vol. 23(2), jul/dez 2001, 195-210.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio e FARIA, Lina Rodrigues. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.

CHOMSKY, Noam. “ The Cold War and the University” In: CHOMSKY, Noam.... [et al.]. *The Cold War & The University. Toward an Intellectual History of the Postwar Years*. New York, The New Press, 1997.

CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século xx*. Gonçalves, José Reginaldo (org), Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

COLBY, Gerard. *Seja feita a vossa vaontade: a conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

CONSORTE, Josildeth Gomes e MAIO, Marcos Chor. “Thales de Azevedo: desaparece o último dos pioneiros dos antropólogos brasileiros de formação médica.” In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Vol. III (I), Mar-Jun, 1996.

CORRÊA, Mariza. “Traficantes do excêntrico. Os antropólogos do Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(3), 1988.

“A Antropologia no Brasil (1960-1980)” In: MICELI, Sérgio (org) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol 2. São Paulo, Editora Sumaré, FAPESP, 1995.

Antropólogas & Antropologia. Belo Horizonte, Editora da Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

CUETO, Marcos (org.). *Missionaries of Sciences: The Rockefeller Foundation and Latin America*. Bloomington, Indiana University Press, 1994.

di LEONARDO, MICAELA. *Exotics At Home: Anthropologists, Others, American Modernity*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1998.

EDDY, Elizabeth M. e PARTRIDGE, William L. (eds). *Applied Anthropology in America*. New York, Columbia University Press, 1987.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *História do Pensamento Antropológico*. Lisboa, Edições 70.

Antropologia Social. Lisboa, Edições 70 e São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1978.

FARIA, Lina Rodrigues de. "A Fundação Rockefeller e os serviços de saúde em São Paulo (1920-30): perspectivas históricas." In: *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*. Vol. V (3), Nov. 1998-Fev. 1999.

FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs). "Introdução" In: *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Editora Oficial do Estado de São Paulo e Editora Unicamp, 2003.

FORSTER, Peter. "A Review of the New Left Critique of Social Anthropology" In: ASAD, Talal.(ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local. Novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, 1998.

GOLDMAN, Márcio. "Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões" In: *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999.

GOLDMAN, Márcio e NEIBURG, Federico. "Da Nação ao império: a guerra e os estudos do 'caráter nacional' " In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

GONZALEZ, Roberto J. Speaking Out on War, Peace and Power. *Anthropology News*, Nov 2003. www.aaanet.org/press/an/infocus/0311_Gonzalez.htm

GOODY, Jack. *The Expansive Moment: The rise of anthropology in Britain and Africa 1918-1970*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

GREENE, Graham. *O Americano Tranquilo*. São Paulo, Abril Cultural, 1981.

GREENFIELD, Sidney M. "Nature/Nurture and the Anthropology of Franz Boas and Margaret Mead as an Agenda for Revolutionary Politics. *Horizontes Antropológicos. Natureza e Cultura*. Porto Alegre, ano 7, n ° 16, dezembro de 2001.

HIRSCHIMAN, Albert. *Getting ahead collectively: grassroots experiences in latin America*. New York, Perganson Press, 1984.

HOROWISTZ, Irving Louis. *The Rise and fall of Project Camelot: Studies in the Relationship between Social Science and Practical Politics*. Cambridge, Massachusetts, and London, The Massachusetts Institute of Technology Press, 1967.

HYATT, Marshall. *Franz Boas: social activist*. London and New York, Greenwood Press, 1990.

IANNI, Otávio. "Estudo de comunidade e conhecimento analítico" In: *Revista de Antropologia*, 9 (1/2), 1961, 109-119.

JAMES, Wendy. "The Anthropologist as reluctant Imperialist" In: ASAD, Talal.(ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

JOSEPH, Gilbert. "Close Encounters: Toward a New Cultural History of U.S. – Latin American Relations" In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

KENNARD, Edward A. and MACGREGOR, Gordon. "Applied Anthropology in Government: United States" In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

KIPLING, Rudyard. *Kim*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1934.

KUKLICK, Henrika. *The Savage Within: The social history of British anthropology, 1885-1945*. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora, 1978.

The invention of primitive society. London and New York. Routledge.

Cultura: a visão dos antropólogos. São Paulo, Bauru, EDUSC, 2002.

LACKNER, Helen. "Colonial Administration and Social Anthropology: Eastern Nigeria 1920-1940" In: ASAD, Talal.(ed) *Anthropology & the Colonial Encounter*. London, Ithaca Press and Atlantic Highlands, Humanities Press, 1985.

LECLERC, Gerard. *Crítica da Antropologia. Ensaio acerca da história do africanismo*. Lisboa, Editorial Estampa, 1973.

L'ESTOILE, Benoît, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia (org). "Antropologia, Impérios e Estados Nacionais: uma abordagem comparativa" In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

L'ESTOILE, Benoît. "Ciência do homem e 'dominação racional': saber etnológico e política indígena na África colonial francesa" In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

LIMA, Nísia Trindade. "O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história em três dimensões" In: FINKELMAN, Jacobo. *Caminhos da Saúde Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002.

LIMA, Nísia Trindade e HOCHMAN, G. "Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República" In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ / Centro Cultural Banco do Brasil, 1996.

MACLEOD, Roy. Introduction. In: *Osiris*. Second Series, Vol 15, 2000

MAIO, Marcos Chor; SÁ, Magali Romero. "Ciência na periferia: a UNESCO, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do INP". *História Ciências Saúde / Manguinhos*. Vol.VI, Set.2000, 975-1017.

MARGOLIS, Maxine L. Resenha de "Death without Weeping: The Violence of Everyday Life in Brazil". *American Anthropologist*, Vol 95, No 2, June 1993.

MASSI, Fernanda. “Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras 1930-1960” In: MICELI, Sérgio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil, Vol. I*. São Paulo, Vértice; Editora Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MEAD, Margaret. “National Character” In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. “Visita ao velho senhor: Charles Wagley” In: *Revista da Universidade de São Paulo*, no 5, junho, 1987.

MENDONÇA, Ana Rita. *Carmen Miranda foi a Washington*. Rio de Janeiro e São Paulo, Editora Record, 1999.

MÉTRAUX, A. “Applied Anthropology in Government: United Nations” In: KROEBER, A. L. *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago & London, The University of Chicago Press, 1965.

MICELI, Sérgio (coord). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo, Editora Sumaré e FAPESP, 1993.

MONIZ BANDEIRA, L. A. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

Brasil – Estados Unidos: A Rivalidade Emergente (1950-1988). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

MOREIRA, Martha C. N. “A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República” In: *História Ciências Saúde / Manguinhos*. Vol. V (3), Nov. 1998-Fev. 1999.

NADER, Laura. "The Phantom Factor: Impact of the Cold War on Anthropology" In: CHOMSKY, Noam.... [et al.]. *The Cold War & The University. Toward an Intellectual History of the Postwar Years*. New York, The New Press, 1997.

NOGUEIRA, Oracy. "Os estudos de comunidade no Brasil" In: *Revista de Antropologia*, 3(2), 1995.

OSHIRO, Julieta Hitomi. *Educação para a Saúde nas Instituições de Saúde Pública*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1988.

OVERING, Joanna e RAPPORT, Nigel, eds. "Alterity" In: *Social and Cultural Anthropology. The key concepts*. London/N.Y.:Routledge, 2000.

PALMER, Steven. "Central American Encounters with Rockefeller Public Health, 1914-1921" In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

PANTALEÓN, Jorge. "Antropologia, desenvolvimento e organizações não-governamentais" In: *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará e FAPERJ, 2002.

PEÇANHA, Ângela M. M. "Fundação Serviços de Saúde Pública – FSESP: um estudo de desenvolvimento institucional" *Revista da Fundação SESP*, vol XXI, (1), 1976, Rio de Janeiro.

PEIRANO, Mariza. *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília, Editora UNB, 19XX.

PRADO, Maria Ligia Coelho. "Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra" In: *Revista USP*, 26, jun/agost 1995.

PRICE, David. "Anthropologists as Spies" In: *The Nation*. November, 2000a. www.thenation.com/doc.mhtml?i=20001120&s=price

"The AAA and the CIA" In: *Anthropology News* 41(8): 13-14. November, 2000b. http://homepage.stmartin.edu/fac_staff/dprice/CW-PUB.htm

"Present Dangers, Past Wars and Past Anthropologies" *Anthropology Today* 18 (1), 2002a. http://homepage.stmartin.edu/fac_staff/dprice/CW-PUB.htm

"Interlopers and invited guests: On anthropology's witting and unwitting links to intelligence agencies" *Anthropology Today* 18 (6), 2002b. http://homepage.stmartin.edu/fac_staff/dprice/CW-PUB.htm

ROSA, Francisco Tadeu Ribas Santos. *A Aliança e a diferença: uma leitura do itinerário intelectual de Charles Wagley*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1993.

ROSEBERRY, William. "Social Fields and Cultural Encounters" In: In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo, Hucitec e Editora da Universidade Paulista, Rio de Janeiro, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

ROSENBERG, Emily S. "Turning to Culture" In: In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 (1993).

SALVATORE, Ricardo. "The Enterprise of Knowledge: Representational Machines of Informal Empire" In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Death without Weeping. The Violence of Everyday Life in Brazil*. Berkeley, Los Angeles and Oxford, The University of California Press, 1992.

"The Primacy of the Ethical: Propositions for a Militant Anthropology" with CA comment. *Current Anthropology*, Vol.36, No 3, June 1995.

Nancy Scheper-Hughes, Brazil RPCV 1965, Interview: Habits of a Militant Anthropologist. www.globetrotter.berkeley.edu/people/Scheper-Hughes/sh-conl.html

SCHLEMMER, Bernard. "A ética da profissão: da responsabilidade política do cientista à responsabilidade científica do pesquisador – um itinerário da antropologia francesa" In: ARANTES, Antonio A., DEBERT, Guita e RUBEN, Guilherme Raul (orgs.) *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas, Editora da Unicamp, 199X.

SCHLESINGER, JR, Arthur M. *Mil Dias: John F. Kennedy na Casa Branca*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, vol 1 e 2.

SCORZA, M. *Garabombo "O Invisível"*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1977.

SIGAUD, Ligia. “ ‘Fome’ e comportamentos sociais: problema de explicação em antropologia”. *Mana*, 1(1), 1995.

SMITH, Tony. “Kennedy’s Alliance for Progress, 1961-1965” In: *America’s Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century*. Princeton, Princeton University Press, 1995.

STERN, Steve J. “The Decentered Center and the Expansionist Periphery: The Paradoxes of Foreign-Local Encounter” In: JOSEPH, Gilbert, LEGRAND, Catherine and SALVATORE, Ricardo. *Close Encounters of Empire. Writing the Cultural History of U.S. – Latin American Relations*. Durham and London, Duke University Press, 1988.

STOCKING, Jr. George W. *Race, culture and evolution: essays in the history of anthropology*. New York, Free Press, 1968.

“Essays on Culture and Personality” In: STOCKING, Jr. George W (org). *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality*. History of Anthropology, Vol 4, Madison, The University of Wisconsin Press, 1986.

After Tylor: British social anthropology, 1888 – 1951. Wisconsin, The University of Wisconsin Press, 1995.

VINCENT, Joan. *Anthropology and politics: visions, traditions, and trends*. Tucson & London, The University of Arizona Press, 1990.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica. . Estudo do homem nos trópicos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977 (1953).

“The Brazilian Amazon: The Case of na Under-developed Área” In: *Four Papers Presented in the Institute for Brazilian Studies*. Nashville, Vanderbilt University Press, 1951.

An Introduction to Brazil. New York and London, Columbia University Press, 1965 (1963).

Lgrimas de boas vindas – os índios Tapirapé do Brasil central. Belo Horizonte, Editora Itatiaia; São Paulo, EDUSP, 1988 (1977).

WALLERSTEIN, Immanuel. “The Unintended Consequences of Cold War Area Studies” In: CHOMSKY, Noam.... [et al.]. *The Cold War & The University. Toward an Intellectual History of the Postwar Years*. New York, The New Press, 1997.

WOLF, Eric. “Os antropólogos americanos e a sociedade americana” In: FELDMAN-BIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs). *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, São Paulo, Editora Oficial do Estado de São Paulo e Editora Unicamp, 20003.

YANS-MCLAUGHLIN, Virginia. “Science, Democracy, and Ethos. Mobilizing Culture and Personality for World War II” In: STOCKING, Jr. George W.(org) *Malinowski, Rivers, Benedict and Others. Essays on Culture and Personality*. History of Anthropology, Vol 4, London, The University of Wisconsin Press, 1986.